

Maria Luísa Dias Leão Marques

O Modo Conjuntivo e a Expressão de Tempo em Frases Completivas

Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2001

Maria Luísa Dias Leão Marques

O Modo Conjuntivo e a Expressão de Tempo em Frases Completivas

Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2001

Agradeço:

À Professora Doutora Fátima Oliveira, orientadora desta dissertação, por se ter mostrado sempre disponível para ler as várias versões, bem como pelas críticas e sugestões que em muito ajudaram na realização deste trabalho. Através do interesse que demonstra pelas questões linguísticas e do rigor que imprime às suas análises, despertou o meu interesse pela semântica e ensinou-me como estudá-la;

À Professora Doutora Ana Maria Brito, pelo entusiasmo com que igualmente se dedica à investigação linguística e pelo modo como o transmite aos seus alunos;

Ao Acácio, pelo incentivo constante, pela ajuda imprescindível e por ter cuidado da família com amor;

Ao meu filho Fernando, por me parecer ter compreendido as ausências da mãe;

À minha mãe, por ser uma mãe e uma avó a toda a prova;

Ao meu pai, que mesmo já não estando presente, me mostra que continua a tomar conta de mim;

Aos meus sogros, que sempre estiveram na retaguarda, aliviando a pressão dos meus afazeres;

Aos meus irmãos e cunhados, que muitas vezes se viram privados da minha companhia em momentos importantes das suas vidas;

Ao P. Joaquim Sequeiros, pelo indispensável apoio no Latim e pela disponibilidade que sempre demonstra;

À Susy, como colega, pelo interesse e apoio, e como amiga, pelo carinho, calor e amizade;

À Viola e à Dior, por uma amizade capaz de ultrapassar as distâncias;

À Carmo, pela preciosa ajuda nos momentos mais críticos, pela pertinência das observações, pelo encorajamento constante, e acima de tudo, por *ser* a amiga que é.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
------------------	---

CAPÍTULO 1 - MODO	5
-------------------------	---

1.1. O MODO.....	5
1.1.1. <i>O Modo Conjuntivo como indicador de não asserção de verdade</i>	7
1.1.2. <i>O Conjuntivo para alguns autores: breve síntese</i>	9
1.2. O VALOR DO CONJUNTIVO EM PORTUGUÊS: ALGUMAS PROPOSTAS	14
1.2.1. <i>Fonseca (1970)</i>	14
1.2.2. <i>Faria (1974)</i>	16
1.2.3. <i>Marques (1995)</i>	21
1.2.4. <i>Santos (1999)</i>	23
1.3. ALGUNS CONTEXTOS DE UTILIZAÇÃO DO CONJUNTIVO	27
1.3.1. <i>Distribuição do Conjuntivo em Português</i>	27
1.3.2. <i>Distribuição do Conjuntivo em Latim</i>	39
1.4. SÍNTESE.....	51

CAPÍTULO 2. – TEMPO E ASPECTO.....	53
------------------------------------	----

2.1. DIFERENTES PERSPECTIVAS DE TEMPO.....	53
2.1.1. <i>O tempo linguístico</i>	54
2.1.2. <i>O tempo verbal</i>	57
2.2. ASPECTO	62
2.2.1. <i>Classes aspectuais</i>	65
2.2.2. <i>Adverbiais</i>	69
2.2.3. <i>Pequena observação de natureza Pragmática</i>	72
2.3. SÍNTESE.....	74

3. - CARACTERIZAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DO CONJUNTIVO NAS	
ORAÇÕES COMPLETIVAS.....	76
3.1. SEQUENCIALIZAÇÃO TEMPORAL	76
3.1.1. <i>Sequencialização Temporal segundo a proposta de análise de</i>	
<i>Reichenbach</i>	78
3.1.2 <i>Quadro-Síntese</i>	92
3.1.2.1 <i>Quadro-Síntese</i>	105
3.1.3. <i>Conclusões</i>	107
3.1.4. <i>Sequencialização Temporal segundo a proposta de Kamp e Reyle</i>	110
3.1.5. <i>Quadro-Síntese</i>	140
3.1.6. <i>Conclusões</i>	146
3.2. O MODO CONJUNTIVO E A EXPRESSÃO DE TEMPO FUTURO.....	152
3.3. SÍNTESE	171
 CONCLUSÃO.....	 172
 BIBLIOGRAFIA	 177

INTRODUÇÃO

Um dos vários temas propostos para trabalho, na cadeira de Semântica do curso de Mestrado que frequentei e que suscitou, logo à primeira leitura, um interesse que foi crescendo com a reflexão sobre o assunto, foi a “Semântica do Modo Conjuntivo”.

O facto deste tema se destacar de entre todos os outros, assenta em várias circunstâncias da minha experiência como professora de Português e de Latim. Sempre que o conteúdo a leccionar, tanto no Ensino Básico (Português), como no Ensino Secundário (Latim), é o Modo Conjuntivo, ou mais precisamente, os Tempos Simples deste modo, verifico que os alunos, embora os utilizem inconscientemente com correcção, têm muita dificuldade em estudá-los fora dos seus contextos de realização nos actos de fala. Contudo, pelo simples facto de se contextualizar o emprego do modo através do recurso a expressões que seleccionam o seu uso, ou seja, em construções em que ele geralmente é utilizado (introduzido pelas conjunções: *quando, se, que, etc.*), os alunos já ficam com a noção daquilo que é expresso através deste modo, bem como de algumas circunstâncias da sua utilização.

O meu interesse pelo tema surgiu, assim, da consciência de que, para uma melhor compreensão deste assunto, se tornava interessante perspectivar contrastivamente o Português e o Latim. O produto do contraste destas duas línguas serviria, então, de instrumento para a preparação de materiais didácticos para o ensino de ambas as línguas, ou ainda para uma língua segunda que se pretendesse ensinar ou aprender.

Digamos que esta minha motivação foi, a princípio, uma motivação meramente didáctica, mas que ela adveio da constatação da existência de diferenças semânticas que determinam, ou não, o uso do Conjuntivo, bem como da existência de contrastes estruturais significantes, no seu uso, nestas duas línguas. No entanto, à medida que o estudo do Conjuntivo ia sendo realizado no Português, novas questões relativas ao seu uso e valor nesta língua iam sendo levantadas e rapidamente o interesse deixou de ser meramente contrastivo ou didático, para se prender com questões modais, aspectuais e temporais.

Nas páginas que se seguem será apresentada, de forma introdutória, uma revisão do trabalho empreendido por alguns autores sobre o assunto, bem como a posição actual dos problemas do Conjuntivo. Começa por perspectivar-se o tratamento da Modalidade, do Aspecto e do Tempo num mesmo nível, mostrando que em todos estes casos é o mesmo sistema linguístico que está em jogo e que determinados aspectos da linguagem só recebem explicação adequada, se os fenómenos forem tratados em conjunto.

Tentar-se-á, com base em diferentes propostas de análise, interpretar Modos e Tempos verbais e analisar a sequencialização temporal, colocando a hipótese de que, em determinadas construções, principalmente nas orações completivas, o Conjuntivo (que é tradicionalmente conhecido como Modo), nem sempre surja a desempenhar a função primordial de Modo, mas tenha a capacidade de transmitir, antes de mais, a noção de Tempo. Ao longo do trabalho é feita a análise semântica de vários enunciados, descrevendo os vários Tempos verbais deste Modo, bem como as várias implicações da sequencialização temporal nas orações completivas, de forma a demonstrar a noção de posterioridade veiculada pelo Conjuntivo.

Este trabalho propõe uma abordagem integrada de Tempo e Modo, primeiramente construída a partir da proposta de análise de Reichenbach (1947) para o estudo dos Tempos do Modo Indicativo e em seguida efectua-se uma análise segundo a proposta de Kamp e Reyle (1993). Salienta-se, então, a existência da noção de posterioridade, ou seja, de tempo futuro, no significado dos vários Tempos do Modo Conjuntivo, nas orações completivas, uma vez que este é o Modo da contingência e da possibilidade, e propõe-se a existência de um movimento semântico - de Modo a Tempo - em enunciados cuja modalidade já está expressa na oração principal.

Procede-se tomando em consideração as teorias desenvolvidas para outras línguas e, contrastando com o Português, procura-se apresentar um estudo adequado acerca da implicação do tempo futuro no Modo Conjuntivo.

Capítulo 1 - Modo

O objectivo deste capítulo consiste na exposição de diversas abordagens teóricas sobre o valor e a utilização do Modo Conjuntivo em Português. Neste sentido, o capítulo inicia-se por uma apresentação sumária da noção de Modo, sendo seguidamente apresentadas, de forma breve, perspectivas diversas da abordagem do Modo Conjuntivo, e sendo posteriormente, e de modo genérico, identificadas as modalidades que a ele surgem associadas.

Serão também apresentadas propostas de diversos autores entendidas como relevantes para a investigação que nos propomos levar a cabo, no sentido de determinar se apresentam posições comuns, nomeadamente se são coincidentes numa ideia essencial: o Modo Conjuntivo é utilizado como meio de exprimir a não asserção de verdade da proposição.

Seguidamente verificar-se-á a adequabilidade das propostas anteriores para a descrição de ocorrências típicas do Conjuntivo, com o objectivo de apurar a sua validade para uma descrição coerente e genérica deste Modo. Um dos aspectos que irá ser salientado consiste na diferença entre a utilização do Conjuntivo em Português e em Latim. A razão da apresentação desta última língua liga-se ao facto de o Português ser uma língua novilatina que, no entanto, revela comportamentos manifestamente diferentes dos evidenciados pela língua latina, naquilo que se refere à utilização do Conjuntivo, em circunstâncias específicas de determinados tipos de frases complexas.

1.1. O Modo

Nas Gramáticas tradicionais, Modo aparece definido como “a propriedade que tem o verbo de indicar a atitude da pessoa que fala em relação ao facto que enuncia” (Cunha e Cintra, 1984: 463), ou como “o julgamento implícito do falante a respeito da natureza subjectiva ou não, da comunicação que faz” (Câmara, 1988: 98).

Em Mateus et al. (1983: 148), a definição é semelhante “atitude do locutor em relação ao estado de coisas expresso pelo enunciado”.

Pode parecer redundante dizer que o Modo tem uma função modal, mas de facto,

alguns conteúdos específicos da modalidade expressam-se, em Português, através da categoria verbal denominada Modo, constituída por várias classes flexionais, de tal forma que cada uma dessas classes corresponde a diferentes conteúdos de modalidade. Os Modos expressam modalidades, na medida em que têm a ver com a atitude do enunciador face ao conteúdo proposicional do seu enunciado. Por outras palavras, através dos Modos, os verbos podem exprimir a “relação modal entre o locutor e o estado de coisas.” (Mateus *et alii*, 1983: 148).

Ainda segundo as mesmas autoras, são considerados três grupos de conceitos modais¹:

- 1) as modalidades que funcionam ao nível dos estados de coisas, cujas relações se estabelecem como sendo *necessárias* ou *contingentes*, *possíveis* ou *impossíveis* - são as modalidades aléticas;
- 2) as modalidades que funcionam ao nível do conhecimento que cada locutor tem dos estados de coisas:
 - a) são modalidades epistémicas, quando as relações são tidas como *certas* ou *contestáveis*, *plausíveis* ou *excluídas*;
 - b) são modalidades deonticas, quando as relações são tidas como *obrigatórias* ou *facultativas*, *permitidas* ou *interditas*.

São então distinguidos, em Português, por todas estas gramáticas, os Modos Indicativo, Conjuntivo e Imperativo. Já o Condicional é considerado por uns como Modo e por outros, como Cunha e Cintra (1984), como uma forma temporal do Indicativo: o Futuro do Pretérito.

Igualmente, em Latim, distinguem-se como Modos o Indicativo, o Conjuntivo e o Imperativo. O Condicional não existe em Latim, sendo substituído por construções com o Modo Conjuntivo, que serão descritas no Capítulo 2.

¹ Oliveira (1988:12-14), baseada em Rescher (1968) refere ainda, para além das três mencionadas, a existência de modalidades temporais, erotéticas, avaliativas e causais, reconhecendo, contudo, que as que têm sido mais estudadas são as modalidades aléticas, epistémicas e deonticas.

1.1.1. O Modo Conjuntivo como indicador de não asserção de verdade

As modalidades epistêmicas dizem respeito a “noções de conhecimento e crença” (Lyons, 1980), a “atitudes proposicionais”, tais como: *duvidar*, *pensar*, *imaginar*, *acreditar*, *crer*, *lamentar*, etc., e têm a ver com o grau de comprometimento do locutor com a verdade da proposição do seu enunciado. Vejam-se os exemplos (1) e (2):

- (1) Ele crê que *vais* chegar a horas ao concerto.
- (2) Ele duvida que *chegues* a horas ao concerto.

A diferente interpretação destas frases tem origem no emprego dos verbos modais *crer* e *duvidar*, e é reforçada pelo emprego do Modo Indicativo em (1), para indicar uma relação tida como plausível ou possível, e do Modo Conjuntivo em (2), para indicar uma relação tida como contestável ou até mesmo excluída. Neste sentido, qualquer enunciado produzido por um locutor que se institui como enunciador, está epistemicamente modalizado. Trata-se de enunciados de opinião, em que o locutor não está comprometido com a verdade da proposição, ao contrário do que acontece com os enunciados assertivos. Pelo que acabamos de expor, as modalidades epistêmicas têm necessariamente de ser tomadas em linha de conta no estudo do Modo Conjuntivo.

Outras modalidades a considerar no estudo deste Modo são as modalidades deônticas, na medida em que têm a ver com as noções de obrigação, vontade e desejo do sujeito da enunciação, uma vez que transportam uma qualificação das condições em que se estabelece a verdade do predicado: a expressão de ordem ou desejo supõe desconhecimento ou incerteza por parte do falante no que diz respeito ao cumprimento do conteúdo da ordem ou do desejo. Observemos os exemplos (3) a (5):

- (3) É permitido que *fumes*.
- (4) É obrigatório que *deixes* de fumar.
- (5) É proibido que *fumes*.

Novamente as diferentes interpretações se devem ao uso de expressões modais, bem como à utilização do Modo Conjuntivo. Em (3), expressa-se uma relação tida como permitida ou facultativa. Os exemplos (4) e (5) constituem o par de relações obrigatórias e interditas, respectivamente. O uso do Modo Conjuntivo vem reforçar a subjectividade do locutor face ao enunciado produzido.

O Modo Conjuntivo aparece, assim, empregue quando não há asserção, ou esta não está suficientemente independente. Aparece ligado a modalidades não-factuais, em que o locutor não se compromete nem com a verdade, nem com a falsidade da proposição do seu enunciado. De facto, Mateus *et alii* (1984:151) referem que “o Modo Conjuntivo aparece fundamentalmente ligado a um estado de coisas reconhecido pelo locutor como possível ou como contingente”, e para Cunha e Cintra (1983:463-464), “Ao empregarmos o Modo Conjuntivo, (...) encaramos a existência do facto como uma coisa incerta, duvidosa, eventual, ou mesmo irreal”. De igual modo, se procurarmos numa Gramática de Latim (Figueiredo, 1997:79), encontramos que “em oposição ao Indicativo, o Conjuntivo traduz um facto que não é real, que ainda está em potencialidade e assim, é ele que exprime o eventual e o irreal”. Atentemos, então, nos seguintes exemplos:

- (6) A Mariana quer uma camisola que *tem* gola azul.
- (7) A Mariana quer uma camisola que *tenha* gola azul.

Em (6), usando o Indicativo, trata-se de uma leitura específica em que o locutor torna evidente que já conhece a camisola, ou seja, que ela existe. Poderíamos substituir o indefinido “*uma*” pelo definido “*a*”, mantendo-se a leitura específica:

- (8) A Mariana quer a camisola que *tem* gola azul.

Pelo contrário, usando o Conjuntivo, o locutor demonstra que não sabe se a camisola com aquelas características existe ou não; é possível que sim, mas é também igualmente possível que não e o locutor exprime essa contingência e essa possibilidade no seu enunciado. Pode comprovar-se a não especificidade de (7) ao substituírmos novamente o artigo, obtendo desta vez um enunciado agramatical, uma vez que a especificidade do artigo definido se torna incompatível com o Conjuntivo:

- (9) *A Mariana quer a camisola que *tenha* gola azul.

Uma interpretação do enunciado “a camisola que tenha” como “aquela camisola que tiver” vem confirmar o que foi dito anteriormente, na medida em que ao remetermos a interpretação para o futuro estamos a partir do princípio que não sabemos se a camisola existe, ou não.

Os problemas surgem quando, ao definirmos o Modo Conjuntivo em relação ao Modo Indicativo tomando como base os traços [- assertivo] e [+ assertivo], [- factivo] e [+ factivo], [- real] e [+ real], respectivamente, e ao dizermos que com o uso do Indicativo estamos perante uma “assunção de verdade” (enquanto com a selecção do Conjuntivo está patente uma “não-assunção de verdade”), verificamos que estamos a descrever um fenómeno contemplando apenas as regras e deixando de fora as excepções, como mais adiante veremos.

1.1.2. O Conjuntivo para alguns autores: breve síntese

São vários os autores que, ao longo das últimas décadas, elaboraram propostas de definição de traços semânticos para o Indicativo e para o Conjuntivo, todos eles baseados nos pressupostos presentes nas Gramáticas tradicionais, de que o Conjuntivo é o modo do irreal, da incerteza e do impossível. Neste momento torna-se pertinente apresentar as teorias por eles defendidas, no entanto, vamos fazê-lo de uma forma genérica e não de forma aprofundada, uma vez que a sua análise foi concebida para outras línguas, que não o Português, e é nosso intuito proceder a uma explanação mais detalhada das propostas de autores que descreveram e analisaram o Modo Conjuntivo em Português.

Para Pottier (1972), Palmer (1986) e Bell (1990), o Conjuntivo é seleccionado para contextos que não indicam um compromisso do enunciador, ou do sujeito, com a verdade da proposição, em oposição ao Indicativo, que será seleccionado sempre em contextos que indiquem esse compromisso. Pottier defende que os verbos que seleccionam orações completivas estão associados a uma escala que indica esse grau

de comprometimento (menor para o Conjuntivo e maior para o Indicativo). Assim, segundo a sua proposta, seleccionam Conjuntivo os verbos que ocupam um grau baixo dessa escala, como “querer” (grau I) e Indicativo os que ocupam um grau alto, como “saber” (grau III). Ao atribuir ao Conjuntivo um valor prospectivo e ao Indicativo a realização do predicado, esta proposta associa o Conjuntivo à expressão do irreal e o Indicativo à expressão da realidade. Como foi anteriormente referido, também Palmer explica a selecção de modo em termos de grau de comprometimento do enunciador com a verdade da proposição, atribuindo ao Indicativo um maior comprometimento e o não comprometimento ao Conjuntivo, mas vai mais longe ao propor que as orações subordinadas de Indicativo são neutras quanto à modalidade, uma vez que só apresentam uma proposição e que todas as marcas de modalidade se encontram no verbo da oração subordinante. Pelo contrário, as orações subordinadas com Conjuntivo estão sob o escopo semântico do verbo da oração principal, o que faz com que, utilizando o Conjuntivo, o enunciador não se comprometa com a existência de entidades que pertençam ao mundo real, mas a um mundo imaginário, possível, que apresenta mais do que uma proposição. Bell segue as propostas de Pottier e de Palmer relativamente aos graus de comprometimento com a verdade da proposição, atribuindo a selecção de Modo a uma escala de afirmação, em que o Indicativo é seleccionado em construções nas quais o falante transmite a sua convicção na verdade do que afirma, enquanto o Conjuntivo é seleccionado quando o enunciador não tem a certeza da verdade do complemento.

Podemos incluir num outro grupo as propostas de Bybee e Terrell (1990), e de Klein (1990), pelo facto de ambas assentarem na hipótese de que o Indicativo é o Modo da asserção e o Conjuntivo o Modo da pressuposição, ou seja, com Conjuntivo o enunciador pressupõe a verdade das orações, não as asserir, o que significa que a sua finalidade não é afirmar a verdade do complemento, mas apenas transmitir a sua opinião sobre esse conteúdo. Do mesmo modo, partilham a hipótese de que o Modo não é seleccionado pela frase matriz, o que permitiria a existência de Conjuntivo independente, sem depender das propriedades de um verbo superior, mas, pelo contrário, ser esse mesmo complemento a determinar a interpretação do verbo principal.

Estabelecendo uma ligação entre as propostas que acabamos de referir e a

proposta de Palmer encontra-se Farkas (1992). Esta autora defende igualmente que seleccionando o Indicativo o enunciador se compromete com a verdade da proposição e ao seleccionar Conjuntivo não está a asserir a verdade da mesma, ou seja, coloca igualmente a selecção modal em termos de asserção e não asserção². Ao mesmo tempo, Farkas defende, tal como Palmer, que a noção de verdade não é absoluta e tem de ser relativizada em relação ao sujeito ou ao enunciador. Segundo a autora, estamos perante uma semântica de “mundos possíveis” que funcionam como âncora modal em relação à qual as proposições são interpretadas. Assim, se a proposição for interpretada relativamente a um único mundo, é seleccionado o Modo Indicativo, uma vez que existe uma “ancoragem extensional”, se a proposição for interpretada relativamente a um conjunto de mundos, “ancoragem intensional”, a escolha é o Conjuntivo.

Um pouco diferentes das propostas até agora apresentadas, e em certa medida inovadoras, são as propostas de Fukushima (1990) e de Portner (1993), na medida em que sugerem algo que não está de acordo com os princípios tradicionalmente vigentes: para estes dois autores o Indicativo é o Modo associado ao certo, logo, é o Modo marcado e o Conjuntivo o Modo complementar seleccionado nas proposições cuja verdade não é assumida, ou seja, ao contrário dos pressupostos das gramáticas tradicionais, é o Modo não marcado. A diferença que existe entre as propostas de ambos reside no facto de Portner defender que as orações de Indicativo são neutras em termos de modalidade, enquanto Fukushima defende que o Indicativo tem um elevado grau de modalidade, na medida em que, ao dividir as frases em dois domínios de significação (como acontece em Japonês), considera como pertencendo ao domínio da modalidade toda a informação objectiva de um enunciado, e pertencentes ao domínio da proposicionalidade, os juízos subjectivos do enunciador sobre a proposição. Assim, as frases com Indicativo têm um elevado grau de modalidade, uma vez que a informação nova está contida na subordinada, e as frases com Conjuntivo têm um elevado grau de proposicionalidade, na medida em que a informação nova é expressa pelo predicado da oração principal, não sendo a subordinada o centro da informação que o falante deseja transmitir.

² Também Giannakidou (1994) pode ser incluída neste grupo, na medida em que considera que o Conjuntivo surge em orações introduzidas por um operador de não veridicalidade, por oposição ao Indicativo que surgirá em contextos de veridicalidade (*apud* Marques, 1995).

Vejamos, pois, um resumo dos principais traços semânticos do Conjuntivo, em contraste com os do Indicativo, identificados pelos autores que acabamos de enunciar:

	INDICATIVO	CONJUNTIVO
POTTIER et al. (1972)	+ realizado	+ prospectivo
PALMER (1986)	+ comprometimento	- comprometimento
BYBEE e TERRELL (1990)	+ assertivo	- assertivo
KLEIN (1990)	+ afirmação	- afirmação
BELL (1990)	+ verdade	- verdade
FUKUSHIMA (1990)	+ modalidade	+ proposicionalidade
FARKAS (1992)	+ extensional	+ intensional
PORTNER (1993)	+ factivo	- factivo
GIANNAKIDOU (1994)	+ veridicalidade	- veridicalidade

Figura 1

Abstemo-nos neste momento de tecer considerações acerca da validade destas teorias. Como o propósito deste trabalho não consiste no estudo da problemática da selecção de modo, limitamo-nos apenas a apresentar uma perspectiva geral sobre o assunto, para que, ao longo do trabalho, possam ser levantadas algumas questões relativamente a estas teorias.

Em todas estas propostas o modo Conjuntivo é o modo do irreal, do incerto, do hipotético; é o modo seleccionado por contextos que não indicam compromisso do enunciador com a verdade de proposição; é o modo associado à pressuposição, às proposições cuja verdade não é assumida, nas quais há uma ausência de

compromisso com a verdade. Todas estas propostas baseiam a selecção do Modo no “valor de verdade” da proposição, o que significa que está patente uma “assunção de verdade” no modo Indicativo e uma “não-assunção de verdade” no modo Conjuntivo.

No entanto, não podemos deixar de referir que estas abordagens tiveram como objecto de estudo outras línguas, que não a portuguesa. Torna-se, pois, necessário tomar contacto com propostas de análise sobre a modalidade e o Modo Conjuntivo na língua portuguesa, para podermos posteriormente validar, ou não, em Português, os pressupostos apresentados nas propostas anteriores.

1.2. O valor do Conjuntivo em Português: algumas propostas

1.2.1. Fonseca (1970)

Em Fonseca (1970), a autora pretendeu identificar os valores inerentes ao Modo Conjuntivo, valores esses que o particularizassem em relação aos outros modos. Das suas conclusões, retemos duas que julgamos importantes para o desenvolvimento deste trabalho e que passamos a apresentar.

A primeira reside no facto de a autora considerar que por vezes o Conjuntivo não está ligado a valores modais, ou seja, identifica situações em que este Modo ocorre unicamente para exercer uma função sintáctica de dependência da subordinada em relação à subordinante, que Fonseca considera obrigatória sempre que o Modo Conjuntivo ocorre, e dá como exemplo as seguintes frases, que analisa como possuindo igual significado:

(10) É bom que estejas aqui.

(11) Estás aqui, é bom.

Segundo Fonseca, o Conjuntivo no enunciado (10) “é uma mera forma esvaziada de conteúdo, que exprime uma relação sintáctica de correspondência” (Fonseca, 1970:165). De facto, poderíamos igualmente substituir o enunciado (10) por uma construção com Infinitivo que continuaríamos a obter o mesmo significado:

(12) É bom estares aqui.

De acordo com a autora, nestes casos em que não existe modalidade parece assumir importância, como possível seleccionador de modo, o papel daquilo que designa por partícula “que”. De qualquer modo, o que interessa reter nesta perspectiva é a possibilidade de existência de enunciados em que o Conjuntivo surge sem valor modal.

A segunda conclusão decorre da consideração de que o Conjuntivo, nas construções em que tem valor modal, terá um valor de virtualidade, identificando algumas dessas construções como sendo as completivas dependentes de verbos ou

expressões que signifiquem ordem, proibição, exortação, permissão ou desejo. Mesmo que o Conjuntivo ocorra em orações simples, considera a autora que essas orações deverão ser interpretadas como subordinadas a um verbo que expresse as ideias anteriores, apesar de esse verbo ou expressão não aparecer realizado. Daí se justifica a defesa da obrigatoriedade de ocorrência do Conjuntivo em contextos de subordinação sintáctica, uma vez que, como o predicado construído com Conjuntivo tem apenas uma significação virtual, é necessário fixar a referência numa outra oração. Segundo a sua terminologia, os tempos do Conjuntivo serão “tempos relativos”, que podem indicar anterioridade, simultaneidade ou posteridade em relação a um ponto de referência fornecido por outra forma verbal.

Não nos parece que a autora tenha pretendido considerar a existência de “situação de dependência” como um traço individualizador do Conjuntivo, uma vez que a ocorrência de Indicativo na subordinação é igualmente possível e, como tal, largamente utilizada. O interessante na proposta de Fonseca reside no facto de considerar que, enquanto o Indicativo pode, a par da ocorrência em construções independentes, ocorrer em construções de subordinação, o Conjuntivo não pode ocorrer em frases simples, uma vez que a virtualidade do seu significado exige uma ligação a um ponto de referência que terá necessariamente de existir (esteja ele, ou não, realizado). Assim, o que distingue o Conjuntivo do Indicativo será a sua virtualidade. Atentemos nos exemplos (13) e (14), em tudo semelhantes a (6) e (7):

(13) Ele procura um livro que *trata* desse assunto.

(14) Ele procura um livro que *trate* desse assunto.

Em ambos os enunciados estamos perante uma situação de subordinação. A diferença de significação que existe quando os interpretamos advém do valor virtual do Conjuntivo, o que quer dizer que interpretamos (14) como “o sujeito não sabe se existe um livro com aquelas características”, e (13) como “esse livro existe e o sujeito sabe da sua existência”. De facto, se construíssemos estes exemplos em situação de orações independentes, a frase com Conjuntivo seria agramatical (15), enquanto a frase construída com Indicativo seria possível (16):

(15) * Um livro *trate* desse assunto.

(16) Um livro *trata* desse assunto.

A única dependência existente em (16), que condicione a sua interpretação, será a do demonstrativo “desse” em relação a algo mencionado anteriormente no contexto. Pelo contrário, em (15), o facto de o verbo se encontrar no Conjuntivo torna o enunciado agramatical, uma vez que não temos um ponto de referência que permita a sua interpretação. Esse ponto de referência seria, segundo Fonseca, um verbo ou expressão de ordem (17), proibição (18), desejo (19), ou qualquer verbo que veicule um dos significados que têm vindo a ser associados ao Conjuntivo:

(17) É necessário um livro que *trate* desse assunto.

(18) É proibido um livro que *trate* desse assunto.

(19) Ele quer um livro que *trate* desse assunto.

Assim, embora não sendo exclusiva do Conjuntivo, a situação de ocorrência em construções de subordinação é obrigatória para este Modo, característica esta que o distingue do Indicativo. Essa obrigatoriedade decorre de uma outra característica do Conjuntivo identificada por Fonseca: o seu valor virtual, que torna a interpretação dependente da existência de uma referência na oração subordinante.

1.2.2. Faria (1974)

Vejamos agora, uma vez que os pressupostos em que baseia a sua abordagem são semânticos e nos parecem de suma importância para a continuidade do nosso trabalho, a proposta defendida por Faria (1974) que vem no seguimento do pressuposto defendido por Fonseca (1970), de que não existe Conjuntivo independente. Esta autora, tentou responder às seguintes questões:

- a que se deve o aparecimento do Conjuntivo?
- quais as condições da sua existência?
- de que tipo são essas condições?

Considera, então, que as Gramáticas tradicionais, por se basearem apenas no comportamento de superfície, não esclarecem estas perguntas. No entanto, destaca uma definição do Conjuntivo que se encontra na gramática filosófica de Barbosa (1871), segundo a qual: “O **subjunctivo**, ou **conjunctivo**, é um modo pelo qual o

verbo enuncia a coexistência do attributo no sujeito de uma maneira affirmativa, porém indirecta e dependente de outro verbo claro, ou occulto, que o determina, e sem o qual não faz sentido nem póde estar na oração. Chamam-se subjunctivas a esta linguagens, porque são de sua natureza subordinadas a outras, e ligadas com ellas ordinariamente pelo conjunctivo *que*” (Barbosa 1871: 154)³.

A autora considera, pois, relevante o facto desta definição conter o caminho que queria explorar - o Conjuntivo dependente de um verbo claro ou occulto - ou seja, dependente de restrições impostas por um verbo superior ou elementos da frase mais alta que podem, ou não, estar visíveis na estrutura de superfície.

Eis, em suma, o que tenta provar no seu artigo:

1. o Conjuntivo é determinado pela existência, na base, de um Verbo-Mais-Alto, Negação ou Tempo, que considera modificadores verbais;

2. o Conjuntivo, tal como se apresenta na superfície, é o resultado da aplicação de um sistema de transformações (aplicadas sobre o auxiliar da frase inferior), que resultam da actualização das restrições impostas pelo Verbo-Mais-Alto;

3. essas restrições baseiam-se em traços semânticos, ou seja, pressupõe-se que o complemento de uma frase contenha uma proposição [+/-POSSÍVEL]. O Verbo-Mais-Alto que as impõe pode ser um verbo declarativo ou de asserção mental.

Verbos como *dizer, ordenar, determinar, estabelecer, querer, desejar, propor, sugerir*, etc., impõem restrições seleccionando, em Português, o modo Conjuntivo, uma vez que se parte do princípio que uma ordem, um pedido ou um desejo, que ainda não foram satisfeitos não são verdadeiros, mas apenas possíveis ou prováveis.

Faria chama verbos de “asserção mental” a verbos como *lamentar, censurar, conceber, consentir, duvidar, recear, temer, tencionar, tolerar*, entre outros, em que se parte da pressuposição de que o complemento de uma frase contenha uma proposição verdadeira, ou seja, o sujeito da frase superior pressupõe um potencial de verdade da frase complementar. Estes complementos dependem de uma pressuposição e não de uma declaração.

A ideia até aqui defendida por Faria foi a de que as estruturas subjacentes são sempre iniciadas por um verbo, que pode, ou não, estar expresso. Assim, segundo ela, teremos Conjuntivo sempre que for possível atribuir dois, ou mais, valores de verdade à frase complexa, ou seja, sempre que as pressuposições do falante

³ Negrito e itálicos do autor.

corresponderem ao Grau de Verdade do predicado da frase-mais-alta. São, pois, as restrições da frase-mais-alta que constróem os contextos de inserção do Conjuntivo. Estas restrições podem ser qualificadoras, quantificadoras, a disjunção e a negação, e são impostas pelos traços.

[+/- declaração]

[+/- verbo]

[+/- comunicação]

Estes traços tornam-se num Operador Modal Potencial que selecciona Conjuntivo, uma vez que a opinião do falante pode, ou não, coincidir com a verdade.

Faria considera, então, os seguintes contextos de ocorrência do Conjuntivo:

A. Declarações de ordem:

(20) Ordeno-te que *pares* de bater com a cabeça nas paredes. (p.93)

A autora atribui a selecção do Conjuntivo nestas construções ao Operador Tempo, uma vez que considera que, na subordinação, existe dependência temporal entra as duas orações, ou seja, as restrições de tempo do verbo superior, que em (20) é o Presente, fazem com que o tempo da enunciação seja anterior ao da execução dessa ordem.

B. Completivas com verbos de asserção mental:

(21) Ela acredita que as flores *sejam* a causa da alergia. (p.110)

Nestas construções atribui a selecção de Conjuntivo ao Operador Modal Potencial (poder), uma vez que a frase pode ser parafraseada por “As flores *podem ser* a causa de ...”, construção em que o sujeito pressupõe a verdade da proposição complementar.

C. Disjunção inclusiva:

(22) Quer *chova* quer *faça* sol, saio. (p.127)

O que leva à ocorrência de Conjuntivo é o facto de estas orações subordinadas (em relação à frase-mais-alta, uma vez que estamos perante orações coordenadas disjuntivas) estarem sob o escopo de um Operador de Tempo Futuro, ou seja, a

selecção do Conjuntivo deve-se à presença do elemento tempo futuro na frase superior. Para verificar esta proposta veja-se (23):

(23) Quer *tenha chovido* quer não *tenha*, amanhã saio.

À primeira vista pode parecer que um enunciado deste tipo demonstra que não é necessário que a frase construída com Conjuntivo esteja temporalmente localizada no futuro, uma vez que o tempo empregue é o Pretérito Perfeito Composto, no entanto não é o que sucede. O significado do advérbio de tempo “amanhã” presente na oração subordinante abrange não apenas a oração em que está incluído, mas também a subordinada (novamente em relação à frase-mais-alta), na medida em que estabelece a referência a partir da qual a proposição vai ser interpretada, e esse ponto de referência em (23) é “amanhã saio”, ou seja, o evento (sair) vai realizar-se no futuro, independentemente de nessa altura (amanhã) ter chovido ou não. Assim, a interpretação de (23) será a mesma de (24), frase em que unicamente se alterou a posição do advérbio:

(24) Amanhã, quer *tenha chovido* quer não *tenha*, saio.

Para confirmar este pressuposto de que há realmente dependência temporal da subordinada em relação à subordinante, atentemos ainda num outro exemplo de Faria:

(25) *Quer *chova* quer *faça sol*, saí. (p.129)

A agramaticalidade de (25) deve-se ao facto de a dependência temporal não ter sido observada, uma vez que foi utilizado na subordinante um tempo passado (Pretérito Perfeito), enquanto a subordinada aponta para o futuro. Devido à pertinência destas considerações para a abordagem que estamos a realizar, esta questão será novamente abordada em fase posterior do trabalho, à luz de novos dados.

D. Disjunção exclusiva:

(26) *Doa a quem doer ela tem sempre uma palavra a dizer.* (p.131)

Segundo a autora, o que induz a selecção de Conjuntivo nestas construções será a não actualização, na estrutura de superfície, de um Operador Modal Potencial (pode) que existiria na estrutura profunda, e que daria origem a um enunciado como “pode doer a quem doer...”, se estivesse actualizado.

E. Quantificação nominal:

(27) Há pouca gente que *saiba* ouvir música. (p.137)

É novamente o Operador Modal Potencial (*pode* saber) que leva à selecção do Conjuntivo nestas construções, uma vez que conduz a uma interpretação do tipo “há pelo menos 1x que sabe ouvir”. O Conjuntivo ocorre, segundo a hipótese de Faria, quando o sujeito é expresso por um quantificador existencial do tipo “pouca” e se atribui potencialidade a esse quantificador.

Esta é (como se depreende pela justificação do aparecimento do Conjuntivo na estrutura de superfície, como sendo o resultado da aplicação de uma série de transformações) uma proposta que tem como base um modelo de gramática Generativo-Transformacional, que não é directamente transponível para o quadro actual da teoria. O que importa neste momento destacar são as conclusões a que Faria chega no final do seu trabalho e que nos parecem muito importantes:

1. o Conjuntivo depende, sempre, de restrições impostas pelas características semânticas dos verbos superiores, o que significa que as estruturas subjacentes são sempre iniciadas por um verbo, que pode, ou não, estar expresso;
2. existe Conjuntivo sempre que a proposição em que ele se insere puder ter dois, ou mais valores de verdade ;
3. a dependência temporal, a negação e a existência de modais potenciais são operadores que levam à selecção de Conjuntivo.

Concluindo, Faria (1974) assenta toda a sua teoria em pressupostos semânticos, em critérios semânticos de selecção (que fazem com que o Conjuntivo ocorra em proposições que não são assumidas como verdadeiras), tais como:

- a existência de verbos em que uma ordem ou um desejo que ainda não foi satisfeito, não é verdadeiro;
- a existência de verbos de “asserção mental”, em que os complementos

dependem de uma pressuposição.

Para Faria, com Conjuntivo a verdade do complemento não é assumida.

Estas considerações aparentemente seguras, que vingaram ao longo do tempo e continuam a ser pertinentes para a explicação da maior parte das construções, necessitam alterar-se quando nos deparamos com enunciados como (28) e (29), em que se encontram concretizadas algumas excepções:

(28) Penso que os cães *têm* bico.

(29) Lamento que *tenhas* perdido a oportunidade.

Em (28), verificamos que nem sempre uma asserção no Indicativo é verdadeira e em (29), estamos perante uma oração subordinada com o verbo no Conjuntivo que é verdadeira, o que significa que as propostas de descrição anteriores não são válidas para descrever a totalidade do fenómeno de selecção modal, uma vez que não explicam a ocorrência de Indicativo em orações cuja verdade não é assumida (28), nem a ocorrência de Conjuntivo em orações em que a verdade é assumida (29).

Por este motivo, esta concepção tem vindo a ser questionada nas últimas décadas e outras interpretações têm vindo a ser apresentadas. É o caso da proposta defendida por Marques (1995), que baseia toda a sua tese no levantamento de enunciados que efectivamente seleccionam Modo Conjuntivo, mas que se encontram fora do escopo destas explicações, tais como, as orações completivas com verbos factivos como *lamentar* (29) e as orações concessivas (30)⁴:

(30) Embora *tenha* dinheiro, não gosto de gastá-lo.

1.2.3. Marques (1995)

Segundo Marques, as propostas tradicionais de tratamento semântico que fundamentam a selecção de Modo no valor de verdade da proposição não dão conta dos factores responsáveis pela selecção de Modo nas construções consideradas problemáticas, como (29) e (30). Por esse motivo, o seu trabalho consiste na

apresentação de uma nova proposta sobre a distribuição dos Modos em Português, que permita identificar os factores que regulam essa distribuição. Nesse sentido, apresenta e analisa construções que exibem Conjuntivo, de forma a perceber a obrigatoriedade dessa ocorrência em certos contextos e a sua exclusão noutras construções. Verifica, então, que em línguas como o romeno, o húngaro e o grego moderno, o que determina o modo não parece ser a indicação de a proposição ser ou não verdadeira, mas o tipo de atitude expressa para com o valor de verdade da proposição, ou seja, “o enunciador, ao asserir a frase, apresenta a sua crença no valor de verdade da proposição (...). As frases declarativas expressam, portanto, crença do enunciador na verdade da proposição que descreve (...) pelo que é seleccionado o modo que marca essa atitude – o indicativo, (...) enquanto o conjuntivo é seleccionado nas construções que não indicam uma atitude de crença ou de conhecimento.” (Marques, 1995:135-137).

Daí, Marques conclui que a consideração tradicional de Conjuntivo como Modo marcado (por oposição ao Indicativo, que não está associado a um valor modal específico) não é adequada e propõe exactamente o contrário: “(...) é o indicativo o modo forte, capaz de marcar a atitude modal considerada relevante, a qual, aparentemente, pode variar de acordo com as línguas.” (Marques, 1995:120).

Esta é uma proposta que assenta, em parte, em Fukushima (1990), que defendia que o Indicativo tem elevado grau de modalidade e o Conjuntivo de proposicionalidade. No entanto, difere desta a partir do momento em que Fukushima atribui a diferença de Modos à presença/ausência de modalidade, enquanto Marques defende que ambos os Modos podem veicular valores modais. Deste modo, a oposição Indicativo/Conjuntivo assenta no pressuposto de que o Indicativo é o Modo marcado, na medida em que surge associado a uma atitude epistémica de conhecimento ou crença da parte do enunciador em relação à verdade da proposição e o Conjuntivo o Modo não marcado, surgindo associado a uma maior variedade de valores modais. O Conjuntivo é, pois, nesta proposta, seleccionado para todos os contextos em que está excluído o Indicativo, funcionando como Modo complementar sempre que o enunciador não apresenta a sua crença no valor de verdade da proposição.

Ao fundamentar a distribuição de Modo no tipo de atitude modal expressa para

⁴ O exemplo (30) é de Marques (1995:27).

com o valor de verdade da proposição, já se compreende a ocorrência do Conjuntivo nos contextos apresentados como problemáticos para as teorias que assentam a selecção de Modo no valor de verdade da proposição: as orações concessivas e as orações introduzidas por verbos factivos. Na verdade, pensamos que por si só este pressuposto já justifica que as construções com verbos factivos seleccionem realmente Conjuntivo, na medida em que o que está em causa nestas construções não é a verdade da proposição, mas a atitude expressa pelo enunciador para com essa proposição: o que ele pretende realmente expressar não é o facto, mas o que sente perante esse facto, a sua opinião, por isso tem necessariamente de modalizar o enunciado. Aliás, já Bybee e Terrell (1990), e também Klein (1990) propunham que a finalidade do enunciador, neste tipo de construções, não é afirmar a verdade do complemento, mas apenas transmitir a sua opinião sobre esse conteúdo.

Consideramos ainda pertinente neste trabalho o facto de Marques levar em linha de conta “como factor primordial, os valores semânticos dos verbos que seleccionam um e outro modo na sua oração complemento” (Marques, 1995:4), ou seja, o significado dos verbos da oração subordinante. Mais adiante veremos como, na defesa dos nossos pressupostos, se torna importante fazer depender a selecção modal das características semânticas dos verbos das orações subordinantes. De facto, se partirmos do princípio de que o principal elemento que determina a selecção de modo na oração subordinada é o significado do predicado subordinante, uma vez que dele depende a forma como se apresentam os argumentos e, por conseguinte, o grau de asserção que se atribui à proposição, chegamos à conclusão de que, com o Conjuntivo, o acontecimento se mostra de maneira abstracta, não actualizado no sentido de que não se propõe como resultado de uma asserção independente, mas vinculada ao facto da valorização proposta na oração superior. Assim, a presença de um predicado valorativo como “lamentar” (que não sendo modal no sentido clássico, exprime contudo uma apreciação) na oração subordinante, induzirá necessariamente uma modalização não assertiva na oração subordinada.

1.2.4. Santos (1999)

Santos (1999) apresenta um estudo sobre a língua portuguesa baseado no princípio abrangente de que o Modo Conjuntivo possui uma unidade, o que torna

possível uma explicação unificada baseada no significado, por forma a explicar os usos do Conjuntivo em Português. Assim, o seu trabalho apresenta a característica inovadora de pretender seguir, simultaneamente, duas linhas de investigação que habitualmente são perspectivadas separadamente: por um lado segue os pressupostos sobre a regência lançados na obra de Soares Barboza, ou seja, vai basear a sua análise em pressupostos sintácticos (cf. 1.2.2.2.); e ao mesmo tempo segue a linha do conteúdo semântico das obras de Silva Dias (1889), que não abordamos, numa perspectiva semântico-pragmática. Apesar de realizar uma abordagem que difere das habituais, por ser abrangente, a autora não deixa de confrontar as suas hipóteses com trabalhos elaborados a propósito de outras línguas, nomeadamente nas influências que demonstra ter assimilado de Klein (1990), em relação ao valor de não-afirmação do Conjuntivo, e de Bybee e Terrell (1990) na aplicação dos princípios da pressuposição à explicação dos usos do Conjuntivo.

Santos inicia o seu estudo com uma descrição sintáctica do Conjuntivo, considerando, numa primeira fase, que o Conjuntivo português tem um estatuto de monema e de modalidade verbal, uma vez que corresponde a uma unidade de significação mínima, identificável por segmentação e por comutação, que determina esse monema verbal. Nesta perspectiva, analisa as relações sintagmáticas desses monemas dentro da frase, constatando que os sintagmas verbais (SV) que contêm um monema do Conjuntivo são objecto de uma determinação intra-sintagmática que confere a esse sintagma um valor concreto de “não-afirmação”. Embora reconheçamos a pertinência duma abordagem deste tipo, os pressupostos morfo-sintácticos que subjazem à sua tese e que acabamos de referir sucintamente, não serão objecto de estudo no trabalho que estamos a desenvolver, pelo que passamos a apresentar os princípios semânticos.

Numa segunda fase, a autora interroga-se sobre as atitudes do falante, ou mais precisamente, sobre qual será a sua finalidade ao utilizar o Conjuntivo. Parte, então, do princípio que, no plano dos usos concretos, independentemente do contexto, qualquer enunciado que contenha o Conjuntivo “indica que o falante não afirma o conteúdo significativo do seu enunciado, ou porque não o subscreve como sendo absolutamente certo ou verdadeiro, ou porque dele tem um conhecimento não comprovado, ou porque não pretende transmiti-lo como sujeito a discussão, ou porque o remete para as informações acessórias da interacção dialogal. Por conseguinte, torna-se no instrumento privilegiado de veiculação de informação *pressuposta*, ou

seja, de informação à qual é conferido um grau menor de *relevância* (...)” Santos (1999:582). Segundo a autora, é a determinação modal que despoleta a modalização do enunciado e considera dois tipos de modalização a que o Conjuntivo está ligado: as modalizações epistémicas, em que existe um distanciamento marcado pelo enunciador em relação aos factos que relata; e as modalizações deônticas, em que esse distanciamento é marcado em relação ao seu interlocutor.

Relativamente à problemática que envolve as classes Modo e Tempo e que diz respeito à sequencialização temporal (problemática esta tradicionalmente discutida, sobre a qual existem diferentes opiniões), considera a autora que se devem seguir os princípios da “consecutio temporum”, ou seja da dependência temporal dos enunciados com Conjuntivo relativamente a um ponto de referência que se encontrará fora desse enunciado que contém o Conjuntivo, uma vez que parte do princípio que ainda está por fazer a análise crítica de enunciados que neguem esse princípio básico do Conjuntivo, segundo o qual não há possibilidade de referenciar directamente um enunciado que contenha uma oração com Conjuntivo no momento da enunciação. No entanto, consideramos este ponto de vista discutível e apresentamos no Capítulo 3 uma análise dos dados que aportará novas perspectivas a esta questão.

Chega, pois à conclusão que o Conjuntivo é interpretado de acordo com duas possibilidades, ambas postuladas por Bybee e Terrell (1990) e que são complementares:

- as formas do Conjuntivo não têm significação plena (p.174).
- as formas do Conjuntivo têm significação própria (p.147)

De acordo com a primeira proposta de interpretação, considera a autora que numa abordagem baseada na sintaxe o Conjuntivo é visto como “o reflexo esvaziado de sentido de uma “regência”, ou ainda como uma unidade arbitrária, discreta e portadora de um único traço significativo (...)” (Santos,1999:21). Neste sentido o Conjuntivo será um Modo verbal incapaz de subsistir por si próprio e será sempre regido ou determinado por outro elemento.

Seguindo a segunda proposta de interpretação, Santos considera que este ponto de vista baseado na semântica não é uma alternativa à perspectiva anterior, mas funcionará como um complemento, reconhecendo assim que o Conjuntivo possui “um

conteúdo próprio, assimilável de algum modo à expressão do pensamento do falante, a uma qualquer operação mental que este aplique aos factos.” (Santos,1999:22), aceitando assim o ponto de vista mais comum que classifica o Conjuntivo como expressão do “não-real”, ou mesmo do “virtual”, por oposição à expressão do “real”, característica do Indicativo. Neste sentido rejeita a designação do Conjuntivo como “modo da subordinação”, não porque ele não ocorra em todos os tipos de orações subordinadas, mas porque, tal como defende Marques (1995), não é o único modo possível na subordinação, uma vez que o Indicativo também ocorre em orações subordinadas, e porque, como foi dito anteriormente, o Conjuntivo possui características próprias.

A inovação da sua abordagem consiste, pois, em integrar na mesma proposta as vertentes que consideram o Conjuntivo um Modo de ocorrência obrigatória decorrente de uma regência pré-estabelecida e aquelas que admitem que o falante escolhe voluntariamente o Conjuntivo, ou seja, esta autora propõe um estudo integrado deste Modo, devido ao facto de ter constatado a sua pluridimensionalidade.

Vejamos um quadro-síntese contendo os principais traços do Conjuntivo em Português, segundo os autores que acabamos de referir:

	CONJUNTIVO
FONSECA (1970)	+ virtual
FARIA (1974)	- verdade
MARQUES (1995)	- crença
SANTOS (1999)	+ virtual - verdade - crença

Figura 2

1.3. Alguns contextos de utilização do Conjuntivo

Tendo em vista as propostas que acabámos de expor, é chegado o momento de verificar a adequabilidade destas propostas à língua portuguesa, designadamente nas construções que são objecto de estudo deste trabalho: as orações subordinadas completivas. Para tal, procederemos à descrição das ocorrências destas duas construções no Capítulo 3. Contudo, e apenas por uma questão de método, vamos nesta secção previamente referir, de forma sumária, quais os tipos de construções em que ocorre o Conjuntivo em Português. Posteriormente vamos proceder da mesma forma para com o Latim, uma vez que consideramos pertinente um contraste com esta língua para a compreensão do Modo Conjuntivo em Português. A finalidade de tal procedimento consiste em podermos observar a ocorrência deste Modo em determinadas construções latinas que se apresentam problemáticas em Português, nomeadamente as completivas com verbos como “lamentar” e as concessivas, com o único fito de constatar que elas não são problemáticas em Latim, uma vez que a sua ocorrência se dá em contextos que se enquadram nos pressupostos veiculados pelos autores que apresentámos nas secções 1.1. e 1.2..

1.3.1. Distribuição do Conjuntivo em Português

Em Português, o Conjuntivo “emprega-se normalmente na oração subordinada” (Cunha e Cintra, 1986:463). Se partirmos desta breve descrição, estaremos a incidir apenas sobre uma das suas possíveis realizações, neste caso, o seu emprego nas orações subordinadas. De facto, os mesmos autores mais adiante consideram que “quando usado em orações absolutas, ou orações principais, envolve sempre a acção verbal de um matiz afectivo que acentua fortemente a expressão de vontade do indivíduo que fala.” (p. 463). Desta citação depreendemos que o Conjuntivo poderá igualmente ocorrer em orações independentes. No entanto, como já constatámos anteriormente, esta descrição da distribuição e valor do Conjuntivo não é consensual. Mattoso Camara (1988:98) acrescenta que “o subjunctivo tem características sintácticas de ser uma forma verbal dependente de uma palavra que o domina, seja o

advérbio *talvez* preposto, seja um verbo da oração principal” aproximando-se mais de uma descrição deste modo como sendo próprio das orações subordinadas.

A possibilidade de ocorrência de Conjuntivo em orações independentes, identificada pelas gramáticas tradicionais, que já havia sido posta em causa em Faria (1974), é retomada na gramática de Mateus et al. (1983:151-152). Segundo estas autoras, “ele ocorre obrigatoriamente em orações subordinadas em que o predador da oração subordinante é: avaliativo; volitivo/optativo; uma modalidade lexicalizada; de actividade mental cuja modalidade é **possível ou contingente**⁵; um predicado de uma construção causativa”, porque, baseadas num modelo de Gramática Generativo-Transformacional, haverá sempre na estrutura profunda um verbo, ou uma expressão, que introduzem a oração subordinada de Conjuntivo, mesmo quando este não é visível na estrutura de superfície.

Apesar de termos consciência de que a existência de propostas contraditórias que se invalidam é prejudicial a uma tentativa de sistematização das ocorrências do Conjuntivo, consideramos que esta se afigura necessária para o prosseguimento deste trabalho, na medida em que nos vai permitir isolar alguns dos seus usos no conjunto das ocorrências, nomeadamente, a ocorrência em orações subordinadas completivas. Por este motivo, vamos limitar-nos a fazer uma apresentação dos contextos em que tipicamente o Conjuntivo surge, para, no Capítulo 3 nos debruçarmos de forma mais aprofundada sobre este tipo de orações subordinadas.

Quando um falante, ao produzir um enunciado, selecciona um determinado Modo está presente uma modalização que veicula informação sobre o ponto de vista do enunciadador relativamente a esse enunciado. Nas orações subordinadas em que é seleccionado o Conjuntivo, consideramos que o principal elemento que determina a selecção desse Modo é o significado do predicado da oração subordinante. Dele depende a selecção dos argumentos e, por conseguinte, o grau de asserção que se atribui à proposição. Assim, por exemplo, um predicado superior com significado volitivo, ou de ordem, gera uma modalização deôntica não assertiva na oração subordinada, uma vez que remete para algo que apenas se deseja que aconteça no futuro, ou seja, num tempo futuro sobre o qual não é possível ter certezas. Um

⁵ Negritos das autoras.

predicado de dúvida, ou desconhecimento, induz uma modalização epistémica igualmente não assertiva na oração subordinada.

No sentido de ilustrar estas considerações procederemos seguidamente à caracterização de ocorrências do Conjuntivo.

1.3.1.1.ORAÇÕES SUBORDINADAS COM CONJUNTIVO

Nas Gramáticas tradicionais, desde as mais antigas até às mais recentes, são vastas as listas de empregos do Conjuntivo e muitas vezes são contraditórias nas suas apresentações. Este facto talvez se explique na medida em que se revela difícil a identificação dos conteúdos que pertencem exclusivamente ao Conjuntivo, pois ele depende de outros elementos. Muitas vezes ele fica tão próximo do Infinitivo que é facilmente substituído por este sem se perder o sentido original:

(31) O mais provável é que seja surdo.

(32) O mais provável é ser surdo.

Perante este panorama, e citamos Santos (1999:158), “é quase impossível formalizar quer as formas desses antecedentes (verbos, locuções, substantivos, adjectivos, etc.) quer os seus sentidos. Nestas condições, tentar uma perspectiva semasiológica, recenseando numa primeira fase a infinitude de empregos e uniformizando-os numa segunda fase em categorias semânticas consensuais é uma expedição à partida condenada ao insucesso (...)”. Apesar da existência de todos estes problemas, é nosso intuito proceder a uma enumeração apenas sumária e não exaustiva das principais ocorrências do Conjuntivo, catalogando-as segundo a terminologia das Gramáticas tradicionais (numa primeira fase para o Português e numa segunda fase para o Latim).

1.3.1.1.1. Orações subordinadas substantivas
--

A

As orações completivas permitem a ocorrência de alternância verbal, o que faz

com que o Conjuntivo seja seleccionado quando o enunciador pretende exprimir os valores de⁶:

► **vontade, desejo e volição**, como: *querer, apetecer, exigir, pedir, preferir, pretender, admitir, recomendar, requerer, rogar, solicitar, sugerir, suplicar, urgir, negar*.

Estes predicados introduzem uma modalização volitiva da proposição subordinada e não veiculam a verdade da proposição sobre a qual recai o desejo, como se pode observar em (33).

Seleccionam igualmente Conjuntivo as completivas de adjectivo que signifiquem vontade ou necessidade, com adjectivos como: *necessário, preciso, oportuno, conveniente*, etc., como (34):

(33) O João quer que *acordes* todos os dias às 7h.

(34) É necessário que revejas todo o plano da tese.

► **sentimento ou apreciação**, através de verbos com valor intelectual e emotivo, como: *apreciar, assustar, chatear, chocar, comover, compreender, consentir, convir, aconselhar, agradecer, aguardar, envergonhar, espantar, esperar, estranhar, evitar, impedir, incomodar, lamentar, sentir, lastimar, perceber, preocupar, procurar, revoltar, surpreender, temer, tentar, transtornar*.

(35) O teu pai consente que *viajes* no meu carro.

► **dúvida**, quando o verbo da oração principal significa incerteza ou dúvida, como os verbos: *duvidar, recear, suspeitar, desconfiar*, etc. (36), e ainda completivas de adjectivo que signifiquem dúvida e incerteza, com adjectivos como: *duvidoso, improvável, inverosímil, questionável, problemático, confuso, hipotético, discutível, presumível*, etc (37):

(36) O João duvida que *saibas* falar Russo.

(37) É discutível que o assunto *seja* de interesse geral.

⁶ A enumeração que vamos realizar baseia-se em Marques, (1995) e em Ridruejo, (1999:3211-3251).

► **ordem** ou **proibição**, como os verbos: *ordenar, decretar, intimar, mandar prescrever, determinar, proibir*, etc.

(38) Decretaram que se *instaurasse* um regime de segurança máxima nos aeroportos.

(39) Proibo-te que *saías* à noite sozinha.

► **finalidade** ou **intenção**, através de predicados constituídos por verbo *haver* + nome, como: *propósito, desígnio, intento, empenho, projecto*, etc.

(40) Em Barrancos há o firme propósito de que este ano, mais uma vez, se *cumpra* a tradição.

► **permissão**, como os verbos *permitir, deixar, consentir*, etc.

(41) Permitem que os idosos *recebam* visitas todos os dias das 14h às 16h.

B

1. O Conjuntivo é ainda seleccionado quando na oração subordinante existem:

► verbos no **Futuro**:

(42) A opinião dela será/vai ser que *façam* o trabalho rapidamente.

► **verbos opacos** (Quine, 1961:139-157) e (Marques,1995:9)⁷ com respeito à verdade da proposição:

(43) Procuro um cão que *fale* Inglês.

⁷ Segundo este autor, na sequência de Quine (1961) e outros, a diferença entre verbos opacos e verbos transparentes reside no facto de que “apenas os primeiros permitem que este (o SN complemento) tenha uma **leitura não específica** – uma leitura em que não são identificadas entidades concretas – embora não esteja excluída a possibilidade de o SN ter também uma **leitura específica** – leitura em que se identificam entidades concretas. Quanto ao SN complemento de verbos transparentes, podem ter

► verbos com significado de *necessidade* ou *conveniência* em construção impessoal:

(44) Convém que se peça com antecedência.

► **predicados causativos**, como: *fazer, conseguir, deixar, impedir*, etc. Estes predicados pressupõem a verdade do complemento quando são afirmados (45), mas quando são negados não (46):

(45) Deixou que o marido se fosse embora. (O marido foi embora – pressupomos nós.)

(46) Não deixou que o marido se fosse embora. (Não sabemos se ele realmente foi ou não.)

► **verbos sob o escopo da negação**, uma vez que esta altera o grau de crença a que os verbos estão primariamente associados:

(47) Não acho que *tenhas* razão.

(48) Nunca acontecia que *dançasse* com jovens.

► **adjectivos** que significam variados matizes de valor intelectual ou afectivo, que recai sobre a subordinada e lhe impõe o Conjuntivo, em certas construções, como: *absurdo, curioso, fácil, justo, injusto, útil, legítimo, lógico, melhor, perigoso, raro, preferível, suficiente, vergonhoso, extraordinário, significativo*, etc.

(49) É | lógico | que seja como ele diz.
| extraordinário |
| significativo |

2. O Conjuntivo é igualmente seleccionado quando a oração subordinada:

► não indica o motivo ou causa da eventualidade da oração principal, mas apresenta o seu resultado e consequência:

apenas a leitura específica.” (Os parênteses são nossos e os negritos do autor.)

(50) Deu azo a que *chegasse* tarde.

► é sujeito de passivas reflexas dependentes de verbos de vontade ou desejo, uma vez que apresentam uma relação semântica com o verbo principal, semelhante à do objecto directo em orações activas:

(51) Na escola *prefere-se* que os alunos *apresentem* resultados positivos (=É preferível que os alunos *apresentem* resultados positivos)

C

Há ainda que ter em conta os casos de **dupla selecção**:

► Há **verbos** que seleccionam tanto o Indicativo como o Conjuntivo, com resultante modificação do sentido da frase, como: *acreditar, admitir, assumir, calcular, certificar, desconfiar, imaginar, julgar, pensar, presumir, prever, supor, suspeitar*. São verbos que indicam conhecimento (52), ou desconhecimento e incerteza, como (53):

(52) Acredito que *sejas/és* conhecedor do assunto.

(53) Desconfio que *é/seja* inteligente.

A frase (53) pode ser interpretada de duas formas diferentes, consoante o verbo esteja no Indicativo ou Conjuntivo. Com Indicativo obteríamos um enunciado como (54) e com Conjuntivo um enunciado como (55), que têm significações contrárias:

(54) Deve ser inteligente.

(55) Não deve ser inteligente.

Com predicados como *assegurar-se de, comprovar*, se os predicados refletem um conhecimento ou percepção já adquiridos, através da utilização de um tempo passado, utiliza-se Indicativo, como se pode observar em (56) e (57). Se os conhecimentos são considerados como meramente eventuais (através da utilização de expressões adverbiais e do Infinitivo, o que remete para um tempo futuro), é

impossível o compromisso sobre a verdade da proposição complemento e nesse caso pode aparecer na subordinada tanto o Indicativo como o Conjuntivo (58):

- (56) Assegurou-se que os convidados já *estavam* servidos.
- (57) Comprovou que a acta já *estava* assinada.
- (58) Antes de partires assegura-te que o sol já *nasceu/já tenha nascido*.

► Também os **adjectivos** que significam valores afectivos e intelectuais admitem tanto Indicativo como Conjuntivo:

- (59) O curioso é que *vai/vá* para Marrocos nessas condições.

Quando o adjectivo supõe asserção (como com *certo, seguro, evidente*), na subordinada aparece Indicativo (60). No entanto, sempre que estiverem presentes factores que impeçam a asserção, como por exemplo o Futuro, que ao indicar posterioridade introduz alguma incerteza, é seleccionado Conjuntivo (61):

:

- (60) É certo/evidente que *vai* para Marrocos.
- (61) O mais certo será que *vá* para Marrocos.

Assim, através da alternância modal verificamos que é possível dissociar o compromisso sobre a verdade da proposição assumido pelo falante: quando o falante pretende comunicar a verdade da proposição, ou se a intenção expressa na subordinante tender para a realização, emprega-se o modo Indicativo, caso contrário, se o falante não asserir a verdade da proposição complemento, ou se a intenção expressa na subordinante indicar, por si, presuposição, emprega-se o Modo Conjuntivo.

1.3.1.1.2. Orações subordinadas adverbiais
--

Estas orações são também denominadas “circunstanciais”, na medida em que

exprimem uma circunstância da oração subordinante. Quando a circunstância é real, é seleccionado o Indicativo, quando exprimem uma circunstância que não se assere como real, ou uma finalidade que se pretende atingir, é utilizado o Conjuntivo.

Como o presente trabalho não incide sobre este tipo de orações, vamos limitar-nos à sua apresentação para que a sistematização dos contextos de ocorrência do Conjuntivo não fique incompleta.

► **temporais:**

Estas subordinadas seleccionam normalmente Indicativo. No entanto, podem também seleccionar Conjuntivo, em particular quando exprimem finalidade ou intenção:

(62) O João vai para casa antes que o jogo *comece*.

► **concessivas:**

Estas construções são problemáticas, na medida em que deveriam permitir alternância de modo sempre que a concessão fosse real (Indicativo) ou suposta (Conjuntivo), o que na realidade não acontece, uma vez que o Conjuntivo é o único Modo seleccionado, sendo, por conseguinte, as ocorrências com Indicativo consideradas agramaticais:

(63) Embora *chova*, não levo guarda-chuva.

(64) *Embora *chove* não levo o guarda-chuva.

► **finais:**

Do mesmo modo, estas orações seleccionam obrigatoriamente Conjuntivo, mas esse uso é habitualmente explicado porque estas orações apontam para algo que ainda não se realizou:

(65) Uns trabalham para que outros *possam* descansar.

► **comparativas:**

Também as orações comparativas podem, em casos particulares, seleccionar Conjuntivo e o seu uso é explicado pelos mesmos motivos que levam à selecção

deste Modo nas orações finais: a ideia de futuridade.

- (66) Come como se *fosse* um leão.

► **condicionais:**

A selecção de Conjuntivo numa oração condicional significa que a hipótese é colocada como sendo apenas provável, possível, ou até mesmo improvável e inexistente (67), sendo o Indicativo seleccionado quando a eventualidade tem lugar, ou se puder realizar-se no presente (68):

- (67) Se *falasses* menos, seria bem melhor.

- (68) Se *tinhas* dinheiro, porque não compraste?

► **causais:**

Seleccionam Conjuntivo as causais que, ao negarem a ideia de causa, a transformam em causa não verdadeira:

- (69) Bebeu, não porque *gostasse*, mas por ter sede.

As causais que não negam a ideia de causa seleccionam Indicativo, uma vez que a causa a que se referem é real:

- (70) Bebeu porque *tinha* sede.

► **consecutivas:**

Normalmente nestas construções o uso do Indicativo indica que o facto decorrente está consumado (71), enquanto o uso do Conjuntivo indica que o facto é apresentado apenas como pretendido (72):

- (71) Nadou de maneira que não *morreu* afogado.

- (72) Nadou de maneira que não *morresse* afogado.

No entanto, sempre que a subordinante for negativa é obrigatório o uso de Conjuntivo:

(73) Não nadou de maneira que se *salvasse*.

1.3.1.1.3. Orações subordinadas adjectivas ⁸

A regra que até agora tem vindo a ser aplicada na distinção da selecção modal e que consiste na utilização do Indicativo para o certo e do Conjuntivo para o incerto é também aplicada nestas construções:

(74) Todo o aluno que *fizer* a composição terá um prémio.

É sobretudo nas orações relativas restritivas que a distinção de modo é relevante, na medida em que a selecção de Indicativo implica uma leitura específica, enquanto a selecção de Conjuntivo obriga a uma leitura não-específica.

O Conjuntivo pode ocorrer também, ainda que não obrigatoriamente, nas orações tradicionalmente chamadas “livres” ou “sem antecedente”⁹, denominação que Santos (1999:199) considera imprópria na medida em que, inclusivamente, questiona a sua pertença ao grupo das subordinadas adjectivas, uma vez que o pronome relativo não está a desempenhar funções de atributo, mas sim funções de sujeito e complemento próprias das orações subordinadas substantivas:

(75) Quem *comer /comeu* esta laranja ficará com dores de barriga.

1.3.1.2. ORAÇÕES COORDENADAS COM CONJUNTIVO

► disjuntivas:

O Conjuntivo é ainda seleccionado em orações coordenadas, com as locuções disjuntivas *quer...quer* e a conjunção *ou...*, quando expressam valores de eventualidade e contingência, uma vez que as duas circunstâncias possíveis se anulam mutuamente:

⁸ Como estas orações se destinam a qualificar um nome ou o significado da subordinante são introduzidas por um pronome ou advérbio relativo, daí o seu nome ser igualmente “orações relativas”.

⁹ Sobre as orações relativas veja-se Brito (1991).

(76) Quer *chore* quer *ria*, sou sempre criticada.

(77) *Chore* ou *ria*, sou sempre criticada.

1.3.1.3. ORAÇÕES INDEPENDENTES COM CONJUNTIVO

Tal como foi referido anteriormente, o facto de se considerar que o Conjuntivo pode ocorrer em orações que não estão sujeitas a uma estrutura de subordinação levanta muitos problemas e dá azo a múltiplas abordagens. Não pretendendo discutir a questão, vamos limitar-nos a descrever os contextos em que ocorre.

► orações imperativas

Sendo o Imperativo um Modo defectivo, uma vez que só possui duas pessoas (a 2º pessoa do singular e a 2ª do plural), o Conjuntivo é reconhecido por apoiar este Modo substituindo-o quando é necessária a utilização da 1ª e 3ª pessoas do singular e do plural, como se pode observar no exemplo (78)

(78) *Façam* o trabalho.

► expressões fixas ou semi-fixas

Nestas expressões, o Conjuntivo exprime desejo e exclamação. Santos (1999:176) refere-se a estes usos como “Conjuntivo optativo”:

(79) *Brilhe* o sol todos os dias.

(80) *Oxalá venham* depressa!¹⁰

(81) *Macacos me mordam!*

► orações introduzidas pelo advérbio “talvez”, exprimindo dúvida:

Santos integra estas orações na denominação de Conjuntivo dito “potencial”, uma vez que exprimem dúvida, possibilidade e eventualidade.

¹⁰ Segundo Santos (p.180), e passamos a citar “parece-nos francamente preferível, uma vez que estamos a tratar dos sentidos que o «conjuntivo» pode exprimir, referir a construção com “oxalá” a propósito do optativo e não do potencial. Reconheça-se, porém, que o seu comportamento sintáctico é exactamente igual ao do uso com *talvez*.”

(82) Talvez a Maria *seja* sua neta.

1.3.2. Distribuição do Conjuntivo em Latim

Se não há muitas certezas a respeito do uso, valores e significados do Conjuntivo antes da Antiguidade Clássica, o mesmo já não se pode dizer acerca do uso do Conjuntivo nas línguas desta época, tal como o Grego e o Latim, em que tal uso está perfeitamente documentado. Não há dúvida de que, nestas línguas, o Conjuntivo tinha uma finalidade importante na construção de diferentes significados e a grande variedade no conteúdo das significações do Conjuntivo fez com que se tornasse necessário classificar esses usos em grupos e subdivisões, conforme a sua importância e significado. Foi o que os gramáticos gregos e latinos fizeram.

Os latinos estavam cientes de algumas das características do Conjuntivo. Ao consultar uma gramática de Latim, podemos observar que nesta língua “o Conjuntivo é o modo que traduz o desejo, a dúvida, o conhecimento que temos por ouvir dizer, tudo o que é hipotético (...) em oposição ao Indicativo, o Conjuntivo traduz um facto que não é real, que ainda está em potencialidade (desejo, ordem) e assim, é ele que exprime o eventual e o irreal, (...)” (Figueiredo, 1997:79).

Uma vez que a língua portuguesa deriva em grande parte do Latim, e uma vez que é verificável a influência da gramática latina na concepção das gramáticas tradicionais em Português, torna-se pertinente interrogarmo-nos sobre a validade das considerações que têm vindo a ser feitas sobre o Modo Conjuntivo em Português, relativamente ao Latim. Procuramos saber se em Latim, como em Português, existirão igualmente contextos em que, contrariamente àquilo que tem vindo a ser dito sobre os seus valores, o Conjuntivo é utilizado para exprimir valores de verdade (recorem-se os casos apontados por Marques (1995) das completivas com verbos como *lamentar* e das concessivas), ou se, pelo contrário, no Latim o Conjuntivo só é utilizado em contextos em que o enunciador não asseve a verdade da proposição.

Numa primeira fase, far-se-á uma breve análise contrastiva das ocorrências de certas construções em Português e Latim, com o intuito de acentuar as diferenças

existentes entre as duas línguas quanto ao uso deste Modo. Posteriormente procederemos a uma simples enumeração dos contextos de ocorrência deste Modo em Latim para que se fique com uma noção da regularidade das suas construções e dos princípios que as regulam.

1.3.2.1. Análise contrastiva da utilização do Conjuntivo em Português e em Latim

Tal como temos vindo a considerar ao longo do capítulo, *lamentar* é considerado um verbo factivo. Como tal, esta situação geraria um contexto que permitiria asserir a verdade da oração subordinada, pelo que deveria seleccionar o modo Indicativo, quando na realidade, em Português, selecciona Conjuntivo.

:

(83) Lamento que estejas raivoso.

Vamos agora analisar os contextos em que ocorrem estas construções em Latim:

(84) Defleo te furiosum esse.
(lit. *Lamento tu estar(es) raivoso*)
(*Lamento que estejas raivoso.*)

Como se pode observar, a construção latina não selecciona Conjuntivo, mas sim um outro tipo de construção: uma oração completiva infinitiva cujo sujeito está morfologicamente marcado com acusativo e o verbo no infinitivo. Em Latim, verbos factivos como *lamentar*, e declarativos como *acreditar*, *dizer*, *afirmar*, *anunciar*, *negar*, *julgar*, *saber*, etc., seleccionam orações infinitivas. Isto parece dever-se ao reconhecimento por parte da semântica latina da existência de uma possibilidade de o enunciador, ao utilizá-los na subordinante, poder asserir a verdade da subordinada.

Algo semelhante se passa com as orações concessivas em Português:

(85) Embora chova, não levo guarda-chuva.

Mais uma vez, em Português, estamos na presença de uma construção que gera um contexto em que se permite asserir a verdade da subordinada, se a eventualidade tiver lugar no Presente (Embora *agora* chova. - é um facto que está a chover), e como tal, deveria seleccionar Indicativo, mas selecciona Conjuntivo. No entanto, não podemos deixar de ter presente que, se considerarmos que a frase se refere não ao momento presente, mas a um momento posterior (Embora *amanhã* chova – é possível), estamos claramente perante uma pressuposição e não uma asserção da verdade da oração complemento, pelo que já será natural a selecção do Conjuntivo.

Relativamente ao primeiro caso que expusemos para o Português, ou seja, quando há asserção da verdade da proposição, em Latim a oração concessiva está construída com uma conjunção que selecciona efectivamente Indicativo e não Conjuntivo, porque se trata de um facto real:

- (86) *Quamquam nondum eorum consilia cognoverat, Caesar...*
 (lit. *Embora não conhecesse os projectos deles, César...*)
 (*Embora não tivesse conhecido os projectos deles, César...*)

Contudo, as regras semânticas e sintácticas latinas admitem que nas orações concessivas os factos enunciados nas orações subordinadas possam ser reais ou simplesmente possíveis, e põem à disposição do utilizador duas construções: uma para o enunciador que assumia a verdade da proposição (com Indicativo, (86) - César não conhecia realmente os seus projectos.) e outra para o enunciador que assumia a possibilidade da proposição ser verdadeira, ou não, com Conjuntivo:

- (87) *Cum libros habeam, tuis utor.*
 (*Embora tenha livros, sirvo-me dos teus.* – ter os livros deixa de ser um facto, tanto em Latim como em Português, para passar a ser uma possibilidade, na medida em que posso ou não ter os livros certos.)

De facto, não é o caso das concessivas o único em que um locutor que produz um enunciado em Latim tem à sua disposição diferentes construções, podendo recorrer ao uso do Indicativo sempre que assera a verdade da proposição e ao Conjuntivo sempre que não pode asserir a verdade da mesma. Considere-se ainda o

que se passa com as orações causais:

(88) Catilina expulsus est, quod iuventutem *corrumpebat*.

(Catilina foi expulso porque corrompia a juventude.)

(89) Catilina expulsus est, quod iuventutem *corrumperet*.

(Lit. *Catilina foi expulso porque corrompesse a juventude.*)

(*Catilina foi expulso, porque – segundo se diz – corrompia a juventude.*)

As orações causais seleccionam normalmente Indicativo, pois a causa que indicam é real. No entanto, a utilização do Conjuntivo em (89), cria um contexto que não indica compromisso do enunciador com a verdade da proposição, porque não é a sua opinião que está a transmitir, mas a de outros. Neste caso, a semântica do Latim prevê a possibilidade de selecção do Conjuntivo, para a criação de uma certa distância do enunciador em relação ao carácter factual ou não factual da oração¹¹.

Pelo atrás exposto, podemos considerar pertinentes para uma definição do valor do modo Conjuntivo em Latim os seguintes traços:

[- REAL]

[- ASSERTIVO]

[- VERDADEIRO]

uma vez que há sempre duas possibilidades de construção de um enunciado, dependendo da asserção, ou não, da verdade da proposição. Podemos, pois, inferir que o Conjuntivo em Latim será seleccionado por operadores não-verídicos, isto é, itens lexicais que introduzem na proposição uma ideia de não verdade, ocorrendo em construções em que não é assumido o conhecimento da verdade da proposição, por oposição ao uso do Indicativo, que ocorrerá em proposições cuja verdade é assumida pelo enunciador. Como tal, as construções (83) e (85) em Português são consideradas problemáticas, uma vez que seleccionam Conjuntivo mesmo sendo o seu conteúdo

¹¹ Trata-se da utilização, em Latim, do Conjuntivo como marca “evidencial”, na perspectiva de vários

proposicional assumido como verdadeiro. Em Latim, diversamente, seleccionam Indicativo sempre que o facto for real e só seleccionam Conjuntivo se o facto for possível, ou seja, quando não se pode garantir a verdade daquilo que se enuncia. Assim, pode concluir-se que não encontramos no Latim os casos problemáticos do Português, uma vez que se encontra perfeitamente delimitado o uso do Indicativo para a verdade da proposição e o uso do Conjuntivo para a possibilidade, incerteza, eventualidade, não veridicalidade da mesma. Em Latim, tal como quando nos instituímos como enunciadores, temos de ter em conta a assunção da verdade/não verdade da proposição para seleccionar o Modo a empregar; também quando somos interlocutores, inferimos o significado de uma proposição (nomeadamente se o seu conteúdo é verídico ou não) pelo Modo nela empregue.

É possível, após as considerações acima apresentadas, concluir que as propostas que baseiam a selecção do Conjuntivo no valor de verdade da proposição se aplicam a uma descrição da distribuição do Modo Conjuntivo em Latim, uma vez que os problemas que se põem para o Português são solucionados, em Latim, por determinados mecanismos que regulam o uso deste Modo, permitindo ao enunciador, sempre que o enunciado seja [+ verdadeiro], seleccionar modo Indicativo, dentro de construções que, em Português, normalmente seleccionam modo Conjuntivo.

É também possível aventar que com o uso e consequente evolução do Latim para as Línguas Românicas, estes mecanismos reguladores que existiam no Latim, se tenham diluído ou transformado, chegando até mesmo a desaparecer em Português, como constatamos pelos problemas anteriormente expostos. Assim, vem a propósito a afirmação de Santos (1999:235) “é ainda provável que, na passagem para as línguas românicas, se tenha perdido em parte a consciência de um conteúdo semântico próprio «conjuntivo» (...). A substituição gradual do «indicativo» pelo «conjuntivo» nas subordinadas latinas, para além de constituir uma originalidade no contexto das línguas indo-europeias, enfraquece portanto a força modal deste último, ao ponto de o tornar num mero substituto estilístico.”

1.3.2.2. Breve apresentação de ocorrências do Conjuntivo em Latim

1.3.2.2.1. ORAÇÕES SUBORDINANTES COM CONJUNTIVO

Em Latim, “o Conjuntivo é o modo que traduz o desejo, a dúvida, o conhecimento que temos por ouvir dizer, tudo o que é hipotético” (Figueiredo, 1997:79) e ocorre nas seguintes construções:

Quando ocorre em orações subordinantes, o Conjuntivo é empregue com o sentido condicional português, uma vez que o Latim não dispõe do Modo Condicional, empregando-se o Presente ou o Pretérito Perfeito do Conjuntivo para exprimir uma acção futura:

- (90) *Erres, si hoc dicas.* – caso possível
(lit. *Errarás se digas isto*)
(*Errarias se (no futuro) disseses isto* ou *Se disseres isto,errarás*)

Para exprimir uma acção presente, emprega-se o Imperfeito do Conjuntivo,

- (91) *Errares, si hoc diceres.* – caso irreal
(lit. *Errasses se disseses isto*)
(*Errarias se disseses isto (neste momento), mas não o dizes e por isso não errarás*)

Emprega-se, ainda, o Mais-que-Perfeito do Conjuntivo para exprimir uma acção passada.

- (92) *Errauisses, si hoc dixisses.* – caso irreal
(lit. *Tivesses errado se tivesses dito isto*)
(*Terias errado se tivesses dito isto, mas não o disseste e por isso não erraste*)

1.3.2.2.2. ORAÇÕES INDEPENDENTES

Apresenta uma acção possível (valor *potencial*).

- (93) Quis falsus sit?
(Lit. *Quem seja mentiroso?*)
(*Quem ousaria ser mentiroso?*)

Exprime um desejo (valor *optativo*).

- (94) Utinam uenias!
(*Oxalá venhas!*)

Indica a incerteza sobre o que deve fazer-se (valor *dubitativo*).

- (95) Quid faciam?
(Lit. *Que faça?*)
(*Que farei?*)
(96) Quid faceret?
(Lit. *Que fizesse?*)
(*Que havia ele de fazer?*)

Supre as formas que faltam ao Imperativo e indica ordem, proibição (valor *exortativo*).

- (97) Veros amicos deligamus.
(*Amemos os verdadeiros amigos.*)

1.3.2.2.3. ORAÇÕES SUBORDINADAS COM CONJUNTIVO

► Interrogativas Indirectas¹²

A pergunta depende de um verbo interrogativo, de “entendimento” ou sentido. Quando não há nem pronome nem advérbio interrogativo, o *se* traduz-se por *ne* (se a resposta for afirmativa ou negativa); *num* (se a resposta for negativa); ou *nonne* (se a resposta for afirmativa).

- (98) Dic me *sitne* Marcus domi.
(Lit. Diz-me se o Marco esteja em casa.)
(Diz-me se o Marco está em casa.)
- (99) Filius interrogat num a schola abesse debeat.
(Lit. O filho pergunta se deva faltar à escola.)
(O filho pergunta se deve faltar à escola.)
- (100) Dic me nonne quattuor pedes catela habeat.
(Lit. Diz-me se a cadela tenha quatro patas.)
(Diz-me se a cadela tem quatro patas.)

► Completivas de Conjuntivo

a) com verbos de vontade equivalentes a *desejar*, *ordenar*, ou *persuadir*, quando os sujeitos são diferentes, a oração subordinada aparece no Conjuntivo com *ut* (se o verbo é afirmativo) e com *ne* (se é negativo).

- (101) Iis persuasi ut consilia eius audirent.
(Persuadi-os a ouvirem os seus conselhos ou Persuadi-os a que ouvissem os seus conselhos.)

b) com verbos de acontecimento equivalentes a *acontecer* e outros de análoga significação, a oração subordinada surge com o Conjuntivo e com *ut*, se a oração for afirmativa, ou com *ut non*, se for negativa.

- (102) Accidit ut litteras tuas acceperim.
(Lit. Aconteceu que tenha recebido as tuas cartas.)
(Aconteceu que recebi as tuas cartas.)

¹² As interrogativas indirectas também são completivas de Conjuntivo.

- c) Os verbos que significam temor ou receio, como *temer* e outros de análoga significação, constroem-se com *ne* e *ut*: com *ne*, se a oração for afirmativa e com *ut*, se for negativa.

(103) Timeo ne veniat.

(Lit. *Temo que não venha*)

(*Temo que venha.* = Não quero que ele venha.)

(104) Timeo ut veniat.

(Lit. *Temo que venha*)

(*Temo que não venha.* = Na verdade quero que ele venha.)

- d) com verbos de impedimento e de proibição equivalentes a *impedir*, entre outros de significação análoga, a oração subordinada surge no Conjuntivo com *ne* (verbo principal afirmativo), ou com *quonius*, *quin*, (verbo principal negativo ou interrogativo).

(105) Casus quidem ne faceret impediuit.

(Lit. *Uma casualidade impediu-me que não o fizesse*)

(*Uma casualidade impediu-me de fazê-lo.*)

- e) com verbos que exprimem dúvida, com sentido negativo ou interrogativo, a oração subordinada aparece com o Conjuntivo com *quin*.

(106) Non dubito quin veniat.

(*Não duvido que venha.*)

(107) Quis dubitat quin verum dicat?

(Lit. *Quem duvida de que diga a verdade?*)

(*Quem duvida de que diz a verdade?*)

1.3.2.2.4. ORAÇÕES ADVERBIAIS

► Temporais

- a) a oração subordinada com *cum* aparece com o Conjuntivo, quando tem a ideia de causa, embora seja temporal:

(108) Cum mulieres deessen Romulus eas rapuit.
(Lit. *Como não houvesse mulheres, Rômulo raptou-as.*)
(*Como não havia mulheres (nessa altura), Rômulo raptou-as.*)

- b) a oração subordinada com *dum* utiliza o Conjuntivo, quando se expressa uma esperança ou um propósito:

(109) Multa quoque bello passus dum conderet urbem.
(Lit. *Padeceu muito nas guerras até que fundasse a cidade.*)
(*Padeceu muito nas guerras até que fundou Roma.*)

► Finais

Constroem-se com *ut*, se for afirmativa; *ut non*, *ne*, *ut ne*, se for negativa. Se o verbo subordinante está no Presente ou no Futuro, o verbo da subordinada surge no Presente do Conjuntivo; se estiver noutro tempo, surge no Imperfeito do Conjuntivo.

(110) Edo ut vivam, non vivo ut edam.
(Lit. *Como para que viva, não vivo para que coma.*)
(*Como para viver, não vivo para comer.*)

(111) Captivus fugit ne necaretur.
(Lit. *O prisioneiro fugiu para que não fosse morto.*)
(*O prisioneiro fugiu para não ser morto.*)

► Consecutivas

Na oração subordinante coloca-se *talis*, *e*; *tantus*, *a*, *um*; *sic*; *ita*; *tam*, etc., e o verbo da subordinada surge no Conjuntivo precedido por *ut* (*que*) ou *ut non* (*que não*).

- (112) Ita cucurrit, ut fessus sit.
(Lit. *Correu de tal maneira que esteja cansado.*)
(*Correu de tal maneira que está cansado.*)

► Causais

Na oração subordinante coloca-se *quod*, *quia*, *quoniam*, etc. E o verbo surge no Conjuntivo na subordinada quando existe negação antes da conjunção causal (*não porque*), e também ocorre o Conjuntivo quando expressa uma proposição com origem no pensamento de uma pessoa distinta do enunciador, i. e., *segundo a opinião de outros*, ideia que está implícita na utilização do Conjuntivo:

- (113) Catilina expulsus est, quod juventutem corrumpere.
(Lit. *Catilina foi expulso, porque corrompesse a juventude.*)
(*Catilina foi expulso porque, segundo dizem, corrompia a juventude.*)

► Concessivas

Constroem-se com *quamquam*, *etsi*, *tametsi*, com o Indicativo, exprimindo um facto real. Com Conjuntivo emprega-se *etamsi*, *quamvis*, *licet*, *ut*, *cum*, para exprimir um facto possível:

- (114) Licet omni quaeras, non reperies.
(*Ainda que procures por toda a parte, não encontrarás.*)

► Condicionais

Si precede o verbo da oração subordinada, se a condicional for afirmativa, *nisi* ou *si non*, se for negativa, sendo possível a selecção quer do Indicativo, quer do Conjuntivo:

- a) condicional real: é aquela em que se afirma que, admitindo a condição

como certa, seguir-se-á necessariamente a consequência afirmada na principal: caso real = verbo no Indicativo:

- (115) Si hoc *dicis*, erras.
(*Se dizes isto, erras.*)

b) condicional potencial: é a que indica que é possível a realidade da condição, e portanto, da consequência: caso possível = verbo no Presente ou Perfeito do Conjuntivo:

- (116) Si hoc *dicas*, erres.
(Lit. *Se digas isto,errarás.*)
(*Se dissesses isto, errarias.*)

c) condicional irreal: é a que indica uma condição que é impossível ou que não se realiza: caso impossível = verbo no Imperfeito ou Mais que Perfeito do Conjuntivo:

- (117) Si hoc *dixisses*, errauisses.
(*Se tivesses dito isto, terias errado.*)

1.3.2.2.5. ORAÇÕES RELATIVAS

O verbo da oração relativa ocorre tipicamente no Indicativo. Ocorre no Conjuntivo quando:

a) equivale a uma oração adverbial, com sentido final, causal, consecutivo ou condicional:

- (118) Legatos misimus, qui auxilium *peterent*.
(*Enviamos embaixadores que pedissem a paz (para pedir a paz.)*)

- (119) *Insanus, qui tibi non scripserim!*
(Lit. *Tolo, que não te tenha escrito!*)
(*Tolo, que não te escrevi! = causal*)

b) essa oração relativa restringe a ideia principal:

- (120) *Non venit, quod sciam.*
(*Não veio, que eu saiba.*)

Após esta apresentação, que não se pretendeu nem detalhada nem exaustiva, pode concluir-se, a propósito das ocorrências do Conjuntivo no Latim, que este ocorre tipicamente em contextos de não asserção de verdade, o que vai ao encontro das propostas apresentadas pelos autores revistos na secção 1.2.1.. Isto conduz, por comparação, a uma outra conclusão que assenta na ideia que efectivamente em Latim, não é questionável o valor modal do Conjuntivo, por oposição a algumas construções que se revelaram problemáticas em Português em relação à utilização deste Modo, conforme foi visto nas propostas apresentadas em 1.2.3..

1.4. Síntese

Ao longo deste capítulo foi nossa intenção fazer a apresentação de algumas propostas sobre o Conjuntivo que nos pareceram relevantes, no sentido de determinar os aspectos comuns que permitem entender, genericamente, este Modo como aquele capaz de expressar a pressuposição da verdade da proposição.

Com o objectivo de validar esta ideia, procedemos à apresentação sumária de ocorrências típicas do Conjuntivo no Português e no Latim, valorizando essencialmente as orações subordinadas em que este se manifesta nas duas línguas. Assim, foi possível verificar que efectivamente se regista a ideia geral de não asserção de verdade nos usos do Conjuntivo em ambas as línguas.

São, por conseguinte, estas as conclusões principais:

- Regista-se a existência de determinados factores que são preponderantes na selecção do modo na subordinada, entre os quais se contam, por exemplo, o significado do predicado da oração subordinante, o tempo e a negação.
- Se um dos modos é de emprego obrigatório, há que supor que existem vínculos semânticos entre o significado trazido pelo modo exigido e algum ou vários elementos presentes no predicado superior.
- Os predicados que induzem uma modalização volitiva ou de ordem do seu complemento constroem-se obrigatoriamente com Conjuntivo.
- Os predicados que induzem uma modalização epistémica não-assertiva do complemento exigem igualmente Conjuntivo na subordinada, uma vez que, ou o sujeito da proposição modalizada, ou o protagonista da enunciação deixam de assegurar a verdade da proposição subordinada e esta é apresentada somente como [+/- provável] ou simplesmente possível. Deste modo o Conjuntivo é seleccionado por verbos que exprimem dúvida, incerteza, possibilidade e probabilidade.
- Sempre que o Conjuntivo é o modo seleccionado, pressupõe-se a verdade da proposição subordinada.
- Os predicados de asserção negados ou afectados por interrogação constroem-se também com Conjuntivo.
- Todos estes predicados têm em comum o facto de nunca se asserir a verdade da subordinada.

Capítulo 2. – Tempo e Aspecto

Neste trabalho pretendemos descrever as ocorrências de Conjuntivo em orações subordinadas e analisar a sequencialização temporal dos Tempos do Modo Conjuntivo nessas orações, no sentido de:

- a) descrever as regras semânticas que dêem conta da distribuição e interpretação destas formas;
- b) perspectivar a relação estabelecida com a oração principal;
- c) observar as implicações originadas pela mudança de classe aspectual.

Deste modo, torna-se pertinente introduzir nesta análise os conceitos de Tempo e Aspecto, bem como as propostas de análise de autores que estudaram a implicação destes conceitos na interpretação das línguas naturais.

Até este momento temos vindo a considerar a selecção do Conjuntivo, e dos Tempos deste Modo, como quase exclusivamente dependente do significado do predicado da oração subordinante. Porém, esta análise é forçosamente lacunar, uma vez que outros factores influenciam o Modo e o Tempo que o predicado verbal da oração subordinada vai apresentar. Entre estes factores contam-se o Tempo e o Aspecto. Como a interpretação temporal é um assunto complexo que depende de vários factores, incluindo as relações de escopo com outros tempos, a modalidade, as classes aspectuais, as expressões adverbiais e os diferentes tipos de orações, e sendo o tratamento de todos estes itens uma tarefa vasta, tornou-se necessário delimitar o objecto do nosso estudo às orações completivas. No entanto, antes de procedermos a essa análise, vamos primeiramente definir as noções de Tempo e Aspecto.

2.1. Diferentes perspectivas de Tempo

Como ponto de partida vamos precisar a noção de tempo. Quando falamos de tempo no sentido de “*time*”, em Inglês, referimo-nos a uma construção mental que tem como ponto de origem as rotações da terra à volta do sol. Partindo da contagem dessas rotações é possível “medir” o tempo, uma vez que este passa a estar reduzido

a unidades, tais como o dia (24h = uma rotação), a hora, o minuto, o segundo, ou ainda, a semana, o mês, o ano, o século, etc. Logo, se tomarmos como referência um ponto X, podemos perspectivar os acontecimentos como ocorrendo no passado, no presente ou no futuro, relativamente a esse ponto X, consoante eles tenham lugar antes, simultaneamente ou depois dele. Aliás, se recorrermos a um dicionário, como o de Aurélio (1986:1660), tempo aparece definido como: “(...) a sucessão dos anos, dos dias, das horas, etc., que envolve para o homem a ideia de presente, passado e futuro. (...) O tempo é um meio contínuo e indefinido no qual os acontecimentos parecem suceder-se em momentos irreversíveis(...)”. Trata-se, pois, de uma abstracção, de um conceito que significa uma sequência de eventualidades ordenadas numa linha e orientadas da esquerda para a direita.

No entanto, este não é o seu único significado. A palavra Tempo, em Português, designa também, entre outras coisas¹³, os Tempos verbais, sendo neste âmbito uma categoria gramatical que corresponde ao “*tense*” inglês. Assim, são três os *Tempos reais* (time) - passado, presente e futuro - que tentam corresponder, na terminologia gramatical, ao paradigma de três *Tempos verbais* (tense) - Pretérito, Presente e Futuro. Em Português, tal como na maior parte das línguas, são mais os tempos verbais do que os tempos reais, o que dificulta o estudo das relações existentes entre eles. Além disso, como se pode facilmente constatar, o facto de existir um só nome para duas realidades diferentes, dificulta e obscurece a distinção, permitindo a confusão. Por isso, no decorrer do trabalho, vamos utilizar letra maiúscula para os tempos verbais (ex: Presente do Indicativo) e minúscula para o tempo real (ex: presente), no sentido de tornar mais claro o seu significado.

2.1.1. O tempo linguístico

Para Reichenbach (1947), o tempo é idealizado num eixo no qual estão representados pontos S, R e E, que podem preceder-se, seguir-se, ou coincidir:

- S (Speech point) é o ponto de enunciação;

¹³ São catorze as definições de Tempo retiradas do *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, de entre as quais destacamos: 1. “Momento ou ocasião apropriada para que uma coisa se realize”; 2. “Época”; 3. “As condições meteorológicas”; 4. “Estação”; 5. “O período em que se vive”; 6. “Certo período, visto do ângulo daquele que fala, com quem se fala, ou de quem se fala”.

- **R** (Reference point) é o ponto de referência;
- **E** (Event point) é o ponto do evento

Por Ponto de Enunciação (S), entendemos o momento no qual o locutor produz o enunciado. É o presente, o “eu, aqui e agora” do locutor. Serve de centro dêictico, ou “ponto-zero” para o conteúdo proposicional do enunciado. O Ponto de Referência (R) é uma espécie de cenário temporal, relativamente ao qual uma eventualidade realizada no enunciado está localizada. A introdução deste ponto de referência é absolutamente necessária, na medida em que, regra geral, se verifica a existência de mais do que um tempo real e verbal na frase complexa. A localização do Ponto do Evento (E) no tempo será especificada relativamente a S, ou a R, consoante se trate de “tempo absoluto”, em que E é perspectivado em relação a S, ou de “tempo relativo”, em que E é perspectivado em relação a R. Como tal, os “tempos absolutos” são dêicticos, no sentido em que a localização do tempo do evento se faz numa relação directa com o locutor, ou seja, com o momento da enunciação. Podemos, então, considerar o evento como sendo *anterior* (E - S), *posterior* (S - E), ou *simultâneo* (E,S ou S,E) com o momento da enunciação. Por outro lado, os “tempos relativos” localizam o tempo do evento em relação a um ponto de referência. É o que acontece nas orações subordinadas, em que o ponto de referência é estabelecido geralmente pela oração principal. Tal como fizemos para os “tempos absolutos”, podemos considerar o evento como sendo *anterior* (E - R), *posterior* (R - E) ou *simultâneo* (E,R ou R,E) em relação ao ponto de referência.

Já mais recentemente, Bennet e Partee (1978) desenvolveram um sistema formal considerando que a unidade fundamental para o tempo é o intervalo. Para estes autores, o Tempo é constituído por intervalos (sujeitos a divisões até ao infinito, segundo uma certa ordem), que podem ser, nas frases simples e conforme a duração do evento, fechados dos dois lados, abertos dos dois, ou fechados de um e abertos do outro. Nas frases complexas, os eventos podem relacionar-se, gerando relações de *anterioridade*, *simultaneidade* e *posterioridade*.

Já Lopes (1972:223), a propósito do interesse de considerar a noção de intervalo e fazendo uma tentativa de aplicação a exemplos do Português, diz o seguinte: “(...) os tempos verbais ou “circunstanciais” exigem uma análise mais funda, que tenha pelo menos em conta as noções elementares da teoria dos conjuntos, incluindo a de *intervalo*. E entramos também, assim, em contacto com a noção linguística de *aspecto* de um qualquer processo verbalmente expresso. Definiremos aqui como

sendo expressão de aspecto tudo aquilo que constitui expressão quantificada de qualquer processo, ou então, expressão de relações conjuntistas de intervalos, em dados processos cronologicamente orientados.”

Mateus *et alii* (1983), aplicando a proposta de Bennet e Partee (1978) ao estudo da língua portuguesa, consideram igualmente o tempo como sendo constituído por intervalos que gozam da propriedade da “transitividade”, ou seja, os intervalos de tempo são, neste sentido, semelhantes aos números reais, na medida em que também entre eles existe uma relação de ordem: assim como nos números reais, entre 0 e 1 existem muitos outros números, tais que, 0,1; 0,2; 0,3, etc., também entre o intervalo de tempo X e o intervalo de tempo Y há a possibilidade de existir um Z:

$$\forall x \forall z \forall y ((R x z \ \& \ R z y) \rightarrow R x y)$$

Podemos enunciar a propriedade temporal da transitividade do seguinte modo: *se X é anterior a Z e Z é anterior a Y, então X é anterior a Y*, ou seja, em (121), se o João comeu antes de lavar os dentes e lavou os dentes antes de se deitar, podemos dizer, porque é igualmente verdadeiro, que o João comeu antes de se deitar.

(121) O João comeu, lavou os dentes e deitou-se.

Segundo as autoras, “no Português os tempos naturais são o PRESENTE, o PASSADO e o FUTURO, que exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação (‘Ie’) definida, respectivamente, pela relação de anterioridade, simultaneidade e posterioridade.”, (p. 104). Nesta perspectiva, no Presente, o intervalo de tempo em que ocorre a enunciação (‘Ie’) é igual ao intervalo de tempo em que ocorre o estado de coisas descrito (‘Ii’); no Passado, ‘Ii’ é anterior a ‘Ie’; e no Futuro, ‘Ii’ é posterior a ‘Ie’. A estes *Tempos Naturais* (na nossa terminologia “tempos reais”) as autoras fazem corresponder os seguintes *Tempos Verbais*: PRESENTE - Presente Simples do Indicativo, Presente “perifrástico” e Futuro Simples do Indicativo, quando existe uma leitura modal; PASSADO - Pretérito Perfeito e Imperfeito do Indicativo; FUTURO - Presente e Futuro do Indicativo e Presente e Futuro do Conjuntivo.

No entanto, Kamp e Reyle (1993), ao abordarem igualmente questões temporais, colocam como principal obstáculo à teoria de Bennett e Partee (subjacente na proposta de análise de Mateus *et alii*), o facto de essa característica de abertura e fechamento dos intervalos não ser temporal, mas sim aspectual, na medida em que se trata da maior ou menor duração, ou da repetição de uma eventualidade até à sua conclusão, sendo que os intervalos ilimitados correspondem a estados, uma vez que não apresentam fronteiras (início e fim), enquanto os intervalos delimitados correspondem a eventos, uma vez que têm uma determinada duração, maior ou menor, e possuem uma fronteira no início ou no fim, por exemplo:

- (122) O João é um homem.
- (123) O João iniciou o relatório.
- (124) O João acabou a dissertação.

Em (122), o intervalo de tempo em que o estado descrito se mantém é ilimitado: o João goza da característica de ser homem desde que nasceu até morrer. Já em (123), o intervalo é delimitado à esquerda, ou seja, a eventualidade começa no momento em que o João inicia o processo de realizar o relatório, mas esse processo prolonga-se no tempo e não conhecemos a sua conclusão, porque ainda não terminou. Pelo contrário, em (124), não sabemos quando é que o João começou a dissertação, nem se a sua realização se prolongou durante muito ou pouco tempo, mas sabemos que esse evento já está concluído, sendo, por conseguinte, o intervalo de tempo delimitado à direita.

Assim, estes autores consideram que não se pode excluir o factor aspectual de uma abordagem temporal e por isso vão recuperar a proposta de Reichenbach (anteriormente explicitada), mas em vez de utilizarem pontos temporais vão utilizar as noções de evento (E), estado (S) e intervalos de tempo, o que significa que a sua abordagem integra Tempo e Aspecto. Voltaremos a esta proposta no Capítulo 3.

2.1.2. O tempo verbal

O tempo verbal consiste na gramaticalização das noções de presente, passado e

futuro. Em consequência desta ideia, e apropriando-nos de algumas noções apresentadas a propósito do tempo, entendemos como tempo gramatical as informações contidas no significado do verbo relativamente a valores de anterioridade, simultaneidade e posterioridade de uma eventualidade em relação ao momento da enunciação.

Vejamos, então, os tempos verbais do Conjuntivo.

2.1.3.1. Os tempos verbais do Modo Conjuntivo

Este Modo apresenta seis tempos verbais, menos dois que o Indicativo, a saber, o Pretérito Perfeito Simples e o Pretérito Mais-que-Perfeito Simples.

Analisemos em primeiro lugar os tempos simples: Presente, Imperfeito e Futuro.

(125) O Pedro lamenta que *sofras* tanto.

(126) O João quer que *digas* a verdade

Deparamo-nos com o primeiro problema na descrição destas frases a partir do momento em que consideramos que nestes enunciados o tempo verbal da oração subordinada, o Presente do Conjuntivo, não exprime unicamente um tempo presente (em que o ponto de enunciação, referência e do evento são simultâneos: (S,R,E), tal como se pode observar na frase (125). Ao contrário do que é referido nas gramáticas tradicionais, à excepção de Cunha e Cintra (1986), consideramos que este tempo pode exprimir igualmente um tempo futuro. De facto, em (126), estamos perante uma situação, em que o ponto do evento é posterior ao ponto de enunciação e ao ponto de referência (S,R-E): “neste momento (S) o João quer (R) que digas (= venhas a dizer) a verdade (E)”, situação essa que se projecta no tempo, o que faz com que consideremos E posterior a R. No momento da enunciação “agora” (S), ainda não se sabe se o evento se vai realizar ou não, o que remete essa realização para o campo hipotético, do futuro (S-R-E)¹⁴.

¹⁴ A anterioridade e a posterioridade de um evento em relação ao Ponto de Enunciação ou ao Ponto de Referência, estão representadas com um travessão (-). A simultaneidade está representada através do uso de uma vírgula (,).

(127) O Pedro lamentou que *sofresses* tanto.

(128) O João queria que *trabalhasses* menos.

Nestes exemplos o Tempo verbal da oração subordinada é o Pretérito Imperfeito do Conjuntivo, que em (127) tem o valor de passado, uma vez que o ponto do evento “sofrer tanto” (E) é anterior, ou simultâneo, ao ponto de referência “o Pedro lamentar” (R), que por sua vez é anterior ao ponto de enunciação. No entanto, em (128) temos acessíveis duas leituras: a) uma primeira em que o Conjuntivo tem o valor temporal de futuro, propiciado pelo verbo volitivo “queria”, e em que o Pretérito Imperfeito não funciona como um tempo do passado. Estas circunstâncias remetem a eventualidade “trabalhar” (E) para um tempo futuro, na medida em que esse desejo ainda não foi realizado, é uma hipótese que poderá vir a ser validada ou não. O Imperfeito aqui pode ser lido como estratégia de delicadeza, o que vem confirmar a possibilidade de uma leitura de futuro. Daí, o ponto do evento ser posterior ao ponto de referência, e ambos posteriores ao ponto de enunciação (S-R-E). b) numa segunda leitura o Pretérito Imperfeito transporta uma informação temporal de passado e a relação entre os diferentes pontos é dada por (R-E-S). De qualquer maneira mantém-se a futuridade de E em relação a S.

(129) Se o meu clube *ganhar*, pago-te um copo.

(130) Quando te *encontrarmos*, devolvemos-te os originais.

(131) Prestarei homenagem àqueles que *derrubarem* o regime.

Os verbos em itálico nos exemplos (129), (130) e (131) encontram-se no Tempo verbal Futuro Simples do Conjuntivo, e todos eles situam a eventualidade no tempo futuro, assinalando (130) a simultaneidade de R e E (S-R,E), mesmo que reconheçamos que essa sobreposição é parcial (Kamp e Reyle, 1993): “no momento futuro em que te encontrarmos devolvemos-te os originais”, ou, como acontece em (129) e (131) a posterioridade em relação a S e a anterioridade de R (marcado com o Futuro do Conjuntivo), em relação a E (marcado com o Presente ou o Futuro do Indicativo): (S-R-E).

Além de tempos simples, o Conjuntivo apresenta também três tempos verbais compostos, que seguidamente serão descritos. Considere-se (132) e (133):

(132) Ele não crê que *tenha cometido* tal loucura.

(133) Ela quer que *tenhas* terminado o trabalho quando chegar a casa.

O Tempo verbal Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo pode exprimir uma eventualidade passada, concluída ou não, em que o evento “cometer uma loucura” (E) é anterior ao ponto de enunciação e ao ponto de referência “ele não crê”(E-R,S), tal como vemos em (132), ou pode, como em (133), exprimir tempo futuro: quando um evento passado “ter terminado” (E) é determinado em relação a um ponto de referência futuro “quando ela chegar” (R), ou seja, o evento é anterior ao ponto de referência, mas posterior ao ponto de enunciação (S-E-R).

(134) O João lamentou que lhe *tivessem tirado* os óculos.

(135) Se *tivessem fechado* as janelas, não teriam a casa assaltada.

Em, (134) o Tempo verbal Pretérito Mais-que-Perfeito Composto do Conjuntivo indica a anterioridade de um evento em relação a outro evento passado: o ponto do evento “tivessem tirado” (E), é anterior ao ponto de referência “lamentou” (R) e ambos anteriores a (S): (E-R-S). Em (135), existe uma situação contrafactual: o ponto de referência “tivessem fechado” (R), é apresentado como anterior ao ponto do evento “ter a casa assaltada” (E) e ambos são anteriores ao ponto de enunciação (R-E-S).

(136) Quando *tiverem aprendido* a somar, verão que um e um não são três.

O Futuro Composto do Conjuntivo indica um evento futuro entendido como terminado em relação a outro evento futuro, em que o ponto do evento “ver” (E) é

posterior ao ponto de referência “quando tiverem aprendido” (R) e ambos são posteriores ao ponto de enunciação, (S-R-E)

CONCLUSÕES PARCIAIS

Considerando tudo aquilo que acabamos de expor, podemos concluir que:

- o tempo futuro aparece gramaticalizado no Modo Conjuntivo através dos tempos verbais Futuro Simples e Futuro Composto, sempre que o ponto da enunciação seja anterior ao ponto do evento ou ao ponto de referência (S - E - R) ou (S - R,E);
- o tempo futuro aparece gramaticalizado no Modo Conjuntivo através dos tempos verbais Presente, Imperfeito e Pretérito Perfeito Composto, sempre que o ponto do evento seja posterior ao ponto de enunciação ou ao ponto de referência (S,R - E) ou (S - R - E);
- o único tempo verbal do Modo Conjuntivo que não exprime a noção temporal de posterioridade é o Pretérito Mais-que-Perfeito Composto, uma vez que, ao indicar a anterioridade de um evento passado em relação a outro evento também ele passado, apresenta sempre o ponto do evento como anterior ao ponto de referência, bem como ao ponto de enunciação (E - R - S).

No entanto, as questões ligadas ao Tempo não se esgotam na descrição que efectuámos. De facto nesta, a selecção dos exemplos que apresentam tempos do Modo Conjuntivo não obedeceu a nenhum outro critério que não fosse o da verificação da capacidade do Conjuntivo de expressão de posterioridade. Por esse motivo, não houve regularidade na análise nem delimitação do objecto, pelo que foram empregues, indistintamente, diferentes tipos de orações e várias modalidades.

Reconhecendo a necessidade de proceder a uma análise que preencha os requisitos que permitam inferir a regularidade dos fenómenos, iremos, no Capítulo 3, proceder à delimitação do objecto de análise e integrar na descrição outros factores que se revelam capazes de modificar as conclusões a que chegamos em 2.1.3.1.

De facto, verifica-se a existência de outros aspectos relacionados com o tempo que devem ser levados em linha de conta ao abordar-se a utilização do Conjuntivo “o tempo não é uma propriedade atribuível à semântica de apenas uma unidade linguística (como um verbo ou um advérbio), mas decorre da combinatória de várias unidades manifestada ao nível da frase ou mesmo de um conjunto de frases; isto é, o tempo linguístico tem uma dimensão composicional marcadamente discursiva.” (Oliveira, et alii, 2001:75). Entre eles encontra-se aquilo que pode ser considerado como o tempo interno das eventualidades, ou ASPECTO. Os autores acima mencionados referem que “o Aspecto representa a estrutura interna das predicções tendo como consequência diferentes tipos de perspetivação das situações envolvidas.” (p.77). Assim, para que seja possível efectuar uma análise das ocorrências do Conjuntivo em frases completivas, que contemple todas as variáveis envolvidas torna-se importante clarificar algumas ideias gerais ligadas ao Aspecto.

Verifica-se igualmente que a presença nos enunciados de determinados elementos linguísticos, como os adverbiais de tempo, influi na estrutura temporal e aspectual desse enunciado, alterando-a de acordo com o significado desses adverbiais. Será, pois, necessário, proceder igualmente à análise das orações já anteriormente referidas e que são o objecto de estudo deste trabalho, as orações completivas, cujo significado possa ser alterado com a introdução de adverbiais de tempo.

2.2. Aspecto

Nesta parte do trabalho vamos primeiramente abordar as perspectivas teóricas que permitem analisar as implicações aspectuais nos diferentes enunciados, para posteriormente podermos proceder à descrição de algumas situações que apresentam diferentes interpretações devido a alterações aspectuais.

Consideremos, a título ilustrativo, o que é dito sobre este assunto em três

gramáticas:

1. Cunha e Cintra (1986:380-381) definem Aspecto verbal como “uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a acção expressa pelo verbo” (Bureau 1974, apud Cunha e Cintra 1986). Assim, o locutor pode considerar a acção “como concluída, isto é, observada no seu término, no seu resultado; ou pode considerá-la como não concluída, ou seja, observada na sua duração, na sua repetição.”, sendo esta a distinção aspectual básica. Estes autores referem, ilustrativamente, a clara diferença que existe em português entre as formas verbais *perfeitas* ou *mais-que-perfeitas* e as *imperfeitas*.

Referem ainda estes autores que determinados valores aspectuais são determinados contextualmente através do significado dos auxiliares utilizados, estabelecendo as seguintes diferenças aspectuais que se fundamentam em relações de oposição: *aspecto pontual/aspecto durativo*; *aspecto contínuo/aspecto descontínuo*; e *aspecto incoativo/aspecto conclusivo*. Há ainda que considerar a oposição estabelecida entre *forma simples* e *perífrase durativa*, e a oposição *ser/estar* que, de acordo com os autores, se reporta a dois tipos de passividade: *ser* forma a passiva de acção e *estar* a passiva de estado.

Uma vez que a distinção básica assenta no critério que radica na oposição concluído/por concluir, afirmam estes autores que “de um modo geral, as perífrases construídas com o particípio exprimem o Aspecto acabado, concluído; e as construídas com o infinitivo ou o gerúndio expressam o Aspecto inacabado, não concluído.” Ou seja, as noções aqui apresentadas ligam-se à ideia de perfectivo e imperfectivo e estão ligadas essencialmente ao tempo verbal: é a utilização de determinadas formas que implica um ou outro Aspecto.

2. Uma outra noção de Aspecto é aquela encontrada na proposta de análise de Mateus et alii (p.99-102), que o definem como uma “categoria que exprime o modo de ser (interno) de um estado de coisas descrito através de expressões de uma língua natural”. Essa expressão pode ser realizada por “selecção de um predador pertencente a uma dada classe, por quantificação do intervalo de tempo em que o estado de coisas descrito está localizado e/ou por referência à fronteira inicial ou final desse intervalo, ou a intervalos adjacentes”.

Para estas autoras, o Aspecto pode ser expresso por processos diversos, que

elas dividem em lexicais e gramaticais. Estes últimos integram as formas verbais, os verbos aspectuais, e os adverbiais. Quanto aos aspectos lexicais, para além de questões ligadas à formação de palavras, surge a classe aspectual do verbo. Esta ideia de classe aspectual introduz uma questão interessante que deve ser levada em linha de conta na análise dos problemas ligados ao Aspecto, uma vez que dependendo das construções de que fazem parte, existem verbos que podem integrar-se em construções predicativas de tipo aspectual diferente.

3. Mário Vilela, (1995:65-66), no seguimento da distinção entre Aspecto e Aktionsart proposto pelos Neogramáticos no final do século XIX, distingue dois tipos de Aspecto, o primeiro surge “ligado ao significado do lexema verbal – o “modo de acção” (= Aktionsart)”, sendo o segundo “dependente das formas gramaticais (=Aspekt)” e “ligado aos tempos verbais”. Relativamente ao primeiro tipo de Aspecto, define-o como “uma categoria “objectiva” que “representa o modo como apreendemos a realidade extralinguística”. Assim, “os verbos podem indicar o decurso (ou tempo interno) e a quantificação do acontecer verbal”, sendo o Aspecto a “categoria verbal que define esses traços”. O autor distingue primordialmente duas subclasses de verbos: os durativos ou imperfectivos e os perfectivos, embora seja francamente questionável a identificação de duratividade com imperfectividade, uma vez que a segunda não implica a primeira. Veja-se:

(137) Os operários andaram a construir a estrada durante vinte anos.

O Aspecto, enquanto modo de acção, surge como uma componente do significado lexical do próprio verbo, sendo, por exemplo, *dormir* aspectualmente diferente de *adormecer*.

Este autor partilha a noção de que o Aspecto assenta basicamente na diferença entre perfectividade e imperfectividade esboçada pelos autores anteriores, no entanto apresenta duas maneiras diversas de conceber o aspecto: ligado ao “modo de acção” e aos “tempos verbais”.

Até este momento, o Aspecto verbal tem sido considerado como essencialmente derivado da utilização de tempos verbais, que tem como resultado a distinção perfectivo/imperfectivo. Neste sentido, interessante e explicativa é ainda a

imagem criada por Fernandez (1999:3129-3207), ao dizer que “poderíamos imaginar o aspecto como uma lente de um telescópio que nos permite contemplar de modo diferente as situações. O tipo de situação depende do modo de acção do predicado; o que faz o aspecto é proporcionar-nos uma determinada visão dessa situação. Se a lente só nos permite ver uma parte interna dessa situação e não o princípio nem o fim, falamos de Aspecto imperfeito. Se pelo contrário, a lente nos permite ver toda a situação desde o seu princípio até ao seu final, falamos de Aspecto perfectivo. Se o que a lente nos mostra são os resultados de um evento, então encontramos-nos perante do Aspecto perfeito.”¹⁵

As questões aspectuais são importantes para este trabalho, na medida em que é nosso objectivo apurar se a ideia de posterioridade que associamos à utilização do Modo Conjuntivo nas orações subordinadas completivas pode ou não ser mantida se se fizer variar a classe aspectual do predicado da oração subordinada.

Na tentativa de esboçar uma resposta para esta questão, torna-se necessário determinar com alguma precisão a noção de classe aspectual.

2.2.1. Classes aspectuais

A noção de “classe aspectual” remonta à classificação aristotélica de situações. Assim, existem verbos que comportam determinadas informações relativamente a questões aspectuais de duração, frequência, completude, dinamismo, telicidade, pontualidade, etc., e que se podem agrupar em classes aspectuais que se distinguem entre si pela presença ou ausência de alguns destes traços. Como são várias as tipologias de classes aspectuais, apresentaremos apenas as que consideramos mais significativas, a saber, as tipologias de Vendler (1967), Dowty (1979) e Moens & Steedman (1988).

Vendler apresenta quatro tipos de classes aspectuais. Eis alguns exemplos ilustrativos das quatro classes da sua tipologia:

- estados: - *O José é piloto.*
- actividades: - *Ele conduziu o carro.*

¹⁵ Tradução nossa.

- accomplishments: - *O José arranhou o motor.*
- achievements: - *Ele ganhou a corrida.*

Vejamos agora um quadro que sintetiza as características de cada uma destas classes:

	Dinamismo	Duração	Telicidade	Pontualidade	Homogeneidade
Estados	- dinâmico	+ durativo	- télico	- pontual	+ homogéneo
Actividades	+ dinâmico	+ durativo	- télico	- pontual	+ homogéneo
Accomplishments	+ dinâmico	+ durativo	+ télico	- pontual	- homogéneo
Achievements	+ dinâmico	- durativo	+ télico	+ pontual	+ homogéneo

Figura 3

Uma outra proposta para a análise da semântica das classes aspectuais dos verbos é a de Dowty (1979), que distingue estado de não-estado (evento) opondo estas eventualidades pela possibilidade/impossibilidade de se verificar mudança de estado – não estativas/estativas. Determina também uma série de critérios para determinar os tipos aspectuais, na linha dos propostos por Vendler (1967) para a distinção entre estados, actividades, “achievements” e “accomplishments” (p.60):

- Só os não estativos ocorrem no progressivo;
- Só os não estativos ocorrem como complemento de *forçar*, *persuadir*;
- Só os não estativos ocorrem com Imperativo;
- Só os não estativos ocorrem com advérbios agentivos (deliberadamente, cuidadosamente);
- Só os não estativos aparecem em pseudo-clivadas;
- Só com os estativos é que o presente do indicativo tem valor de presente real.

No entanto, estes critérios nem sempre são suficientes para fazer a distinção

entre as várias classes. Por isso Dowty reformula esta tipologia, pouco referenciada, usando, entre outros traços, a distinção entre classes aspectuais agentivas ou não-agentivas, como aliás Oliveira (1986) nota.

Sendo um dos critérios de Dowty, para a distinção entre estados e eventos, a consideração de que aqueles não podem ocorrer no progressivo, Cunha (1998) observa que, pelo menos para o Português, tal não pode ser afirmado peremptoriamente, como aliás se pode constatar pelo exemplo (138). Com efeito, com base no facto de haver estados que podem ocorrer em forma progressiva e aos quais associa outros testes, este autor distingue estados faseáveis e não-faseáveis.

(138) O João está a ser simpático.

Verifica-se, assim, que alguns dos critérios apresentam problemas de adequação, na medida em que muitas proposições claramente estativas não os seguem, ou seja, verifica-se que alguns estativos se comportam como eventos, o que permitirá a integração de determinados estativos numa Rede Aspectual, da qual se dará conta mais adiante, convertendo-se em “processos”.

Moens & Steedman (1988) concebem igualmente os estados como não-dinâmicos, mas atribuem fases aos eventos, ou seja, consideram que estes possuem períodos nos quais se manifestam propriedades que os distinguem ou identificam com outros. Estes autores chamam “núcleo aspectual” à estrutura fásica dos eventos, que consideram composta por três fases, a saber:

Processo preparatório→	Ponto de culminação→	Estado consequente
Fase [durativa]	Fase [atômica]	Fase [- dinâmica]
Fase [homogénea]	Fase [indivisível]	

Figura 4

Estes autores propõem a divisão dos eventos, consoante se reportam a diferentes fases do núcleo, em processos (têm apenas processo preparatório), processos culminados (têm as duas primeiras fases e poderão ou não ter a terceira, consoante a construção), culminações (só têm ponto de culminação e podem ter estado

consequente) e pontos (são atômicos e não têm estado consequente). Propõe ainda a possibilidade de transição de umas classes para outras, consoante o evento ganha ou perde fases, construindo aquilo a que chamam uma “Rede Aspectual”.

Segundo Kamp e Reyle (1993:566), a mudança aspectual advém, entre outros factores, da existência de dois operadores aspectuais, o progressivo – em que a eventualidade deixa de ter ponto de culminação, o que cria um estado não limitado - e o perfeito – em que as eventualidades passam a apresentar ponto de culminação e, sobretudo, estado consequente. Deste modo, um processo culminado pode passar a processo através da introdução de um adverbial no enunciado (*durante x tempo*), uma vez que este lhe retira a ideia de culminação que estava implícita no enunciado, como se comprova em (139):

(139) O José conduziu o kart *durante todo o dia*.

Vejamos então a estrutura da rede aspectual proposta por Moens para melhor perspectivarmos as possibilidades de mudança de tipo aspectual.

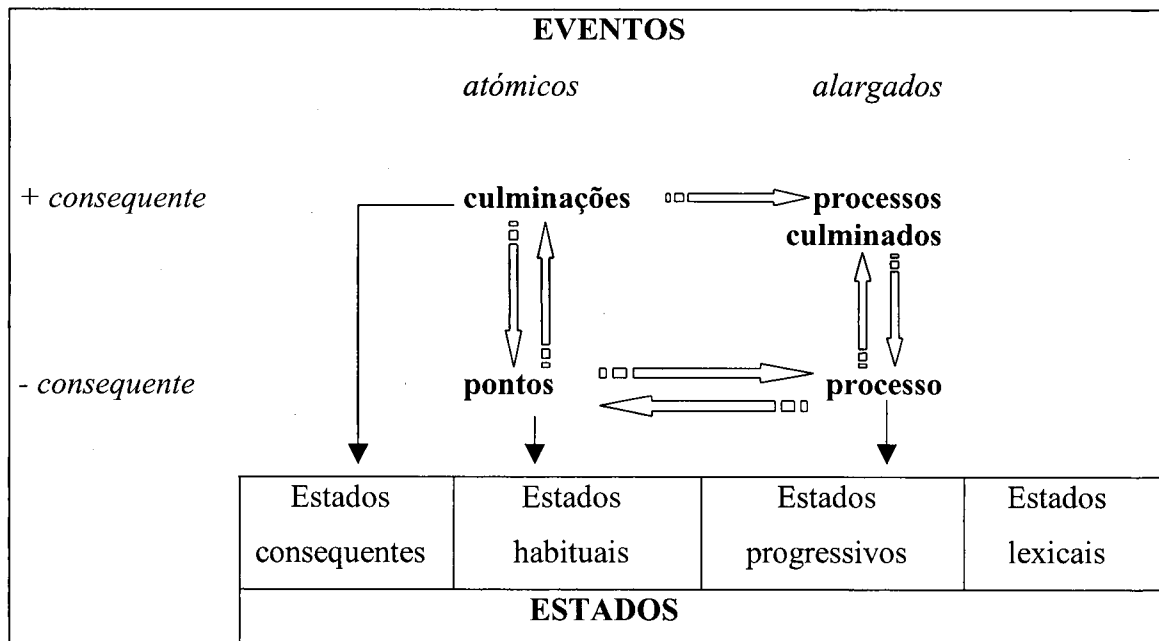


Figura 5

Por tudo isto, para compreender o tempo é necessário ter em conta que a diferença entre estado e evento pode alterar uma perspectiva sobre a situação, atribuindo-lhe ou não duração, ou estabelecendo-lhe limites para a sua duração, uma vez que, dependendo do contexto frásico, as línguas têm a capacidade de dar conta de diversas maneiras de perspectivar as eventualidades.

2.2.2. Adverbiais¹⁶

Ao considerarmos que a base da linguagem para representação das entidades temporais é a proposição temporal, ou seja, uma proposição lógica que só tem valor de verdade associada a um intervalo de tempo, está implícito que os tempos verbais são usados para indicar a relação temporal entre o momento em que um enunciado é produzido e o tempo para o qual a declaração está a ser feita, o que nos permite falar de outros tempos que não o momento presente. No entanto, apesar de o tempo gramatical situar a eventualidade na linha temporal, em relação ao momento da enunciação, não determina exactamente a sua posição, daí que a função dos advérbios dêicticos e anafóricos seja precisar a situação da eventualidade na linha temporal.

Ainda segundo Kamp e Reyle (1993), as informações que provêm dos operadores temporais (passado, presente, futuro e adverbiais) combinam-se, podendo estes operadores fornecer indicações acerca do tempo em que a proposição deve ser avaliada. A compatibilidade dos advérbios com os verbos que modificam, ou seja, a aparição ou não de determinado advérbio, vai depender das características léxico-aspectuais desses verbos, uma vez que há uma relação estreita entre Aspecto Gramatical (efeito dos operadores aspectuais - tempo, adverbiais) e Aspecto Lexical (classificação aspectual - divisão entre eventos e estados), tendo os diferentes advérbios de se relacionar separadamente com estes conceitos.

É também importante ter em atenção que os tempos que não pertencem à esfera do passado, como o presente e o futuro, podem distanciar-se, isto é, eliminar a referência ao momento de fala e mover-se tanto para o passado como para o futuro,

¹⁶ Nesta secção não se pretende apresentar a problemática dos advérbios de tempo, mas tão só a relevância que estes têm para as questões temporais, em particular, aquilo que pode ser importante para o estudo das frases com Conjuntivo. Para um maior desenvolvimento do estudo dos adverbiais de

tomando a referência dêictica do advérbio. Podemos fazer previsões de eventualidades a partir do Presente, expressando a deixis temporal através de advérbios:

- (140) *Dentro de dois meses* chega o papá e diz-nos que afinal *em Setembro* não podemos ir ter com ele, porque a situação lá está péssima, mas que tudo termina *na próxima Primavera* e que, de qualquer modo, os marroquinos nunca farão mal a um português.

A deixis acaba por ser a maneira mais óbvia de comprovar que a relação intrínseca entre a linguagem e o contexto se reflecte na estrutura das próprias línguas, ao estudar como estas codificam - ou gramaticalizam - aspectos do acto de fala. Entre aqueles que são considerados os dêicticos principais encontram-se os advérbios de tempo e o tempo verbal.

A deixis de tempo consiste, pois, na codificação de pontos e períodos temporais relativos ao tempo em que se pronunciou um enunciado. Está geralmente gramaticalizada em advérbios de tempo e também em tempo gramatical e interage com os métodos de cálculo de tempo não-dêictico, tais como os ciclos naturais do dia e da noite; os meses lunares; as estações e os anos. Quanto aos advérbios dêicticos, “agora” é o período pragmaticamente dado que inclui o momento de codificação, como se pode observar em (141):

- (141) Liga o rádio agora!

No entanto, o advérbio “agora” também pode ser interpretado como um período indeterminado, veja-se o enunciado (142):

- (142) Agora trabalho na tese de Mestrado.

Pelo contrário, o advérbio “então” significa “não agora” e pode empregar-se tanto para o passado como para o futuro. “Hoje” (período que inclui o tempo de codificação), distingue-se de “ontem” (período que precede o período diurno que inclui o tempo de enunciação) e de “amanhã” (período que segue o período diurno

tempo veja-se Moia (1999) e Matos (1999).

que inclui o tempo de enunciação). Estes advérbios podem referir-se à totalidade do período, como em (143), ou referir-se a um ponto dentro do período pertinente, como em (144):

(143) Amanhã é Sábado.

(144) Ontem, a Luísa magoou a Carmo com uma bola de ténis.

Com adverbiais complexos, como “na 2ª feira passada”, “no próximo ano” e “esta tarde”, constituídos por um modificador dêictico (passada, próximo, esta) e um nome não-dêictico (2ª feira, ano e tarde), a interpretação está determinada por modos de cálculo calendárico vs não-calendárico e pela distinção entre intervalos de tempo (semanas, meses, anos) e nomes de intervalos de tempo (2ª feira, Dezembro, etc.), que não podem empregar-se como medida: “este Agosto”, não é necessariamente o mês em que estamos, mas “esta semana” é a semana em que se encontra o falante que produz o enunciado que inclui o adverbial.

Como temos vindo a referir, o tempo gramatical é um dos factores que asseguram que todas as frases, ao serem enunciadas, estejam ancoradas a um contexto de enunciação. A este propósito convém dizer-se que, quando o conteúdo dêictico de um advérbio é incompatível com o tempo expresso na forma verbal, o enunciado resultante será agramatical, como pode observar-se em (145):

(145) *Vi-o amanhã.

Além disso, os adverbiais devem também partilhar as características do tempo gramatical do verbo, senão a frase é igualmente agramatical. Em (146) o significado de “durante dois meses”, que expressa duração, contraria a classe aspectual associada ao evento “chegar” que tem de ser exclusivamente associada a expressões adverbiais que assinalem “pontualidade” ou localização temporal:

(146) *Chegou durante dois meses.

No entanto, há ainda a considerar a possibilidade de existir um uso desviado, como o Presente Histórico (147) e o Futuro Modal (148) e obter igualmente enunciados aceitáveis. Nestes casos é também o advérbio que exprime a deixis

temporal:

(147) Estamos no dia 25 de Abril de 1974. O povo sai para as ruas e invade as praças de Lisboa. Há alguém que grita em cima de uma estátua. Hoje a alegria é geral.

(148) Terá agora 40 anos.

Conclui-se, então, que é muito importante levar em linha de conta a existência de restrições semânticas na combinação de adverbiais com as formas verbais, nomeadamente, compatibilidade entre o tempo para o qual o tempo verbal remete e a natureza dos adverbiais, caso contrário produzir-se-ão enunciados agramaticais.

2.2.3. Pequena observação de natureza Pragmática

Apesar de não serem as circunstâncias pragmáticas que seleccionam o significado de um verbo, não podemos esquecer que os factores de índole pragmática também influem na selecção temporal, aspectual e modal, uma vez que, seleccionando um ou outro significado em virtude das várias combinações, a construção será ou não aceitável. Não se pode utilizar Conjuntivo quando se violam os pressupostos conversacionais próprios dos relatos de uma ordem, seja porque faltam as condições de disponibilidade precisas, como a falta de agentividade do predicado “chover”, em (149), ou seja porque nesses relatos o falante e o ouvinte não podem ser correferenciais, como em (150):

(149) *Disse-lhe que chova.

(150) *Eu disse-lhe que eu não cantasse.

Uma outra questão interessante na abordagem de enunciados em que ocorre o Modo Conjuntivo são certos mecanismos de inferência, que podem também relevar da Pragmática. Certos tipos de inferência permitem dar conta da existência de diferenças bastante acentuadas entre aquilo que é literalmente dito em enunciados linguísticos e o que é de facto transmitido, sendo a implicatura capaz de dar conta de

como isso é possível. É a noção de implicatura que permite concluir que sobre um núcleo semântico tendencialmente estável e unitário, qualquer expressão de uma língua natural apresenta uma cobertura pragmática instável, específica do contexto, isto é, um conjunto de implicaturas, e é este princípio que simplificará e concederá eficácia às descrições semânticas. Assim, não podemos deixar de considerar que o facto de ser possível inferir, a partir de um enunciado concreto, um segundo enunciado é relevante para a análise das frases com o Conjuntivo, uma vez que este é, conforme temos vindo a afirmar, capaz de traduzir uma não asserção de verdade, ou uma menor crença do enunciador em relação à verdade do enunciado que produz.

Para este nosso trabalho interessa analisar mais pormenorizadamente as implicaturas oracionais, tal como as definiu Levinson (1983). Estas definem-se sinteticamente como implicaturas de quantidade que são inferidas pelo interlocutor relativamente à verdade de uma proposição expressa por uma oração particular, subordinada ou coordenada: o interlocutor infere a verdade ou falsidade dessa proposição. Quer isto significar que, se o locutor utiliza uma expressão linguística que não o compromete, em vez de uma outra mais forte que o comprometeria, isso pode levar à inferência de que – por falta de conhecimento, por falta de comprovação, etc. – não é possível fazer a declaração mais forte. Veja-se:

(151) Julgo que o José Saramago já publicou um romance novo.

Em (151) o locutor permite a inferência de que é possível que José Saramago tenha publicado um romance novo, mas isso, de acordo com o seu conhecimento, não é um facto, pois se assim fosse o enunciado seria algo semelhante a:

(152) (Eu sei que) o José Saramago já publicou um romance novo.

Note-se que *saber* é mais forte que *julgar* e daí resulta um maior compromisso do locutor com aquilo que enuncia. Ao optar pela expressão mais fraca, o locutor deixa em aberto uma possibilidade e a negação dessa possibilidade. A implicatura de (151) pode ser formalizada como:

(151)' é possível que p; é possível que $\sim p$ (Pp & $P\sim p$)

Considere-se agora:

- (153) Sei que as crianças levam muitos livros para a escola.
- (154) *Sei que as crianças levem muitos livros para a escola.
- (155) Acredito que as crianças levam muitos livros para a escola.
- (156) Acredito que as crianças levem muitos livros para a escola.

Ao comparar as frases acima transcritas, constatamos que a selecção da expressão mais forte – *sei* – em (153) compromete o enunciador com a verdade da proposição da oração subordinada e isso permite a utilização do Modo Indicativo e inviabiliza, em (154) a selecção do Conjuntivo. Ao seleccionar a expressão menos forte – *acredito* – é criada uma relação entre o enunciador e a proposição subordinada que não institui a pressuposição, nem a implicação estrita da verdade desta. Por conseguinte, uma vez que a possibilidade e negação de possibilidade da verdade da proposição subordinada ficam salvaguardadas pela utilização de *acreditar*: já é possível a combinação com o Modo Indicativo, como em (155) e já é igualmente possível a utilização do Conjuntivo, como em (156), que na realidade apenas reforça essa ideia de não comprometimento com a verdade da proposição subordinada, que já estava conversacionalmente implicada através da selecção da expressão menos forte. Retomaremos estas considerações no Capítulo 3., secção 3.2..

2.3. Síntese

Como acabámos de ver, algumas das categorias gramaticais envolvidas na representação linguística do tempo (Time) são o Tempo (Tense), o Aspecto e a utilização de expressões adverbiais. Tempo, Aspecto e Adverbiais, apesar de serem susceptíveis de estudos específicos, interagem em situações reais de discurso uns com os outros e agem modificando a classe aspectual do núcleo proposicional, sempre de acordo com os limites impostos pela figura de Moens, bem como pelo conhecimento do contexto.

Vimos também que a distinção entre as categorias Tempo e Aspecto não é simples, na medida em que o Aspecto tem conotações temporais. No entanto, podemos distingui-las pelo facto de uma ser dêictica (Tense) e a outra não (Aspecto).

A categoria *Tempo Verbal* tem como função a sequência linear de pontos num enunciado e é dêictica, na medida em que uma proposição temporal terá necessariamente de conter uma referência a algum ponto temporal (R) que não pode ser identificado excepto em relação ao ponto de enunciação (S). Para localizar temporalmente a eventualidade de uma oração é preciso relacioná-la: a) com o tempo da oração anterior, considerando-se para tal o intervalo de tempo **R** deixado pelas eventualidades dessas orações anteriores, uma vez que a interpretação verbal está dependente do carácter anafórico do tempo (Partee, 1984); ou b) directamente com o momento da enunciação **S** (Kamp e Reyle, 1993), considerando-se que a interpretação temporal está muitas vezes dependente do carácter dêictico do tempo.

Por outro lado, a categoria *Aspecto* é não-dêictica, uma vez que gramaticaliza distinções de significado que dizem respeito apenas às características da eventualidade, tais como: duração, perfectividade, iteração, frequência, culminação, etc. Assim, o Aspecto não depende, como o Tempo, da situação concreta de comunicação para a sua plena interpretação semântica, uma vez que o facto de nos informar se uma eventualidade está ou não concluída, não tem a ver com as coordenadas do momento de enunciação.

A abordagem dos conceitos de Tempo, Aspecto e Adverbiais, por agora meramente teórica, será retomada no decorrer próximo Capítulo, em que se analisarão frases completivas construídas com o Conjuntivo, com o intuito de estudar o valor temporal deste Modo.

3. - Caracterização das Ocorrências do Conjuntivo nas Orações Completivas

Ao longo dos capítulos precedentes foram apresentadas algumas questões de natureza teórica e algumas propostas de análise do Modo Conjuntivo que vão ser agora utilizadas para caracterizar a ocorrência deste Modo nas orações subordinadas completivas. É nosso objectivo apurar o valor temporal do Conjuntivo neste tipo de construções.

Assim, pretende-se, neste capítulo, tomar primeiramente como ponto de partida a proposta de Reichenbach para o estudo do Tempo em frases complexas com o Modo Conjuntivo, e verificar as relações existentes entre o tempo da oração subordinante e o tempo da oração subordinada. Pretendemos também utilizar as propostas de Kamp e Reyle (1993) no estudo do Tempo e das implicações aspectuais, tendo sempre como objectivo analisar o carácter de posterioridade que certos Tempos do Conjuntivo apresentam em orações subordinadas completivas, em Português.

Para tal, apresentaremos uma descrição com base em dois conjuntos de predicados: factivos e volitivos, predicados estes que foram enunciados no Capítulo 1. A análise das ocorrências recairá sobre enunciados com combinação Indicativo (na oração subordinante) / Conjuntivo (na oração subordinada), sendo num primeiro momento analisadas as frases com predicados eventivos presentes na subordinada e, num momento posterior, proceder-se-á à análise de predicados estativos no mesmo tipo de oração, para poderem ser deduzidas determinadas generalizações.

3.1. Sequencialização Temporal

Tal como já foi referido anteriormente é nosso intuito analisar as ocorrências do Conjuntivo em frases complexas, nomeadamente nas orações subordinadas completivas, de acordo com as propostas de análise temporal de Reichenbach (1947) e Kamp e Reyle (1993). Uma vez que a análise vai incidir sobre a frase complexa, é

necessário tomar em linha de conta a “sequencialização temporal” (cf. Oliveira, 1998), que se processa nas eventualidades referidas nas frases complexas, ou seja, há que atender às relações de escopo dos tempos do verbo da oração principal com outros tempos do verbo da subordinada. A partir do momento em que o objectivo deste trabalho não pretende ser a descrição exaustiva de todos os tipos de contextos onde pode ocorrer o Conjuntivo, vamos limitar-nos, nos exemplos utilizados, à análise de enunciados fazendo variar o tempo da oração principal. Os Tempos seleccionados são o Presente, Pretérito Imperfeito, Pretérito Perfeito Simples e Composto, Pretérito Mais-que-Perfeito Composto, Futuro do Presente e Futuro do Pretérito Simples do Modo Indicativo, actualizados em predicados volitivos e factivos, e observar as restrições que estes Tempos operam no tempo dos predicados presentes nas orações subordinadas completivas. Consideramos que podemos reunir nestes dois tipos de predicados (volitivos e factivos) as características das modalidades epistémica e deôntica, que permitem a oposição entre os valores de [+ crença] – predicados factivos e [- crença] – predicados volitivos – na verdade da proposição da oração subordinada. Far-se-ão, ainda, restrições no que diz respeito às classes aspectuais dos predicados das orações subordinadas, de modo a que não haja repetições e por forma a permitir abranger uma maior quantidade de construções. As alterações produzidas por implicações aspectuais e dêicticas serão levadas em linha de conta.

Tendo em vista a concretização deste objectivo, vamos, na próxima secção, principiar por apresentar o conteúdo da proposta de análise temporal de Reichenbach (1947) e aplicá-la aos dados que seleccionámos, fazendo o estudo da sequencialização temporal nas orações completivas. Vamos fazê-lo tentativamente, na medida em que nos parece fundamental determinar, em primeiro lugar, se o tempo da oração subordinada é, ou não, anafórico, e em segundo lugar se o é relativamente à oração principal, como é costume considerar-se. Através das conclusões extraídas, será possível verificar a adequabilidade da proposta de Reichenbach (1947) ao estudo de frases complexas com o Modo Conjuntivo na oração subordinada.

3.1.1. Sequencialização Temporal segundo a proposta de análise de Reichenbach

Tal como foi referido no capítulo “Tempo e Aspecto”, a proposta de análise de Reichenbach permite observar as relações que os tempos verbais estabelecem entre três pontos no tempo: ponto da enunciação (S), ponto do evento (E) e ponto de referência (R). Assim, para a frase (157) teremos a seguinte descrição, elaborada segundo o esquema de Reichenbach (1947:293):

(157) Eu já tinha começado a aula (E₁) quando o João bateu à porta (E₂) e entrou (E₃).

1ª frase: E₁.....R₁.....S

2ª frase: R₂, E₂.....S

3ª frase: R₃, E₃.....S

Seguindo este raciocínio, num primeiro momento vamos proceder à análise de enunciados que apresentam predicados eventivos na oração subordinada, alternando os predicados da oração subordinante entre factivos e volitivos.

(158)	a) A Ana <i>quer</i> que a avó	<i>faça</i>	um bolo
	b)	<i>*fizesse</i>	
	c)	<i>?tenha feito</i>	
	d)	<i>*tivesse feito</i>	
	e)	<i>*fizer</i>	
	f)	<i>*tiver feito</i>	

Com o verbo da oração principal no Presente do Indicativo, podemos observar que só é permitido o uso da forma Presente (e talvez também o Pretérito Perfeito Composto, se forem preenchidas certas condições que iremos expor) na oração subordinada. Tal selecção parece dever-se à simultaneidade do ponto de referência e

do ponto de enunciação que, ancorados no tempo presente, obrigam a que o ponto do evento seja simultâneo com S e R (S,R,E), como em (158) a), ou, no caso de considerarmos (158) c) como gramatical, anterior a R e S (E-S,R). O uso de qualquer outro tempo verbal seria considerado por qualquer falante de Português como agramatical. Segundo este pressuposto, todos os enunciados que contiverem um tempo verbal que remeta para o tempo futuro, (158) e), f), ou para um tempo passado irreal, (158) b), d) serão avaliados como agramaticais.

No entanto, ao considerarmos um outro enunciado semelhante, cujo verbo da oração principal está igualmente no Presente do Indicativo, rapidamente verificamos que esta explicação se torna inadequada:

- | | | | |
|----------|--------------------------------|----------------------|-----------------|
| (159) a) | A Ana <i>lamenta</i> que a avó | <i>faça</i> | apenas um bolo. |
| b) | | <i>fizesse</i> | |
| c) | | <i>tenha feito</i> | |
| d) | | <i>tivesse feito</i> | |
| e) | | <i>*fizer</i> | |
| f) | | <i>*tiver feito</i> | |

Em (159) já consideramos gramaticais as formas do Pretérito Perfeito Composto (159) c), e do Imperfeito (159) b), bem como do Pretérito Mais-que-Perfeito Composto do Conjuntivo (159) d) na oração subordinada, por oposição àquilo que havia sido visto a propósito de (158), embora o tempo do verbo da oração principal continue a ser o Presente do Indicativo. Será, pois, necessário procurar os factores de selecção dos Tempos do Conjuntivo da subordinada em outros critérios que não exclusivamente temporais.

Mantendo o pressuposto de que é o verbo da oração matriz que determina a sequencialização temporal, verificamos que, a par do tempo, um outro factor que determina a selecção terá de ser encontrado e apontamos a modalidade¹⁷ como sendo esse factor. Deste modo, em (158), é o facto de se exprimir um desejo, ou seja a presença da modalidade volitiva, que, em conjunto com o Presente do Indicativo, condiciona os Tempos da subordinada ao Presente do Conjuntivo (e talvez ao

¹⁷ Não podemos deixar de mencionar que a existência de factores relacionados com a *classe aspectual* das eventualidades, bem como o emprego de *expressões adverbiais*, condicionam igualmente a selecção dos Tempos verbais, factores estes que serão contemplados na nossa abordagem.

Pretérito Perfeito, mas só em circunstâncias particulares que adiante exploraremos), uma vez que quando se deseja algo a projecção desse desejo só pode ser concretizada num tempo futuro. Por outro lado, em (159), o predicado factivo - i. e., o facto de haver uma maior crença na verdade da proposição expressa pelo predicado da subordinada através do significado do predicado da subordinante - e o tempo verbal permitem o alargamento das combinações temporais aos tempos do Pretérito do Modo Conjuntivo¹⁸.

De facto, em (158) a), a modalidade volitiva mostra que as relações entre o locutor e o estado de coisas são tidas como facultativas, e como essas relações estão ancoradas no presente, parece lógica a selecção de um tempo verbal que exprima um intervalo de tempo em que S,R,E são simultâneos (neste momento a Ana quer que a avó, neste momento, faça um bolo). (158) a) pode também dar expressão a um tempo futuro, em que o evento é posterior ao ponto de referência e ao ponto de enunciação (S,R – E): ou seja, neste momento a Ana quer que a avó, num momento futuro em relação ao momento da enunciação faça um bolo. Os restantes enunciados formulados com o recurso a outros tempos verbais que não o Presente estão pois naturalmente excluídos do leque de possibilidades de escolha, uma vez que, a partir do momento em que o enunciador manifesta o desejo de que determinada eventualidade se realize, é criado um contexto de futuridade que admite uma dupla possibilidade: a concretização factual do desejo manifestado (num intervalo de tempo simultâneo ou posterior ao momento de enunciação), ou a ausência dessa concretização no futuro.

Uma questão que é importante levantar neste momento relaciona-se com a ideia que temos vindo a defender da possibilidade de uma leitura de futuridade ligada à utilização do Presente do Conjuntivo na oração subordinada em associação com o Presente do Indicativo na oração subordinante, uma vez que poderia ser inferido que todas as subordinadas completivas que apresentassem a ideia de futuro em relação a S e a R seriam sempre aceitáveis. Porém, tal não é o caso, conforme é possível constatar em (159) e) e f), que são agramaticais, embora manifestem essa ideia de posterioridade do evento em relação quer a S quer a R, que são simultâneos. A nosso ver, a razão que justifica isto liga-se não com a ideia de futuridade do evento, mas sim com a possibilidade de o enunciador considerar mais facilmente concretizável o

¹⁸ Note-se que (159) a) também pode ter uma leitura habitual, embora não seja neste momento objecto da nossa análise.

evento da proposição subordinada, ou, utilizando a terminologia de Marques, (1995), com o grau de crença do enunciador na verdade do enunciado. Com isto queremos dizer que em (159) a) a possibilidade de uma leitura de posterioridade relacionada com a eventualidade da oração subordinada se deve, contrariamente àquilo que seria coerente esperar-se de acordo com as propostas das gramáticas tradicionais, a um maior grau de factualidade implícito no Presente do Conjuntivo, por oposição ao Futuro do Conjuntivo, que expressa uma maior incerteza de concretização da eventualidade, que não é compatível com o significado do verbo factivo *lamentar*. Esta ideia pode ser comprovada se se considerar uma frase condicional como (160):

(160) A Ana lamenta se a avó *fizer* apenas um bolo.

Note-se que a diferença entre (159) e) e (160) é precisamente o grau de factualidade que ambos os predicados subordinados são passíveis de expressar. Em relação a esta última, o verbo factivo permite criar um intervalo de tempo alargado que coincide com o momento de enunciação, mas abrange a possibilidade de uma concretização futura da eventualidade que surge na oração subordinada e é apresentada no Futuro do Conjuntivo como uma condição a preencher. Uma vez que não se regista confirmação linguística do preenchimento desta condição, que pode ou não vir a concretizar-se num momento futuro em relação ao momento de enunciação, verifica-se que o predicado da oração subordinada é não factual. Como a factividade é apenas uma pressuposição da verdade e não a asserção da verdade (Kiparsky & Kiparsky, 1970), a eventualidade da oração subordinada só é um facto quando o tempo da subordinada o permite, ou seja, quando esse tempo é passado, como se pode observar em (159) b), c) e d). Quando o tempo da subordinada é presente, como em (159) a), podemos comparar a sua leitura à de (160), o que não é de estranhar uma vez que se trata de uma pressuposição. É precisamente esta ideia de não factualidade que, na nossa opinião, valida (160) e invalida (159) e).

Por outro lado, note-se que ao utilizar a construção mais frequente para a expressão de tempo futuro em português – *ir* + *Infinitivo* – que denota um maior grau de possibilidade de certeza, dentro da ideia de não factualidade que está associada ao futuro, o enunciado resultante seria aceitável. A este propósito considere-se:

(161) A Ana lamenta que a avó *vá fazer* apenas um bolo.

Em (161) continua a registar-se a simultaneidade de S,R e verifica-se a posterioridade de E. Porém, esta perífrase verbal traduz um maior grau de confiança por parte do enunciador na possibilidade de realização futura de E.

Neste momento estamos em condições de propor uma explicação para a diferença entre a aceitabilidade da combinação Presente do Indicativo / tempos do Perfeito do Conjuntivo que se regista em (159) e o comportamento evidenciado por (158) em relação a esta combinação. De facto, (158) ao apresentar no verbo da oração principal uma modalidade volitiva projecta, por definição, a concretização da eventualidade desejada num tempo futuro, reagindo, por conseguinte, mal quando combinada com tempos do passado (vejam-se as alíneas b), c) e d)). Pelo contrário, em (159) o predicado factivo, ao expressar uma opinião do enunciador sobre uma eventualidade, projecta o significado do predicado da oração principal sobre uma eventualidade que, em virtude dos tempos seleccionados, teve lugar num momento anterior à enunciação, o que permite a produção de enunciados aceitáveis em (159) b), c) e d).

- | | | | |
|----------|----------------------------|-----------------------|-----|
| (162) a) | Ele queria que as crianças | <i>*venham</i> | com |
| | manual de instruções. | | |
| b) | | <i>viessem</i> | |
| c) | | <i>*tenham vindo</i> | |
| d) | | <i>tivessem vindo</i> | |
| e) | | <i>*vierem</i> | |
| f) | | <i>*tiverem vindo</i> | |

Com o verbo da oração subordinante no Pretérito Imperfeito do Indicativo como em (162), o ponto de referência é, em termos estritamente temporais, anterior ao ponto de enunciação (R - S). Verifica-se também que estão excluídos da rede de selecção todos os tempos cujo ponto do evento seja simultâneo ou posterior ao ponto de enunciação: é o caso de (162) a) - (R - S,E), (162) c) - (R - S,E), (162) e) e f)-(R - S - E). Por outro lado, apenas são viáveis os tempos cujo ponto do evento e de referência sejam anteriores a S: (162) b)-(E,R - S), (162) d) - (E - R - S).

Assim, podemos apresentar as seguintes generalizações relativas à sequencialização temporal, para as combinações das frases completivas com uma

modalidade volitiva na oração subordinante, cujo tempo verbal é o Imperfeito do Indicativo, e uma subordinada com os vários tempos do Conjuntivo:

(163) E,R – S

(164) E – R – S

(165) * R – S, E

(166) * R – S – E

Contudo, se mantivermos o mesmo tempo verbal na oração subordinante, o que implica, conforme já foi visto, R - S, mas mudarmos o significado do predicado desta oração o comportamento das frases é diverso. Veja-se (167):

(167) a) A Joana lamentava que a tia *bata ao Pedro.

b) batesse

c) tenha batido

d) tivesse batido

e) *bater

f) *tiver batido

Ao contrário do que acontecia em (162) c), que caracterizámos como apresentando a sequência temporal (R – S,E), o enunciado (167) c), que temporalmente é (E - R- S), é aceitável, uma vez que é plausível que no momento de enunciação, isto é, no ponto S, o sujeito lamentasse a ocorrência da eventualidade E num intervalo de tempo anterior. Assim, a entidade Joana manifesta a sua opinião em relação a um evento que teve lugar num momento passado, o que já foi visto anteriormente em relação às características dos predicados factivos. A projecção que o significado dos predicados volitivos faz em relação a um momento posterior a S inibe a combinação Pretérito Imperfeito do Indicativo/ Pretérito Perfeito do Conjuntivo em (162) c). Por outro lado, porém, as características factivas, ao incidirem sobre eventualidades tornam possível aquela combinação.

(168) a) O João sugeriu que a Maria chame a polícia.

b) chamasse

c) tenha chamado

d)	<i>tivesse chamado</i>
e)	<i>*chamar</i>
f)	<i>*tiver chamado</i>

Na oração matriz do enunciado (168) apresenta-se agora um verbo no Pretérito Perfeito do Indicativo – *sugerir* -, o que faz com que o ponto de referência continue a ser anterior ao momento da enunciação (R - S). Uma vez que é semelhante a (162), no qual se utilizava o Pretérito Imperfeito na oração subordinante associado a uma modalidade volitiva contida no verbo, podíamos ser levados a concluir que os tempos do Conjuntivo que selecciona são os mesmos, a saber, o Pretérito Imperfeito e o Pretérito Mais-que-Perfeito. No entanto não é o que se verifica, uma vez que quer o Presente, quer todos os tempos do Pretérito são seleccionados.

Em (168) a) é admitido o uso do Presente. Uma vez que o ponto de referência continua a ser anterior ao ponto de enunciação e o ponto do evento é posterior ao ponto de referência e ao de enunciação (R – S – E), verificamos que não se trata de uma restrição temporal, mas talvez aspectual ligada ao Imperfeito que marca a oração subordinante em (162). Assim, enquanto com o Pretérito Perfeito do Indicativo, em (168), a eventualidade está terminada num intervalo de tempo anterior ao momento de enunciação, com o Pretérito Imperfeito, em (162), a frase subordinante, tomada como ponto de referência, não tem fronteira à direita, o que permite que se prolongue até ao ponto de enunciação¹⁹. Assim, a eventualidade reportada pelo verbo tem início num ponto temporal à esquerda, ou seja, anterior a S, prolongando-se até, pelo menos, ao ponto S.

Se efectuarmos a substituição, em (168) a), do Pretérito Perfeito do Indicativo pelo Imperfeito do Indicativo, verificamos, contudo, contrariamente ao que acabamos de inferir, que o enunciado continua a ser considerado como gramatical. Confronte-se (169):

(169) O João *sugeria* que a Maria *chame* a polícia.

Neste caso parece que a explicação reside em factores de natureza semântica e pragmática. Assim, *sugeria* surge como um “Imperfeito de cortesia” (Cunha e Cintra,

¹⁹ O Imperfeito pode operar modificação aspectual, transformando um evento em estado (Kamp & Rohrer, 1983).

1986) que tem valor temporal de presente²⁰, ou seja, “no momento da enunciação, a entidade João sugere que a Maria chame a polícia”. Esta interpretação faz com que R seja simultâneo a S e não anterior, permitindo que E seja posterior (R,S – E).

Também consideramos (168) c) aceitável, contrariamente ao que propusemos para a (162) c), na medida em que este enunciado não viola nenhum dos pressupostos anteriormente aventados: E é simultâneo a R e ambos anteriores a S (E,R – S).

Considere-se agora (170), que utiliza o Pretérito Perfeito do Indicativo na oração subordinante associado a um predicado factivo.

- | | | | |
|-------|----------------------------------|--------------------------|----|
| (170) | a) O João lamentou que o governo | <i>augmente</i> | os |
| | impostos. | | |
| b) | | <i>aumentasse</i> | |
| c) | | <i>tenha aumentado</i> | |
| d) | | <i>tivesse aumentado</i> | |
| e) | | <i>*agir</i> | |
| f) | | <i>*tiver agido</i> | |

Verifica-se em (170) a possibilidade de utilização de todos os tempos verbais em combinação com o Pretérito Perfeito do Indicativo, à excepção dos tempos do Futuro, tal como fora notado a propósito de (168).

No entanto, (170) a) apresenta a característica de contrariar tudo aquilo que temos vindo a expor até ao momento, pelo facto de admitir a combinação Pretérito Perfeito do Indicativo com a modalidade factiva com Presente do Conjuntivo, o que gera a sequencialização (R – S,E). Embora seja comum argumentar-se que a factividade está relacionada com a anterioridade, uma vez que, quando o tempo da subordinada é um tempo do passado se pode asserir a sua verdade, o que valida a aceitabilidade de (170) b) (170) c) e (170) d), tal não parece verificar-se. De facto, (170) a) apresenta o evento como simultâneo a S e verificámos já que, exemplos como (159) a) contrariam também essa tendência comum de associação da factividade à anterioridade. Julgamos poder aventar para (170) a) uma explicação que vai ao encontro da nossa proposta: num momento anterior ao momento de enunciação, a entidade João manifestou a sua opinião sobre um facto que ainda não ocorrera, mas que era previsível, era certo que viria a ocorrer num momento

²⁰ Sobre o efeito modal do Imperfeito veja-se Oliveira (1986).

posterior. Assim, a perspectiva do enunciador de (170) a) contempla a relação entre os dois tempos: o passado (Pretérito Perfeito) associado à expressão da opinião e o seu presente – o da enunciação - (Presente do Conjuntivo) que é simultaneamente futuro em relação à emissão dessa opinião.

Nas construções com predicados factivos que apresentam na oração principal o Pretérito Perfeito Composto, continua a verificar-se a anterioridade de R relativamente a S.

- (171) a) O João tem lamentado que a situação *to-me*
este rumo.
- b) *tomasse*
- c) *tenha tomado*
- d) *tivesse tomado*
- e) **tomar*
- f) **tiver tomado*

A frase (171) permite manter a ideia de que para o enunciado ser gramatical é necessário R ser anterior a S ($R - S$), como se pode constatar em (171) a), b), c), d). A única diferença que observamos liga-se a uma questão de natureza aspectual, que se prende ao facto de o Pretérito Perfeito Composto apresentar um efeito iterativo, isto é, “no intervalo de tempo anterior ao momento de enunciação a entidade João lamentou repetidamente que”.

São agramaticais os enunciados cuja posterioridade de E em relação a S se verifique: (171) e) e (171) f).

Relativamente aos predicados volitivos, mantendo-se o Pretérito Perfeito Composto do Indicativo na oração subordinante, verifica-se apenas uma diferença em relação ao que foi exposto anteriormente, a propósito dos predicados factivos.

Atente-se em (172):

- (172) a) O João tem desejado que *trabalhemos* juntos.
b) *trabalhássemos*
c) **tenhamos trabalhado*
d) *?tivéssemos trabalhado*

- | | |
|----|-----------------------------|
| e) | <i>*trabalharmos</i> |
| f) | <i>*tivermos trabalhado</i> |

A combinação apresentada em (172) c) mantém R anterior a S, não sendo, no entanto aceitável, uma vez que a modalidade volitiva deste exemplo aponta, através da manifestação de um desejo, para projecção de E num tempo futuro, relativamente a S, conforme aquilo que temos vindo a constatar, contrariamente à evidente ancoragem de E num tempo passado que esta construção revela (E,R - S) ou (E - R - S). A aparente contradição entre o que ficou dito e a aceitabilidade de (172) b) e talvez de (172) d), reside possivelmente de novo numa questão de carácter aspectual, uma vez que se mantém (E,R - S ou E - R - S). Assim, a aceitabilidade de (172) b) e (172) d) parece depender de factores um pouco diferentes :para (172) b) o uso do Imperfeito do Conjuntivo apresenta uma modalização sujeita a uma condicional, como por exemplo para este caso, “se as condições estiverem reunidas”; em relação a (172) d) a aceitabilidade possível²¹ só pode ser compreendida se for feita uma leitura contrafactual²².

A presença de predicados volitivos ligada a questões aspectuais está ainda na base da não aceitabilidade da combinação Pretérito Mais-que-Perfeito do Indicativo/Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo.

Vejamos (173):

- | | | | |
|----------|--------------------------|--------------------------|------------|
| (173) a) | O João tinha querido que | <i>compres</i> | O Público. |
| b) | | <i>comprasses</i> | |
| c) | | <i>*tenhas comprado</i> | |
| d) | | <i>tivesses comprado</i> | |
| e) | | <i>*comprares</i> | |
| f) | | <i>*tiveres comprado</i> | |

Os exemplos (173) são em tudo semelhantes àquilo que foi possível constatar a propósito de (172), que também comportava a mesma modalidade e a utilização de um tempo passado – Pretérito Perfeito Composto do Indicativo- na oração subordinante, tendo-se verificado que se cria uma sequência (R - S).

²¹ Supõe-se um outro tempo passado não explícito para permitir a leitura de Mais-que-Perfeito na subordinante.

Porém, curiosamente, a alteração de modalidade de um predicado volitivo para factivo implica diferenças relativamente àquilo que foi dito a propósito das características deste tipo de predicado, em frases cuja subordinante estava no Pretérito Perfeito Composto do Indicativo.

- (174) a) O João tinha lamentado que *vás ao cinema.
b) fosses
c) *tenhas ido
d) tivesses ido
e) *for
f) *tiveres ido

Nos exemplos (174) verifica-se recorrentemente (R - S) e constata-se que sempre que E é posterior e simultâneo a S o enunciado é agramatical, como se regista em (174) a), (174) e) e (174) f), na medida em que a subordinante está ancorada no passado e isto só possibilita que E se concretize num ponto anterior a S, como em (174) b)-(E,R - S) e em (174) d)-(E - R - S). Isto parece dever-se ao facto de a modalidade factiva que, ao veicular a opinião do sujeito, (conforme temos vindo a verificar), recair tipicamente sobre eventualidades que apresentam uma relação de anterioridade com o ponto de referência.

Até este momento temos centrado a atenção em enunciados que apresentam na oração matriz os tempos verbais do presente e do passado. Torna-se necessário, neste momento, proceder à descrição do comportamento das estruturas que comportam na subordinante um Tempo Futuro.

- (175) a) O João lamentará que a Maria abandone o barco.
b) *abandonasse
c) tenha abandonado
d) *tivesse abandonado
e) *abandonar
f) *tiveres abandonado

²² Veja-se que com “querer” a frase seria aceitável.

Com o verbo da oração principal no Futuro do Indicativo, a sequencialização temporal dos enunciados apresentará sempre a estrutura (S-R). Deste modo, podemos observar que só é permitido o uso das formas Presente e Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo na oração subordinada (175) a) e c). Uma primeira hipótese para tal selecção parece dever-se à necessidade de que o ponto evento (E) seja sempre posterior a (S), uma vez que mantemos o pressuposto de que é o verbo da oração matriz que determina a sequencialização temporal. O uso de qualquer outro tempo verbal que contenha (E) anterior a (S) será considerado agramatical (cf. (175) b) e d).

No entanto, (175) c) pode também apresentar a sequencialização (E-S-R), uma vez que não está claro quando é que o evento da subordinada tem lugar (O João lamentará daqui a dois dias que ela tenha abandonado o barco ontem). A agramaticalidade de (175) d) pode também ser explicada pela necessidade de um outro tempo, para além dos presentes na frase. Para a sua interpretação ser possível, seria necessário um outro ponto de referência passado para a frase poder ser interpretada (O João lamentará que a Maria tivesse abandonado o barco quando as crianças chegaram). Estas considerações vêm sugerir que a interpretação de frases completivas pode não estar dependente da oração principal, isto é, o ponto de referência pode não ser fornecido pela oração subordinante.

Relativamente à agramaticalidade de (175) e) e f), consideramos que a razão se prende não com a ideia de futuridade do evento (uma vez que ele tem de ser necessariamente futuro em relação a (E) devido à ocorrência do Futuro na subordinante), mas sim com a possibilidade de o enunciador considerar mais facilmente concretizável o evento da subordinada, ou seja, com o grau de crença do enunciador na verdade do enunciado. Deste modo, há um maior grau de facticidade implícito no Presente e no Pretérito Perfeito do Conjuntivo (mesmo expressando futuridade) por oposição ao Futuro, que expressa maior incerteza de concretização da eventualidade. A agramaticalidade está, pois, ligada à construção da completiva com “que” (que não permite estes tempos), uma vez que a construção com “se” já seria possível, como se pôde verificar no exemplo (160).

- (176) a) O João desejará que a Maria *compre* CDs novos.
b) **comprasse*
c) *tenha comprado*

- | | |
|----|---------------------------|
| d) | <i>tivesse comprado R</i> |
| e) | <i>*comprar</i> |
| f) | <i>*tiver comprado</i> |

Em (176) a presença de um predicado volitivo mostra que as relações entre o sujeito e o estado de coisas são tidas como facultativas, e como essas relações estão ancoradas no futuro, uma vez que o tempo verbal da oração subordinante continua a ser o Futuro do Indicativo, parece lógica a selecção de um tempo verbal que exprima um intervalo de tempo em que (E) é posterior a (S), ou seja, (S – R,E), (S – R – E), como podemos observar em (176) a) ou (S – E – R), como em (176) c). Os restantes enunciados formulados com o recurso a outros tempos verbais do Conjuntivo que não estes, estão excluídos do leque de possibilidades de escolha, uma vez que, a partir do momento em que o enunciador manifesta o desejo de que determinada eventualidade se realize, é criado um contexto de futuridade que projecta a sua concretização, ou ausência dessa concretização, no futuro, o que inviabiliza as sequências (E – S – R), como (176) b) e d).

- | | | |
|--------------------------------|--------------------------|--------|
| (177) a) O João lamentaria que | <i>*apanhes</i> | chuva. |
| b) | <i>apanhasses</i> | |
| c) | <i>*tenhas apanhado</i> | |
| d) | <i>tivesses apanhado</i> | |
| e) | <i>*apanhares</i> | |
| f) | <i>*tiveres apanhado</i> | |

Relativamente a (177) verifica-se que todas as combinações temporais estão bloqueadas à excepção das combinações Futuro do Pretérito do Indicativo /Imperfeito do Conjuntivo e Futuro do Pretérito do Indicativo /Mais-que-Perfeito do Conjuntivo, conforme atestam os exemplos (177) b) e (177) d). O primeiro aspecto que se torna importante considerar liga-se ao predicado da oração principal que, ao surgir expresso no Futuro do Pretérito, cria de imediato um contexto que coloca o ponto de referência numa posição anterior ao de enunciação, (R – S). Por outro lado, há ainda que notar que este tempo cria uma modalização de contrafactualidade, i. e., remete para uma eventualidade que teria lugar num futuro passado em relação ao momento de enunciação, mas cuja ocorrência não teve lugar. Ambas as ideias

ajudam a explicar o comportamento deste tempo associado à noção de factividade. Assim, em (177) b) temos a ocorrência do Futuro do Pretérito com o Pretérito Imperfeito, o que significa que não pode ser interpretado como futuro do passado, mas como um condicional modal, uma vez que se mantém a futuridade em relação a uma coisa anterior, mas que também ela é futuro: a entidade João expressaria a sua opinião num momento futuro, em relação a S, sobre uma eventualidade que teria que ter lugar ou num momento também futuro em relação a S (cf. “Não faças isso porque *eu lamentaria que o fizesses*”). Constatase, pois, que o que serve de ponto de referência a esta frase é a oração subordinada e não a subordinante, o que demonstra uma vez mais, que o ponto de referência das completivas com Conjuntivo nem sempre é a oração subordinante.

Por outro lado, seria de considerar inviáveis as combinações que apresentassem E anterior a R, o que se verifica em relação (177) c) (E – R – S). Porém, não é isso que se verifica em relação (177) d) que apresenta a sequência (E – R- S). A resposta para estas assimetrias não pode, por conseguinte, estar na sequencialização temporal e, muito possivelmente, reside em questões de natureza modal associadas ao tempo verbal do predicado da oração subordinada deste último exemplos. Assim, “lamentaria” manteria a leitura de um futuro do passado, sendo o passado a considerar, o explicitado pela oração subordinada.

- | | | | |
|----------|------------------------------|---------------------|-------------------|
| (178) a) | A Maria desejaria que o João | <i>*leia</i> | livros policiais. |
| b) | | <i>lesse</i> | |
| c) | | <i>*tenha lido</i> | |
| d) | | <i>tivesse lido</i> | |
| e) | | <i>*ler</i> | |
| f) | | <i>*tiver lido</i> | |

(178) é em tudo idêntico àquilo que foi observado a propósito dos predicados factivos na oração subordinante, não diferindo desta em nenhuma particularidade. Verifica-se a possibilidade de utilização do Imperfeito e do Pretérito-mais-que-Perfeito do Conjuntivo e a exclusão do Presente, Pretérito Perfeito Composto, bem como do Futuro Imperfeito e Perfeito, pelo que a descrição destes enunciados não apresenta divergências em relação ao que foi anteriormente referido.

3.1.2 Quadro-Síntese

Depois da análise que efectuámos nas páginas precedentes da sequencialização temporal que combina tempos do Indicativo (com predicados factivos e volitivos), com tempos do Conjuntivo (associados a predicados eventivos), estamos em condições de propor a seguinte sistematização:

PREDICADOS EVENTIVOS

Tempos da subordinante: Indicativo	Tempos da subordinada: Conjuntivo	Sequencialização Predicados Factivos		Sequencialização Predicados Volitivos	
Presente	Presente	S,R,E/S,R-E	✓	S,R,E/S,R-E	✓
	P. Imperfeito	E-S,R	✓	E-S,R	*
	P.Perfeito C	E-S,R	✓	E-S,R/S-E-R	*/?
	P.+ que P. C.	E-S,R	✓	E-S,R	*
	Futuro Imp.	S,R-E	*	S,R-E	*
	Futuro Perf.	S,R-E	*	S,R-E	*
Imperfeito	Presente	R-S,E	*	R-S,E	*
	P. Imperfeito	R-E-S	✓	R-E-S	✓
	P.Perfeito C	E-R-S	✓	R-S,E	*
	P.+ que P. C.	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	Futuro Imp.	R-S-E	*	R-S-E	*
	Futuro Perf.	R-S-E	*	R-S-E	*
P.Perfeito	Presente	R-S,E	✓	R-S,E/R-S-E	✓
	P. Imperfeito	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	P.Perfeito C	E-R-S	✓	E,R-S	✓
	P.+ que P. C.	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	Futuro Imp.	R-S-E	*	R-S-E	*
	Futuro Perf.	R-S-E	*	R-S-E	*

Pretérito Perfeito Composto.	Presente	R-S,E	✓	R-S,E	✓
	P. Imperfeito	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	P.Perfeito C	E-R-S	✓	E-R-S	*
	P.+ que P. C.	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	Futuro Imp.	R-S-E	*	R-S-E	*
	Futuro Perf.	R-S-E	*	R-S-E	*
Pretérito mais-que- Perfeito Composto	Presente	R-S,E/R-S-E	*	R-S,E/R-S-E	✓
	P. Imperfeito	E,R-S	✓	E-R-S	✓
	P.Perfeito C	E-R-S	*	E-R-S	*
	P.+ que P. C.	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	Futuro Imp.	R-S-E	*	R-S-E	*
	Futuro Perf.	R-S-E	*	R-S-E	*
Futuro Imperfeito.	Presente	S-R,E/S-R-E	✓	S-R,E/S-R-E	✓
	. Imperfeito	E-S-R	*	E-S-R	*
	P. Perfeito C.	S-E-R	✓	S-E-R	✓
	P.+ que P. C.	E-S-R	*	E-S-R	*
	Futuro Imp.	S-R-E	*	S-R-E	*
	Futuro Perf.	S-R-E	*	S-R-E	*
Futuro Perfeito	Presente	R-S,E	*	R-S,E	*
	P. Imperfeito	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	P.Perfeito C	E-R-S	*	E-R-S	*
	P.+ que P. C.	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	Futuro Imp.	R-S-E	*	R-S-E	*
	Futuro Perf.	R-S-E	*	R-S-E	*

Ao efectuar uma análise da sequencialização temporal das combinações Indicativo/Conjuntivo em orações completivas, impõe-se efectuar uma distinção entre predicados eventivos e predicados estativos, e proceder à análise destes com base nos mesmo pressupostos que foram considerados para a observação daqueles, no sentido de ser possível atingir determinadas conclusões que possam ser encaradas como generalizações.

Conforme foi visto no capítulo precedente (cf. 2.2.1.), estados e eventos instituem as duas grandes classes aspectuais e dão conta de configurações internas diversas das eventualidades e modos de as perspectivar.

Uma questão que se levanta de imediato liga-se precisamente à combinação entre os diversos tempos quando a eventualidade reportada pelo predicado da oração subordinada é estativa. É possível que talvez se registem viabilidades diversas em relação àquilo que foi apurado na secção precedente, uma vez que a grande diferença entre estas duas grandes classes aspectuais reside precisamente no traço [+/- dinâmico]. Assim, considerando que a estruturação interna das eventualidades estativas assenta nesta questão de falta de dinamicidade, associada a duração, homogeneidade e atelicidade, é importante proceder à descrição de frases completivas cuja oração subordinada apresente predicados estativos.

Um outro aspecto que deve também ser assinalado é o facto de excluirmos a utilização do verbo *ser* como predicado estativo presente nas orações subordinadas. A razão desta opção tem como fundamento a noção de que este verbo permite a enunciação de frases genéricas/universais com valor atemporal, sobretudo quando associado ao Presente, como (179):

(179) O Papa acredita que Deus é imortal.

Note-se que (179) não permite a comutação do tempo verbal da oração subordinada para nenhum outro tempo, seja ele do Indicativo, seja do Conjuntivo:

- (180) a) O Papa acredita que Deus é imortal.
c) *era
d) *foi
e) *tinha sido

- | | |
|----|------------|
| f) | *será |
| g) | *terá sido |
-
- | | | | |
|-------|--------------------------|---------------|----------|
| (181) | O Papa acredita que Deus | *seja | imortal. |
| 4) | | *fosse | |
| 5) | | *tenha sido | |
| 6) | | *tivesse sido | |
| 7) | | *for | |
| 8) | | *tiver sido | imortal |

Embora possa ser argumentado que a não viabilidade dos exemplos acima transcritos se deve às características do predicado “*imortal*” que acarreta consigo a ideia de tempo ilimitado, e por isso não é combinável com nenhum outro tempo que não o Presente do Indicativo, capaz de veicular essa ideia de atemporalidade, a verdade é que a substituição deste predicado por, por exemplo, “*omnisciente*”, produzirá os mesmos resultados. Uma vez que o verbo *ser* é frequentemente referido como aquele que se utiliza com predicados inerentes, essenciais, atemporais, etc, pressupomos que a sua utilização nesta descrição possa gerar variáveis que escapam ao nosso controlo e, por conseguinte, abstenho-nos de o utilizar, recorrendo preferencialmente à utilização de *estar*, ao qual, tradicionalmente, são reconhecidas propriedades distintas das de *ser*, como transitório, accidental, limitado, etc.

Outro aspecto que queremos também deixar assinalado, liga-se à metodologia que vamos utilizar para efectuar as descrições das ocorrências que se seguem. Uma vez que é nosso intuito detectar regularidades em termos de sequencialização temporal assentes em comportamentos similares entre predicados eventivos e estativos nas orações subordinadas completivas, evitaremos repetir-nos tecendo considerações que já foram previamente expressas. Assim, centrar-nos-emos essencialmente nos aspectos dissemelhantes entre as ocorrências com os referidos predicados e nas assimetrias entre as frases que apresentam predicados volitivos e factivos na subordinante. Para manter a terminologia de Reichenbach (1947) iremos continuar a utilizar a expressão “ponto do evento”, apesar de se tratar de estados.

Esclarecidas estas questões preliminares, passamos à descrição das ocorrências. Considerem-se os seguintes exemplos:

- (182) a) O João lamenta que a Maria *esteja* doente.
b) *estivesse*
c) *tenha estado*
d) *tivesse estado*
e) **estiver*
f) **tiver estado*

Apesar de aos predicados estativos corresponder a ideia de não dinamicidade, que os opõe aos eventos, constata-se que se registam algumas semelhanças na sequencialização temporal entre aquilo que foi verificado a propósito dos predicados eventivos integrados nas subordinadas. Assim, em (182), todas as frases apresentam predicados factivos na oração subordinante, expressa no Presente do Indicativo, o que faz com que o ponto de referência e o ponto enunciação sejam coincidentes (S,R), permitindo todas as combinações que haviam sido observadas a propósito dos eventos.

Um aspecto dissemelhante em relação aos eventos, é que nestes a combinação Presente do Indicativo/ Presente do Conjuntivo permitia a assunção de futuridade associada à eventualidade subordinada. No entanto, esta dupla aceção do Presente do Conjuntivo deixa de existir em (182) a), em que o ponto do evento (E) (segundo a terminologia de Reichenbach, e conscientes de que estamos a lidar com predicados estativos) é simultâneo a S e a R. (S,R,E) Confirme-se a impossibilidade de leitura de futuridade através da reescrita de (182) a) com a introdução de uma expressão adverbial:

- (183) *O João lamenta que a Maria *esteja* doente *no próximo Sábado*.

Esta questão é bastante complexa e retomá-la-emos seguidamente, a propósito de (184) a).

- (184) a) O João quer que a Maria *esteja* alegre.
b) **estivesse*
c) *tenha estado*
d) **tivesse estado*
e) **estiver*

f)

**tiver estado*

Note-se que a grande diferença entre (182) e (184) reside na introdução de um predicado volitivo na oração subordinante de (184), por oposição ao predicado factivo que se verificava em (182), o que leva a diferenças notáveis entre os dois exemplos. Todas as combinações de (184) apresentam a sequência S,R, tal como fora visto em relação a (182). Porém, enquanto (182) a) não permitia a leitura de futuridade, o mesmo não se verifica em relação a (184) a), que pode ter uma dupla leitura, em termos de sequencialização temporal: R,S – E e R,S,E. Veja-se:

(185) O João quer que a Maria esteja alegre *no próximo Sábado*.

É possível que esta assimetria tenha a sua explicação na ideia que temos vindo a propor de que a modalidade volitiva efectua uma projecção para o futuro em relação ao momento da enunciação da eventualidade que, nas frases completivas, a ela surge associada numa relação de subordinação. A impossibilidade de fazer uma leitura de futuridade em relação ao predicado da oração subordinada de (182) a) é bastante importante. Nesta frase regista-se a inclusão do tempo de uma eventualidade no de outra, ou seja, no intervalo de tempo em que ocorre o estado *estar doente*, na oração subordinada, inclui-se o evento expresso pelo verbo *lamentar*, da oração subordinante. Já havíamos proposto, a propósito de frases completivas que apresentam a combinação Presente do Indicativo/Presente do Conjuntivo, que a modalidade factiva associada ao predicado da oração subordinante traduz uma opinião, ou a manifestação de um sentimento, em relação à eventualidade que surge referida na oração subordinada, independentemente do facto de esta eventualidade ser tomada como factual ou não factual. Por outro lado, havíamos também assumido que a manifestação de uma opinião se projectava sobre eventualidades - com cuja factualidade o enunciador não se compromete - cujo tempo de manifestação é preferencialmente simultâneo ou anterior ao ponto de enunciação, embora possa haver também casos de posterioridade, como se verificou em exemplos anteriores. Deste modo, não é uma opção típica a sequencialização temporal que situe a eventualidade num intervalo de tempo posterior ao momento de enunciação, a não ser que o enunciador pressuponha implicitamente a factividade da proposição veiculada pelo predicado da oração subordinada. Assim, (182) a) é gramatical, uma vez que o estado expresso pelo

predicado da oração subordinada, ao ser, por definição, [-dinâmico] e [+durativo] leva à previsão da sua manifestação continuada num intervalo de tempo futuro em relação ao ponto de enunciação.

A bem da discussão considere-se (186):

(186) O João lamenta que a Maria esteja doente *depois da transfusão*.

Em (186), é possível fazer uma leitura de “futuro relativo” associado ao estado. Por futuro relativo entendemos a sequencialização temporal posterior de uma eventualidade em relação a outra, ou a um ponto temporal marcado, como é o caso da expressão *depois da transfusão* em (186). Já havíamos visto na secção 2.2.2, a propósito da presença de expressões adverbiais nos enunciados, que embora o tempo gramatical situe a eventualidade verbal na linha temporal em relação ao momento da enunciação, não determina exactamente a sua posição, daí que a função dos advérbios dêicticos e anafóricos seja precisar a situação da eventualidade na linha temporal. Pensamos ser este o caso de (186), em que o estado continua a ser simultâneo em relação ao ponto de enunciação (S), mas passa a ter lugar num tempo posterior ao ponto de referência (R), que já não é *lamenta* (simultâneo a (S)), mas *depois da transfusão*. Assim, a sequencialização temporal deste enunciado será (R – S,E)²³. Mais uma vez se verifica a hipótese de o ponto de referência não ser a oração principal.

- (187) a) A professora lamentava que os alunos *estejam*
desinteressados.
- b) *estivessem*
- c) *tenham estado*
- d) *tivessem estado*
- e) **estiverem*
- f) **tiverem estado*

(187) apresenta as combinações entre o Pretérito Imperfeito do Indicativo e os

²³ Há ainda a considerar a possibilidade de uma outra leitura, se “depois da transfusão” for interpretado em relação a uma tempo anterior e não em relação a S.

vários tempos do Conjuntivo. Em relação a estas combinações é de relevar a descrição que foi feita a propósito dos predicados subordinados eventivos, na qual se constatou a não aceitabilidade da combinação Imperfeito/ Presente do Conjuntivo. No caso de (187) a), porém, esta combinação parece-nos, de acordo com a nossa intuição, aceitável. A aceitabilidade deste enunciado prende-se possivelmente com a ideia por nós esboçada da existência de um tempo *futuro relativo*. A eventualidade reportada pelo verbo da oração subordinada situa-se num intervalo de tempo posterior a R e simultânea a S. (R – S,E). Esta sequência coloca o estado veiculado na oração subordinada como futuro em relação ao ponto de referência criado pela eventualidade expressa pelo verbo da oração principal. As restantes frases comportam-se de modo semelhante àquele detectado a propósito dos predicados eventivos.

- (188) a) A professora queria que os alunos *estejam* interessados.
 b) *estivessem*
 c) **tenham estado*
 d) *tivessem estado*
 e) **estiverem*
 f) **tiverem estado*

(188) é em tudo idêntico àquilo que foi observado para os predicados eventivos. Difere destes, na medida em que a combinação Imperfeito do Indicativo/Presente do Conjuntivo presente em (188) a) é agora gramatical. A explicação reside possivelmente na estruturação interna do estado que, por ser não limitado, permite uma maior amplitude do intervalo de tempo no qual se manifesta. No caso concreto de (188) a) verifica-se o desejo expresso por parte do sujeito de que o estado que, presumivelmente, se manifestava no momento anterior a S se mantenha no momento coincidente com S. Trata-se, por conseguinte, da manutenção da eventualidade num intervalo de tempo extenso que tem o seu início num ponto indeterminado do passado e cuja duração se estende até ao momento de enunciação. Uma outra questão que deve ser observada é a semelhança entre a sequencialização temporal de (188) c) e (188) d) – (E – R – S) - e a agramaticalidade de uma (188) c) a par da gramaticalidade da outra (188) d). A explicação para a discrepância em termos de aceitabilidade das duas frases, liga-se a questões de contrafactualidade propiciadas

pelo Mais-que-Perfeito do Conjuntivo utilizado em (188) d), que de alguma forma perde o valor terminativo, o que permite estabelecer uma maior amplitude do espaço de tempo em que se manifesta o estado.

- (189) a) A professora lamentou que os alunos *estejam* desinteressados.
- | | |
|----|------------------------|
| b) | <i>estivessem</i> |
| c) | <i>tenham estado</i> |
| d) | <i>tivessem estado</i> |
| e) | <i>*estiverem</i> |
| f) | <i>*tiverem estado</i> |

(189) não apresenta divergências em relação àquilo que foi observado a propósito dos predicados eventivos das subordinadas completivas, ou seja, verifica-se a possibilidade de utilização de todos os tempos verbais com o Pretérito Perfeito do Indicativo, à exceção dos tempos do Futuro. No entanto, ao modificarmos a modalidade do predicado da oração subordinante de factiva para volitiva, verificamos que a regularidade não se mantém. Observe-se:

- (190) a) A professora quis que os alunos *estejam* desinteressados.
- | | |
|----|------------------------|
| b) | <i>estivessem</i> |
| c) | <i>*tenham estado</i> |
| d) | <i>tivessem estado</i> |
| e) | <i>*estiverem</i> |
| f) | <i>*tiverem estado</i> |

Em (190) c) a combinação Pretérito Perfeito do Indicativo/Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo é agramatical porque, como temos vindo a observar, viola os pressupostos anteriormente aventados para (168), em que (E) é simultâneo a (R) e ambos anteriores a (S) – (E,R - S), pressupostos estes que permitiam a gramaticalidade com predicados eventivos. Com predicados estativos essa aceitabilidade não se mantém, uma vez que a sequencialização temporal deste enunciado é (E – R – S), ou seja, a eventualidade realizou-se num momento anterior ao ponto de referência, anterioridade essa que é incompatível com o valor de posterioridade expresso pelo predicado volitivo.

No entanto podemos ainda constatar que (190) b) e d) possuem igualmente uma sequencialização (E – R – S) e contudo são considerados gramaticais. A resposta reside no facto de *tenham estado* ser passado em relação a S, enquanto *estivessem* (190) b) permite futuro em relação a *quis*. É de novo a contrafactualidade de (190) d) que permite a sua aceitabilidade.

- (191) a) O João tem lamentado que os seus dentes *estejam* amarelos.
- | | |
|----|------------------------|
| b) | <i>estivessem</i> |
| c) | <i>tenham estado</i> |
| d) | <i>tivessem estado</i> |
| e) | <i>*estiverem</i> |
| f) | <i>*tiverem estado</i> |

Em (191) verifica-se nos predicados estativos a possibilidade de utilização de todos os tempos verbais do Conjuntivo em combinação com o Pretérito Perfeito Composto do Indicativo, em predicados factivos, à excepção dos tempos do Futuro, tal como havia sido notado para os predicados eventivos, uma vez que se continua a verificar a anterioridade de (R) em relação a (S), (R – S). A única diferença em relação a (189), que apresentava Pretérito Perfeito Simples na oração subordinante, reside na apresentação da eventualidade como iterativa, ou seja, no intervalo de tempo anterior ao momento de enunciação a entidade João lamentou repetidamente a ocorrência da eventualidade expressa pela subordinada.

- (192) a) O João tem desejado que os seus dentes *estejam* brancos.
- | | |
|----|------------------------|
| b) | <i>estivessem</i> |
| c) | <i>*tenham estado</i> |
| d) | <i>tivessem estado</i> |
| e) | <i>*estiverem</i> |
| f) | <i>*tiverem estado</i> |

Relativamente à combinação de predicados volitivos com predicados estativos não se verifica nenhuma diferença em relação ao que foi anteriormente exposto em relação à sua combinação com predicados eventivos, ou seja, também em (192) o ponto de referência (R) se apresenta anterior ao ponto de enunciação (S) (R – S) e não

permite a combinação Pretérito Perfeito Composto do Indicativo/Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo. É precisamente a característica dos predicados volitivos de, através da manifestação de um desejo, projectar (E) num tempo futuro relativamente a (S), que torna agramatical (192) c), uma vez que esta construção revela uma ancoragem de (E) num tempo passado.

Mais uma vez a aparente contradição entre o que ficou dito e a aceitabilidade de (192) b) e d) reside na perfectividade do Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo, uma vez que se mantém (E – R – S) nas três construções, mas só (192) c) é agramatical. Assim, enquanto (192) b) e d) apontam para um aspecto imperfectivo, que estará de acordo com as características do predicado volitivo da oração principal, (192) c) ao denotar perfectividade torna inaceitável o enunciado.

- (193) a) A mãe tinha lamentado que os filhos *estejam* doentes.
b) *estivessem*
c) **tenham estado*
d) *tivessem estado*
e) **estiverem*
f) **tiverem estado*

Nos exemplos (193) verifica-se recorrentemente (R – S), tal como como foi visto a propósito dos predicados eventivos em (174), descritos na secção precedente. A diferença que se manifesta com o uso de predicados estativos na oração subordinada consiste na gramaticalidade da construção Pretérito Mais-que-Perfeito do Indicativo/Presente do Conjuntivo, que era agramatical em (174), na medida em que a ancoragem da oração subordinante no passado só possibilitava a concretização de (E) num momento anterior a (S). As razões que permitem a aceitabilidade de (193) a) residem, possivelmente, na característica do estado não-delimitado e no efeito de “acesso duplo” das construções estativas, nomeadamente no Presente (cf. Oliveira, 1996)

- (194) a) A mãe tinha desejado que os filhos *estejam* saudáveis.
b) *estivessem*
c) **tenham estado*

- | | |
|----|------------------------|
| d) | <i>tivessem estado</i> |
| e) | <i>*estiverem</i> |
| f) | <i>*tiverem estado</i> |

Relativamente à presença de predicados volitivos, mantendo-se o Pretérito Perfeito Composto do Indicativo na oração subordinante, não se verifica nenhuma diferença em relação a (193) - que apresentava um predicado factivo. Continuamos igualmente a obter as mesmas possibilidades combinatórias com predicados estativos que obtivéramos com predicados eventivos, pelo que a descrição dos enunciados agramaticais, como (194) c), e) e f)), já se encontra nos exemplos anteriores.

(195) a) O João lamentará que a Maria *esteja* descrente.

- | | |
|----|------------------------|
| b) | <i>*estivesse</i> |
| c) | <i>tenha estado</i> |
| d) | <i>*tivesse estado</i> |
| e) | <i>*estiver</i> |
| f) | <i>*tiver estado</i> |

(196) a) O João desejará que a Maria *esteja* apaixonada.

- | | |
|----|------------------------|
| b) | <i>*estivesse</i> |
| c) | <i>tenha estado</i> |
| d) | <i>*tivesse estado</i> |
| e) | <i>*estiver</i> |
| f) | <i>*tiver estado</i> |

Tal como referimos no início desta secção, só nos interessa descrever os aspectos dissemelhantes desta análise, pelo que, como no que diz respeito à sequencialização temporal em enunciados que apresentam o Futuro Imperfeito e o Futuro do Pretérito do Indicativo na oração subordinante com predicados eventivos, os resultados são idênticos àqueles observados a propósito dos predicados estativos, ou seja, são permitidas e/ou rejeitadas as mesmas combinações (quer esses predicados sejam factivos, quer sejam volitivos), remetemos para a análise efectuada a propósito dos predicados eventivos.

(197) a) A Luísa lamentaria que a Teresa **esteja* enganada.

- b) *estivesse*
- c) **tenha estado*
- d) *tivesse estado*
- e) **estiver*
- f) **tiver estado*

(198) a) A Luísa desejaria que a Teresa **esteja* certa.

- b) *estivesse*
- c) **tenha estado*
- d) *tivesse estado*
- e) **estiver*
- f) **tiver estado*

A situação de (197) e (198) é a mesma de (177) e (178), pelo que igualmente remetemos para a análise dos predicados eventivos.

3.1.2.1 Quadro-Síntese

Após a análise das combinações tempos do Indicativo/tempos do Conjuntivo com predicados estativos, podemos propor o seguinte quadro-síntese como sistematização da sequencialidade temporal, tal como fizemos em relação aos predicados eventivos:

PREDICADOS ESTATIVOS

Tempos da subordinante: Indicativo	Tempos da subordinada: Conjuntivo	Sequencialização Predicados Factivos		Sequencialização Predicados Volitivos	
Presente	Presente	S,R,E	✓	S,R,E/S,R-E	✓
	P. Imperfeito	E-S,R	✓	E-S,R	*
	P.Perfeito C.	E-S,R	✓	E-S,R	✓
	P.+ que P. C.	E-S,R	✓	E-S,R	*
	Futuro Imp.	S,R-E	*	S,R-E	*
	Futuro Perf.	S,R-E	*	S,R-E	*
Imperfeito	Presente	R-S,E	✓	R-S,E	✓
	P. Imperfeito	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	P.Perfeito C	E-R-S	✓	R-S,E	*
	P.+ que P. C.	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	Futuro Imp.	R-S-E	*	R-S-E	*
	Futuro Perf.	R-S-E	*	R-S-E	*
Pretérito Perfeito	Presente	R-S,E	✓	R-S,E/R-S-E	✓
	P. Imperfeito	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	P.Perfeito C	E-R-S	✓	E-R-S	*
	P.+ que P. C.	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	Futuro Imp.	R-S-E	*	R-S-E	*
	Futuro Perf.	R-S-E	*	R-S-E	*

Pretérito Perfeito Composto	Presente	R-S,E	✓	R-S,E/R-S-E	✓
	P. Imperfeito	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	P.Perfeito C	E-R-S	✓	E-R-S	*
	P.+ que P. C.	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	Futuro Imp.	R-S-E	*	R-S-E	*
	Futuro Perf.	R-S-E	*	R-S-E	*
Pretérito mais-que Perfeito Composto	Presente	R-S,E	✓	R-S,E	✓
	P. Imperfeito	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	P.Perfeito C	E-R-S	*	E-R-S	*
	P.+ que P. C.	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	Futuro Imp.	R-S-E	*	R-S-E	*
	Futuro Perf.	R-S-E	*	R-S-E	*
Futuro Imperfeito	Presente	S-R,E/S-R-E	✓	S-R,E/S-R-E	✓
	P. Imperfeito	E-S-R	*	E-S-R	*
	P.Perfeito C	S-E-R	✓	S-E-R	✓
	P.+ que P. C.	E-S-R	*	E-S-R	*
	Futuro Imp.	S-R-E	*	S-R-E	*
	Futuro Perf.	S-R-E	*	S-R-E	*
Futuro Perfeito	Presente	R-S,E	*	R-S,E	*
	P. Imperfeito	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	P.Perfeito C	E-R-S	*	E-R-S	*
	P.+ que P. C.	E-R-S	✓	E-R-S	✓
	Futuro Imp.	R-S-E	*	R-S-E	*
	Futuro Perf.	R-S-E	*	R-S-E	*

3.1.3. Conclusões

De acordo com a proposta de Reichenbach (1947) para a análise da sequencialização temporal, procedemos à descrição das ocorrências do Conjuntivo em orações subordinadas completivas, fazendo variar o tempo e a classe aspectual dos predicados destas orações. Restringimos também a selecção dos verbos da oração subordinante a predicados factivos e volitivos de modo a que, por um lado, não houvesse repetições e por outro lado fosse possível abranger uma maior quantidade de construções. Depois de combinadas as várias possibilidades, elaborámos um quadro-síntese onde podem observar-se as diferentes possibilidades de sequencialização temporal, bem como a aceitabilidade dos enunciados.

A partir da observação do quadro-síntese e baseados nas considerações que havíamos tecido a propósito das restrições que a alteração temporal, aspectual e modal opera nos enunciados, constatámos algumas regularidades, o que nos leva a propor a seguinte sistematização:

- Uma das considerações que temos vindo a efectuar ao longo deste capítulo prende-se com o facto de concebermos a existência de uma noção de posterioridade em vários enunciados em que o Modo Conjuntivo ocorre. No entanto, foi com alguma surpresa que constatámos que essa noção de posterioridade não estava presente em enunciados cujo tempo verbal era o Futuro, tal como seria de esperar, uma vez que se revelaram inaceitáveis todas as construções que implicam a utilização dos tempos Futuro Simples e Futuro Composto do Conjuntivo nas orações subordinadas completivas.

Pensamos que tal agramaticalidade se deve, possivelmente, ao pressuposto anteriormente referido de que as orações completivas necessitam de uma maior assertividade, uma vez que expressam a opinião de alguém (predicados factivos) ou exprimem um desejo (predicados volitivos). Deste modo, como os tempos do Futuro do Conjuntivo ao remeterem para a realização das eventualidades num intervalo de tempo distante de (S) e (R) e ao expressarem maior incerteza de concretização da eventualidade, transportam em si uma maior carga de hipótese e de

irrealidade, torna-as incompatíveis com o grau de assertividade que as orações completivas preconizam.

Para que a selecção dos tempos do Futuro do Conjuntivo ocorresse seria necessário recorrermos a um outro tipo de construções cujo grau de assertividade pudesse ser menor: é o caso das orações temporais e condicionais. Como podemos verificar em (199) e (200), a utilização do Futuro do Conjuntivo não só é gramatical, como também é o único tempo aceitável, uma vez que qualquer outro tempo do Conjuntivo geraria enunciados agramaticais:

- | | | | | |
|-------|----|-----------------------|----------------------------|-----------------|
| (199) | a) | Será agradável quando | <i>*encontre</i> | os seus amigos. |
| | b) | | <i>*encontrasse</i> | |
| | c) | | <i>*tenha encontrado</i> | |
| | d) | | <i>*tivesse encontrado</i> | |
| | e) | | <i>encontrar</i> | |
| | f) | | <i>tiver encontrado</i> | |
| | | | | |
| (200) | a) | Será agradável se | <i>*encontre</i> | os seus amigos. |
| | b) | | <i>*encontrasse</i> | |
| | c) | | <i>*tenha encontrado</i> | |
| | d) | | <i>*tivesse encontrado</i> | |
| | e) | | <i>encontrar</i> | |
| | f) | | <i>tiver encontrado</i> | |

Como se pode observar, o tratamento de orações temporais e condicionais implicaria um enorme acréscimo de dados que teriam de ser tratados e descritos do mesmo modo como procedemos para com as orações completivas. Apesar de reconhecermos a importância de tal tratamento para que o estudo das ocorrências e sequencialização do Modo Conjuntivo fique completo, tal análise não poderá ter lugar nesta dissertação devido ao grande número de possibilidades combinatórias que as orações temporais e condicionais apresentam.

- Por outro lado, observámos que essa ideia de posterioridade presente na subordinada é transmitida através da utilização de outros

tempos do Modo Conjuntivo, principalmente o Presente.

O facto de, nas orações completivas, a noção de futuridade e posterioridade da eventualidade serem veiculadas por outros tempos do Conjuntivo, que não o Futuro, vem demonstrar que estas duas noções poderão fazer parte do significado deste Modo.

No entanto, não podemos esquecer que estas conclusões advêm de uma análise bastante limitativa, na medida em que, apesar de a proposta de Reichenbach estar na base de teorias temporais muito relevantes, ela não pode fornecer uma explicação para a sequencialização de muitas das frases que utilizámos neste trabalho, uma vez que, ao trabalharmos com um ponto de referência fixo, obtemos resultados que, embora possam ser inferidos, não podem ser comprovados.

Ao partirmos do pressuposto, presente nas teorias tradicionais, de que o ponto de referência das orações completivas se encontra na oração principal, constatámos que esta proposta é insuficiente para permitir verificar se o tempo das orações completivas é realmente uma questão de concordância com o tempo da oração subordinante, ou se, pelo contrário, o tempo das completivas pode ser absoluto, uma vez que não existem dúvidas de que as orações no Conjuntivo são portadoras de informação temporal.

Dada esta insuficiência, e uma vez que os resultados apontam para a possibilidade da existência de uma hipótese que, no entanto, não podemos comprovar, consideramos pertinente utilizar uma outra proposta que permita ultrapassar as limitações da análise que acabamos de efectuar. É o que vamos realizar na próxima secção.

3.1.4. Sequencialização Temporal segundo a proposta de Kamp e Reyle

A proposta de Kamp e Reyle (1993) baseia-se em parte na de Reichenbach (1947). Assim, na análise de frases como as anteriores, em vez de ponto de referência (R), Kamp e Reyle propõem um tempo intermédio entre o tempo da enunciação (T_0) e a eventualidade, como sendo esse o tempo de referência (p.594). A sua proposta enquadra-se na “Teoria das Representações do Discurso” (DRT), em que as possíveis interpretações de uma frase resultam da combinação de informação obtida a partir de vários elementos, de entre os quais destacamos, por considerarmos essenciais para a nossa análise: o tempo verbal, os auxiliares temporais e os adverbiais.

Partindo da análise dos tempos de referência necessários à localização temporal das eventualidades, distinguem dois conceitos e propõem dois termos:

- propõem o termo “Temporal Perspective Point” (TP_{pt}) para os tempos de referência necessários à localização temporal de uma eventualidade. Na teoria bidimensional do tempo o TP_{pt} vai funcionar como um dos parâmetros de definição da localização temporal veiculada pelos tempos verbais, indicando a relação entre o tempo da enunciação e o ponto de perspectiva temporal (que é parcialmente coincidente com o ponto de referência de Reichenbach).

Para estes autores, o TP_{pt} apresenta dois valores [+ PASS] e [- PASS].

- à relação estabelecida entre o TP_{pt} e a eventualidade, os autores denominam “Tense”. É este o outro parâmetro da teoria bidimensional do tempo que vai permitir a localização da eventualidade, e que apresenta os valores de passado [pass], presente [pres] e futuro [fut].

Isto mesmo é afirmado por Kamp e Reyle (1993:598), quando dizem:

“Since our revised theory of tense is two-dimensional, we need two temporal

features rather than one, one feature to indicate the relation between TP_{pt} and utterance time and one to indicate the relation between the location of the described eventuality and the TP_{pt} .

The first, T (temporal) P (perspective), determines the relationship between TP_{pt} and the utterance time. It has two values, +PAST (meaning that TP_{pt} lies before utterance time) and –PAST (meaning that TP_{pt} and utterance time coincide). The second feature which determines the relation between the location time of the described eventuality and the TP_{pt} , will be called TENSE. In fact, it is our old feature TENSE, except that we now interpret its values as determining the relation between location time and TP_{pt} rather than between location time and utterance time.”

Como acabamos de ver, os autores decidiram excluir dos valores atribuíveis ao TP_{pt} o valor de futuro, uma vez que consideram que em Inglês não se verifica a existência de construções com um TP_{pt} futuro, daí só admitirem na sua proposta os valores [+/- PASS].

No entanto, Peres (1994:39, 40) ao apresentar a proposta de Kamp e Reyle para o Inglês, faz algumas actualizações relativamente tanto à terminologia como ao conteúdo da mesma, no sentido de a tornar adaptável à análise de frases em Português. Assim, Peres utiliza a terminologia PPT (ponto de perspectiva temporal) e altera o seu conjunto de valores, considerando a existência de um terceiro: [FUT], a acrescentar aos dois já existentes na proposta anterior. Deste modo, [PASS], [PRES] e [FUT] marcam as três esferas temporais, sendo [PRES] (T_0) a fonte de definição dos outros dois. Faz, pois, uma divisão tripartida, uma vez que considera ser esta “a divisão tradicional da linha do tempo em três áreas, no interior das quais podem ser definidos pontos de perspectiva temporal – **passado, presente e futuro**”²⁴. O autor prefere, ainda, a terminologia LR (localização relativa) para definir a relação entre o PPT e o tempo da situação (eventualidade), “expressão que me parece mais transparente e menos susceptível de entrar em conflito com a terminologia clássica” (p.39). Pelos mesmos motivos de transparência dos termos, em vez de “presente, passado e futuro”, prefere os termos – “**anterior, sobreposto e posterior**”, para a localização relativa da eventualidade. (p.40)

²⁴ Negritos do autor.

Transcrevo a figura de Peres representativa deste raciocínio (Figura 6), bem como o quadro com os valores temporais da frase simples “Mary visited Peter” (p.40), segundo Kamp e Reyle e segundo Peres (Figura 7):

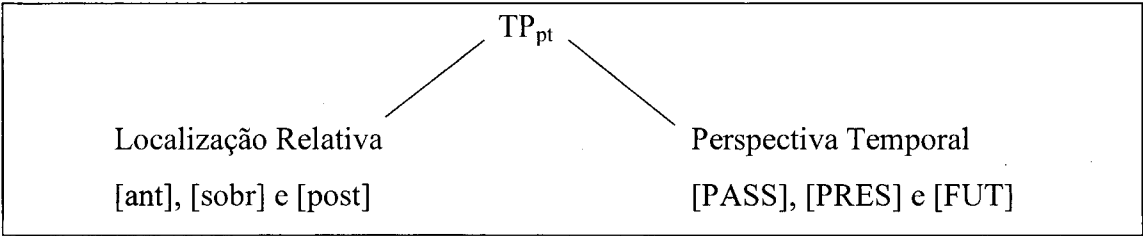


Figura 6

Kamp e Reily (1993)		Peres (1994)	
Aktionsart	- STATIVE	Aktionsart	- ESTATIVO
TP _{pt}	- PAST	PPT	PRESENTE
Tense	past	LR	anterior

Figura 7

Kamp e Reyle (1993) elaboraram ainda um quadro que fornece os valores que cada um dos tempos do Inglês representa (Figura 8) e Peres fez o mesmo relativamente aos tempos do Indicativo em Português (Figura 9), quadros estes que a seguir transcrevemos com algumas alterações, na medida em que continham informações que não consideramos relevantes para a questão que nos ocupa:

present	- PAST	pres
future	- PAST	fut
simple past	- PAST	past
	+ PAST	pres
Past future	+ PAST	fut
present perfect	- PAST	pres

future perfect	- PAST	fut
past perfect	+ PAST	past
	PAST	past
	+ PAST	pres
past future perfect	+ PAST	fut

Figura 8
Kamp e Reyle (1993:601)

Nome tradicional da forma verbal	PPT	LR		
		ant	sobr	post
pretérito mais –que-perfeito simples	PASS	+		
pretérito perfeito simples	PRES	+		
pretérito imperfeito	PASS		+	
futuro do pretérito	PASS			+
presente	PRES		+	
futuro imperfeito	PRES			+
futuro imperfeito	FUT		+	

Figura 9
Peres (1994:57)

No fim desta secção apresentaremos um quadro relativo aos tempos verbais do Conjuntivo, elaborado (à semelhança do anterior) a partir da análise de frases complexas com Conjuntivo, segundo a proposta de análise de Kamp e Reyle (1993) e utilizando a terminologia de Peres (1994) para o Português (Figura 10). Para que tal seja possível vamos, então, proceder a uma nova análise das mesmas frases que analisámos na secção anterior segundo a proposta de Reichenbach (1947).

Como já havíamos considerado no capítulo “Modo”, independentemente das razões que levam à ocorrência do Conjuntivo, este Modo surge maioritariamente em

frases complexas, pelo que se torna necessária a existência de um PPT para a interpretação do seu significado temporal. Na análise que efectuámos segundo Reichenbach, estudámos a relação temporal que os tempos verbais do Conjuntivo estabelecem com os tempos verbais da oração principal, partindo sempre do princípio que o ponto de referência era o verbo da oração principal. No entanto, constatámos que, em algumas frases, se evidenciou a necessidade de procurar esse tempo de referência (PPT) noutros locais, que não a oração principal, tendo-se, por isso, tornado insuficiente a proposta de Reichenbach para a descrição deste tipo de frases.

Deste modo, a análise que vamos agora efectuar desenvolve-se em torno da seguinte questão, que consideramos ser o fulcro de toda a problemática existente na sequencialização temporal das frases completivas com Conjuntivo:

- nas orações completivas construídas com Conjuntivo, onde está o PPT?

Segundo as considerações de Chitas (1998), também ela baseada na proposta de Kamp e Reyle (1993), nas orações subordinadas completivas é a frase mais alta que fornece o PPT à mais baixa:

“Nas completivas, continua a mostrar-se não relevante a estrutura sintáctica específica da cada uma delas; a forma verbal que fornece como PPT a sua localização temporal é sempre a mais alta.”(p.467)

E explica porquê:

“Nas frases analisadas, é a forma verbal mais alta que surge, predominantemente, a fornecer a sua localização temporal como PPT, dado ser sempre este o “sentido” da relação temporal nas completivas (...)”. (p.207)

Na verdade, e assumindo a proposta de Kamp e Reyle (1993), a frase inicial de um discurso oferece o PPT à outra com que coocorre. No entanto, não podemos deixar de ter presente que a interpretação de uma frase inicial pode ter a localização temporal da eventualidade veiculada não só pela forma verbal, como também por outros elementos presentes no contexto, como a presença de adverbiais ou ainda de outras orações que precisem a localização dessa eventualidade. Passamos a citar Kamp e Reyle (1993:497):

“Tenses often determine the time of the described event or state of affairs *in*

*cooperation with other elements*²⁵ of the sentence in which they occur, in particular with expressions which are generally understood as explicitly referring to, or quantifying over times.”

Deste modo, ao utilizarmos a proposta de análise de sequencialização temporal de Kamp e Reyle nas frases que seleccionámos, concluímos que o PPT²⁶ nem sempre se encontra na oração principal, ou seja, nem sempre é fornecido pelo tempo da forma verbal mais alta, o que veio confirmar as hipóteses anteriormente levantadas com Reichenbach (1947).

A seguir apresentamos a análise das frases anteriormente analisadas segundo a proposta de sequencialização temporal de Reichenbach (1947), agora estudadas à luz das propostas de Kamp e Reyle (1993), e que se encontram renumeradas:

Presente do Indicativo – Presente do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post}

(201) A Ana quer que a avó faça um bolo.

Factivo+eventivo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, sobr, ou post}

(202) A Ana lamenta que a avó faça um bolo.

Volitivo+estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, sobr, ou post}

(203) O João quer que a Maria esteja alegre.

Factivo+estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, sobr}

(204) O João lamenta que a Maria esteja doente.

Em face destes dados, podemos constatar que a natureza semântica dos predicados da oração subordinante, juntamente com a natureza semântica dos predicados da oração subordinada têm influência na interpretação temporal destas

²⁵ Itálico dos autores.

²⁶ O Ponto de Perspectiva Temporal estará escrito em letras maiúsculas {PRES}, {PASS} e {FUT}. A Localização Relativa estará escrita em letras minúsculas {ant}, {sobr} e {post}, tal como em Chitas (1998).

frases. Assim, a explicação para o facto de, tanto as construções com predicados factivos na subordinante e eventivos na subordinada, como as com predicados volitivos na subordinante e estativos na subordinada terem uma localização temporal (LR) que pode ser {PRES, sobr, ou post}, parece residir em questões aspectuais. Pela sua natureza aspectual, os predicados eventivos são mais facilmente delimitáveis, daí que quando combinados com predicados volitivos apresentem uma localização relativa da eventualidade posterior ao momento da enunciação e quando combinados com predicados factivos apresentem uma localização relativa sobreposta ao momento da enunciação. O mesmo se passa em relação às construções com predicados volitivos na oração subordinante e predicados estativos na subordinada, mas em sentido contrário, uma vez que neste caso os predicados estativos, pela sua natureza aspectual não são delimitados, sendo por isso admissível a sobreposição tanto com factivos como com volitivos.

O facto de as construções com predicado volitivo na subordinante e predicado eventivo na subordinada terem uma LR {PRES, post}, enquanto as construções com predicado factivo na subordinante e predicado estativo na subordinada terem uma LR {PRES, sobr} vem confirmar que o valor semântico do predicado da oração principal condiciona a localização temporal do predicado da subordinada em construções em que o tempo da subordinante é o Presente, ou seja, em que o PPT coincide com o tempo da enunciação (T_0).

Em (202) existe um predicado factivo na oração subordinante, que diz respeito à apreciação de um evento pelo locutor (*lamenta*):

(202) A Ana *lamenta* que a avó *faça* apenas um bolo.

Assim, este enunciado não evidencia o comprometimento do enunciador com a verdade nem com a falsidade da proposição expressa na oração subordinada, mas apenas a expressão da sua opinião sobre determinada eventualidade. Verifica-se que existe a possibilidade de selecção de um tempo verbal na subordinada que exprima um tempo Presente ou Futuro, em que o momento da enunciação e o PPT são simultâneos (no momento da enunciação a Ana *lamenta* a eventualidade expressa na oração subordinada) e em que a LR da eventualidade pode surgir simultaneamente, mas também se regista a possibilidade de uma relação de posterioridade entre a eventualidade da oração subordinada e aquela expressa na subordinante, desde que

seja considerada a possibilidade de projecção da eventualidade da oração subordinada num tempo futuro em relação ao momento de enunciação. Veja-se, a título meramente ilustrativo, que a inclusão de uma expressão adverbial que denote a ideia de futuridade da eventualidade em relação ao PPT, comprova a nossa análise:

(205) A Ana *lamenta* que a avó *faça* apenas um bolo, *no próximo sábado*.

Presente do Indicativo – Pretérito Imperfeito do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(206) *A Ana quer que a avó fizesse um bolo.

Factivo+eventivo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(207) A Ana *lamenta* que a avó fizesse um bolo.

Volitivo+estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(208) *O João quer que a Maria estivesse alegre.

Factivo+estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(209) O João *lamenta* que a Maria estivesse doente.

As construções com predicados volitivos na oração subordinante são agramaticais, na medida em que o traço [+ posterior] destes verbos é incompatível com o traço [+ anterior] das construções com o tempo Pretérito Imperfeito, mais uma vez porque o PPT dos exemplos (206) e (208) coincide com o tempo da enunciação.

Presente do Indicativo – Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(210) *A Ana quer que a avó tenha feito um bolo.

Com o predicado da oração subordinada no Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo acontece o mesmo que com a ocorrência do Pretérito Imperfeito, ou seja, a frase é igualmente agramatical pelos mesmos motivos, reforçados pelo facto de o Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo ter uma leitura perfectiva. No entanto, se mudarmos o ponto de perspectiva temporal para uma 3ª oração que forneça a indicação de posterioridade necessária aos predicados volitivos, passamos a ter uma frase gramatical:

Volitivo+eventivo+oração temporal: {PRES, post} – PPT {FUT} – {FUT, ant}

(211) A Ana quer que a avó tenha feito um bolo, quando ela chegar.

O ponto de referência temporal pode surgir de forma implícita ou assumir a forma, por exemplo, de uma oração subordinada temporal, como em (211), sendo “quando ela chegar” futuro relativamente ao tempo da enunciação, o que leva a que o PPT estabelecido seja {FUT}, e que a LR da eventualidade se situe num momento futuro em relação ao predicado da subordinante e ao tempo da enunciação, mas anterior ao PPT {FUT, ant}. Deste modo, a ocorrência do Pretérito Perfeito Composto é já possível, uma vez que remete para um evento passado, anterior a um PPT futuro, tal como acontecia em (133), que a seguir se reescreve:

(212) Ela quer que *tenhas* terminado o trabalho *quando chegar a casa*.

O Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo pode associar-se a uma leitura de Futuro, sempre que o PPT seja também futuro. Assim, quer para (211), quer para (212) verifica-se que no intervalo de tempo coincidente com o momento de enunciação é manifestado um desejo (*ele quer/ a Ana quer*) de que a eventualidade (*ter terminado o trabalho/ ter feito um bolo*) se venha a concretizar num momento posterior em relação ao momento de enunciação. Logo, se considerarmos a possibilidade da existência de um PPT futuro, podemos admitir como gramatical este enunciado. Caso contrário, ele será considerado agramatical.

Por outro lado, considere-se (213):

(213) A Ana *deseja* que a avó tenha feito um bolo.

Ao analisarmos esta frase, podemos constatar que a única diferença em relação a (158), que aqui reescrevemos: “A Ana quer que a avó tenha feito um bolo”, reside na alteração do verbo da oração principal, de *querer* para *desejar*. Os traços semânticos relevantes que caracterizam ambos os verbos são [+ volitivo] e [- assertivo]. Porém, a diferença que se regista em termos de significado entre um e outro verbo reside essencialmente no grau de assertividade (e não de asserção, convém deixar explícito), que é maior em *querer* do que em *desejar*, o que comprova a ideia anteriormente por nós avançada de que a utilização do Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo na oração subordinada, quando combinado com o Presente do Indicativo de um predicado volitivo na subordinante, é aceitável apenas na medida em que é entendido como capaz de veicular a concretização de um desejo com um grau de assertividade (crença) fraco.

Volitivo+estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(214) O João quer que a Maria tenha estado alegre.

Note-se que a presença de um predicado estativo na oração subordinada continua a ser o suficiente para anular o traço [+ posterior] do predicado volitivo da oração subordinante, o que faz com que já não haja incompatibilidade com uma LR {anterior}. Mesmo que não se considere, à maneira de Kamp e Reilly, a existência de um estado consequente, com efeito, o estado da subordinada está terminado relativamente ao PPT, o que mostra divergência em relação a este tempo no Indicativo.

Para obtermos uma LR {post} bastaria que o PPT fosse {FUT}, e para isso poder-se-ia introduzir na frase uma oração temporal, ou um adverbial, que denotasse posterioridade:

Volitivo+estativo+oração temporal: {PRES, post} – PPT {FUT} – {FUT, ant}

(215) O João quer que a Maria tenha estado alegre, quando ele chegar.

As construções com predicados factivos na oração subordinante e predicados eventivos ou estativos na subordinada são semelhantes aos pares que acabamos de analisar. No entanto, verifica-se que para a combinação exemplificada por (215) não é

possível para os factivos, uma vez que nestes há sempre anterioridade em relação ao tempo da subordinante, como se pode ver pela não aceitabilidade da frase (215)':

(215)'?? O João lamenta que a Maria tenha estado doente, quando ele chegar.

Presente do Indicativo – Pretérito-mais-que-Perfeito do Conjuntivo

Volitivos+ eventivos: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(216) *A Ana quer que a avó tivesse feito um bolo.

Factivo+eventivo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(217) A Ana lamenta que avó tivesse feito um bolo.

Volitivo+estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(218) *O João quer que a Maria tivesse estado alegre.

Factivo+estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(219) O João lamenta que a Maria tivesse estado doente.

O facto de as frases construídas com predicado volitivo na oração subordinante e predicado eventivo ou estativo na oração subordinada serem novamente agramaticais prende-se com os mesmos motivos que levavam à agramaticalidade das frases com o Pretérito Imperfeito e Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo, ou seja, deve-se à incompatibilidade do traço [+ posterior] dos predicados volitivos com a característica {anterior} da LR. No entanto, enquanto na construção com o Pretérito Perfeito podíamos, através da presença de uma 3ª oração que fornecesse um PPT diferente, obter uma frase gramatical, não a podemos obter com o Pretérito-mais-que-Perfeito, tal como também não podíamos com o Pretérito Imperfeito, porque ambas precisam de um PPT{PASS} ou de uma LR {ant}. Os predicados volitivos e os predicados factivos reagem de maneira diferente quando temos na oração subordinada tempos perfectivos.

Pretérito Imperfeito do Indicativo – Presente do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, post}

(220) ?Ele queria que as crianças venham à festa do filho.

Factivo+eventivo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, post}

(221) ?A Joana lamentava que a tia bata ao Pedro.

Estas frases não parecem totalmente aceitáveis uma vez que, se considerarmos o tempo da oração principal como PPT, o traço [+ passado] do predicado mais alto é incompatível com o traço [+ posterior] do predicado mais baixo. No entanto, se o PPT for o tempo da enunciação, é possível considerar (222) e (223) aceitáveis. O advérbio “amanhã” permite ver que o PPT é o tempo da enunciação:

Volitivo+eventivo ou estativo: {PRES, sobr}–PPT {PRES}–{PRES,post}

(222) Ele queria que as crianças venham (amanhã) à festa do filho.

(223) A professora queria que os alunos estejam (amanhã) interessados.

Factivo+eventivo ou estativo: {PRES, sobr}–PPT {PRES}–{PRES, sobr ou post}

(224) A Joana lamentava que a tia bata (agora/amanhã) ao Pedro.

(225) A professora lamentava que os alunos estejam (agora) desinteressados.

Pretérito Imperfeito do Indicativo – Pretérito Imperfeito do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, post}

(226) Ele queria que as crianças viessem à festa do filho.

Factivo+eventivo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, post}

(227) A Joana lamentava que a tia batesse ao Pedro.

Volitivo+estativo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, post}

(228) A professora queria que os alunos estivessem interessados.

Factivo+estativo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, post}

(229) A professora lamentava que os alunos estivessem desinteressados.

A LR destas frases é {PASS, post}, se o PPT for o tempo do predicado da oração subordinante. Podemos comprová-lo se associarmos um adverbial que precise a localização da eventualidade; esse adverbial seria “no dia seguinte”, ou seja, seria anafórico em relação ao PPT. No entanto, se o PPT fosse o tempo da enunciação (T₀), o adverbial que poderíamos associar à frase seria “amanhã”, ou seja, dêictico em relação ao tempo da enunciação:

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post}

Neste caso, podemos considerar que o significado da frase construída com *viesses* e “amanhã” é paralelo à leitura da construção com o Presente do Conjuntivo *venham*, e nestes casos parece que o predicado da oração principal *queria* perde a informação temporal de passado, ficando unicamente com a característica de modalização, ou seja, neutraliza-se e deixa de ser relevante a sua localização temporal, por isso o predicado mais baixo pode estar no tempo Presente que, aliás, seria assim o mais aceitável. No entanto, como anteriormente considerámos que essa frase poderia ser agramatical, e como preferimos a construção com Imperfeito, então o Imperfeito do Conjuntivo parece estar aqui como mera concordância formal.

Por tudo o que foi exposto, consideramos que o Imperfeito do Conjuntivo pode ter duas leituras, ou seja, é um tempo ambíguo, na medida em que permite a existência de dois PPT diferentes. Podemos considerar ainda que, embora na maior parte das frases a oração principal seja relevante como fornecedora de PPT para a localização temporal da eventualidade, o tempo por ela veiculado nem sempre é determinante.

Pretérito Imperfeito do Indicativo – Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(230) *O João queria que as crianças tenham vindo à festa

Factivo+eventivo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(231) A Joana lamentava que a tia tenha batido ao Pedro.

Volitivo+estativo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(232) *A professora queria que as crianças tenham estado interessadas.

Factivo+estativo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(233) A professora lamenta que os alunos tenham estado desinteressados.

Mais uma vez o traço [+ posterior] dos volitivos não é compatível com a LR {ant}, o que gera frases agramaticais

Pretérito Imperfeito do Indicativo – Pretérito-mais-que-Perfeito do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(234) O João queria que as crianças tivessem vindo à festa

Factivo+eventivo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(235) A Joana lamentava que a tia tivesse batido ao Pedro.

Volitivo+estativo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(236) A professora queria que as crianças tivessem estado interessadas.

Factivo+estativo: {PASS, sobr} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(237) A professora lamenta que os alunos tivessem estado desinteressados.

As construções com o predicado da oração subordinada no Pretérito-mais-que-Perfeito Composto do Conjuntivo obedecem à mesma sequencialização temporal do tempo anterior (Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo). No entanto, as construções com predicados volitivos na oração subordinante são agora gramaticais, apesar de se manter o traço {ant} da LR. Tal comportamento é explicável pelo facto de estas construções serem contrafactuais: O João queria que as crianças tivessem vindo à festa (mas não vieram) / A professora queria que os alunos tivessem estado interessados (mas não estiveram).

Pretérito Perfeito Composto – Presente do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post}

(238) O João tem desejado que trabalhemos juntos.

Factivos+eventivos: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post}

(239) O João tem lamentado que a situação tome este rumo.

Volitivos+estativos: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post}

(240) O João tem desejado que os seus dentes estejam brancos.

Factivos+estativos: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post/ant/sobr}

(241) O João tem lamentado que os seus dentes estejam amarelos.

Com a presença do Pretérito Perfeito do Indicativo na oração principal teríamos um PPT {PASS} e as frases com predicados volitivos na oração principal seriam agramaticais. No entanto, verificamos que mais uma vez o PPT destas frases não está na oração principal, mas no tempo da enunciação, o que permite que a LR da eventualidade seja posterior a T_0 e que as frases sejam aceitáveis.

Com predicados factivos na oração subordinante, a eventualidade ainda não é um facto, mas pressupõe-se como facto em relação a um tempo futuro.

Mais uma vez podemos verificar que a informação semântica do predicado da oração principal é importante, mas a informação temporal desse predicado pode ser,

ou não, e muito frequentemente não o é.

Pretérito Perfeito do Indicativo – Pretérito Imperfeito do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, sobr,ou post }

(242) O João quis que a Maria chamasse a polícia.

Factivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, sobr,ou post }

(243) O João lamentou que o governo aumentasse os impostos.

Volitivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, sobr,ou post }

(244) A professora quis que a Maria estivesse atenta.

Factivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, sobr,ou post }

(245) A professora lamentou que a Maria estivesse desatenta.

Como se pode verificar, nestes casos o PPT é sempre a oração principal.

Pretérito Perfeito do Indicativo – Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(246) O João quis que a Maria tenha chamado a polícia.

Factivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(247) O João lamentou que o governo tenha aumentado os impostos.

Volitivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(248) *A professora quis que a Maria tenha estado atenta.

A anterioridade da eventualidade *tenha estado atenta*, que é passado em relação ao momento da enunciação, faz com que esta seja incompatível com o valor

de posterioridade expresso pelo volitivo.²⁷

Factivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(249) A professora lamentou que a Maria tenha estado desatenta.

Como os perfectivos mostram anterioridade em relação a algo, a eventualidade da oração principal ocorre no estado consequente da eventualidade da oração subordinada.

Pretérito Perfeito do Indicativo – Pretérito-mais-que-Perfeito Composto do Conjuntivo

O que acontece com o Pretérito Perfeito Composto vai também suceder com o Pretérito-mais-que-Perfeito Composto do Conjuntivo, em que a aceitabilidade das frases que apresentam a combinação volitivo+estativo advém da contrafactualidade que admite a leitura de futuro em relação a *quis*²⁸.

Volitivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(250) O João quis que a Maria tivesse chamado a polícia.

Factivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(251) O João lamentou que o governo tivesse aumentado os impostos.

Volitivos+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(252) A professora quis que a Maria tivesse estado atenta.

Factivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(253) A professora lamentou que a Maria tivesse estado desatenta.

²⁷ Note-se uma vez mais que com o verbo “desejar” a frase não apresenta qualquer problema de aceitabilidade.

Pretérito Perfeito Composto do Indicativo – Presente do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} - {PRES, post}

(254) O João tem desejado que trabalhemos juntos.

Factivo+eventivo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} - {PRES, post}

(255) O João tem lamentado que a situação tome esse rumo.

Volitivo+estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} - {PRES, post}

(256) O João tem desejado que os seus dentes estejam brancos.

Factivo+estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} - {PRES, ant}

, sobr}

, post}

(257) O João tem lamentado que os seus dentes estejam amarelos.

O Pretérito Perfeito Composto do Indicativo é um tempo que associa presente e passado. Nesse sentido, é possível considerar que este tempo estabeleça um PPT {PRES} ou {PASS}; a selecção de um ou de outro vai depender do tempo da oração subordinada.

Assim, esta sequencialização apresenta duas possibilidades temporais: podemos considerar como PPT o predicado da oração principal, e é o que faremos em relação à combinação do Pretérito Perfeito Composto do Indicativo com os restantes tempos do Conjuntivo. Parece-nos, no entanto, que o PPT preferencial das frases com Presente do Conjuntivo é dado pelo tempo da enunciação.

Pretérito Perfeito Composto do Indicativo – Pretérito Imperfeito do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, post}

(258) O João tem desejado que trabalhássemos juntos.

Factivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, post}

²⁸ Compare-se (248) com (252).

(259) O João tem lamentado que a situação tomasse esse rumo.

Volitivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, post}

(260) O João tem desejado que os seus dentes estivessem brancos.

Factivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}
, sobr}

(261) O João tem lamentado que os seus dentes estivessem amarelos.

Pela sua factividade, o *lamentar* propicia a perfectividade.

Pretérito Perfeito Composto do Indicativo – Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(262) *O João tem desejado que tenhamos trabalhado juntos.

Factivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(263) O João tem lamentado que a situação tenha tomado esse rumo.

Volitivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(264) *O João tem desejado que os seus dentes tenham estado brancos.

Factivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(265) O João tem lamentado que os seus dentes tenham estado amarelos.

Mais uma vez o traço [+ posterior] presente nos verbos volitivos faz com que estes não sejam compatíveis com as características {PASS, ant} da LR da eventualidade, o que gera enunciados agramaticais.

Pretérito Perfeito Composto do Indicativo – Pretérito-mais-que-Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(266) O João tem desejado que tivéssemos trabalhado juntos.

Factivo+eventivo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(267) O João tem lamentado que a situação tivesse tomado este rumo

Volitivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(268) O João tem desejado que os seus dentes tivessem estado brancos.

Factivo+estativo: {PRES, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(269) O João tem lamentado que os seus dentes tivessem estado amarelos.

A gramaticalidade das construções com predicado volitivo na oração principal, face à agramaticalidade das mesmas na sequencialização anterior, explica-se pelo significado contrafactual do Pretérito-mais-que-Perfeito Composto do Conjuntivo: O João tem desejado que tivéssemos trabalhado juntos (mas não trabalhamos) / O João tem desejado que os seus dentes tivessem estado brancos (mas não estiveram). Trata-se, portanto, de uma questão que não é meramente temporal.

Pretérito-mais-que-Perfeito Composto do Indicativo – Presente do Conjuntivo²⁹

Volitivo+eventivo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, post}

(270) O João tinha querido que compres O Público.

Factivo+eventivo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, post}

²⁹ Relembre-se a nota ²¹ sobre a necessidade de se considerar a existência de um outro tempo passado subentendido, para permitir a leitura de Mais-que-Perfeito na subordinante.

- (271) *O João tinha lamentado (na semana passada) que vás ao cinema
(no dia seguinte).

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post}

- (272) O João tinha lamentado (na semana passada) que vás ao cinema
(amanhã).

Volitivo+estativo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, post}

- (273) A mãe tinha desejado que os seus filhos estejam felizes.

Factivo+estativo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, post}

- (274) A mãe tinha lamentado que os seus filhos estejam doentes.

Com um predicado da oração principal factivo e com um predicado eventivo na oração subordinada obtem-se uma frase agramatical se o PPT for o tempo da oração principal. Se o PPT for o tempo da enunciação, a frase é gramatical, veja-se o contraste entre (271)/(272).

Pretérito-mais-que-Perfeito Composto do Indicativo – Pretérito Imperfeito do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, post}

- (275) O João tinha querido que comprasses O Público.

Factivo+eventivo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, post}

- (276) O João tinha lamentado que fosses ao cinema.

Volitivo+estativo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, sobr}
, post}

- (277) A mãe tinha desejado que os seus filhos estivessem bons.

Factivo+estativo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}
, sobr}

(278) A mãe tinha lamentado que os seus filhos estivessem doentes.

Como se pode observar, as frases que apresentam predicados eventivos na oração subordinada têm uma leitura diferente daquelas com predicados estativos. Assim, as primeiras apresentam uma LR {PASS, post} relativamente à oração subordinante, enquanto as segundas podem ter uma LR {PASS, ant, sobr ou post}.

Pretérito-mais-que-Perfeito Composto do Indicativo – Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo+factivo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {Pass, post}

(279) *O João tinha querido que tenhas comprado O Público.

Factivo+eventivo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {Pass, post}

(280) *O João tinha lamentado que tenhas ido ao cinema.

Volitivo+estativo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {Pass, post}

(281) *A mãe tinha desejado que os seus filhos tenham estado felizes.

Factivo+estativo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {Pass, post}

(282) *A mãe tinha lamentado que os seus filhos tenham estado doentes.

Como podemos verificar, todas as construções que apresentam esta sequencialização são agramaticais. Alguns falantes aceitam a construção com predicado factivo na subordinante e predicado eventivo na subordinada, se o PPT for o tempo da enunciação, contudo não consideramos aceitáveis estas construções:

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post}

(283) ?O João tinha lamentado (há dois dias) que tenhas ido (ontem) ao cinema.

São não aceitáveis porque ambos os tempos envolvem perfectividade, um em relação a um tempo do passado e outro em relação ao presente. O Pretérito Perfeito do

Conjuntivo não pode fornecer o PPT para o Mais-que-Perfeito e, em virtude de ser perfectivo, também não permite projecção para o futuro.

Pretérito-mais-que-Perfeito do Indicativo – Pretérito Mais-que-Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(284) O João tinha querido que tivesses comprado O Público.

Factivo+eventivo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(285) O João tinha lamentado que tivesses ido ao cinema.

Volitivo+estativo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(286) A mãe tinha desejado que os seus filhos tivessem estado felizes.

Factivo+estativo: {PASS, ant} – PPT {PASS} – {PASS, ant}

(287) A mãe tinha lamentado que os seus filhos tivessem estado doentes.

Podemos agrupar as frases (284) e (286), uma vez que os predicados volitivos da oração subordinante juntamente com a presença do Mais-que-Perfeito em ambas as orações dão origem a enunciados contrafactuais. Podemos igualmente agrupar as frases (285) e (287), na medida em que em ambas se verifica a anterioridade da eventualidade da subordinante em relação à da subordinada.

Futuro Simples do Indicativo – Presente do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, post} – PTT {FUT} – {FUT, post} / (PPT – or. ste.³⁰)

(288) O João desejará que a Maria compre CDs novos.

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post} / (PPT – T₀)

³⁰ “ste” e “sda” correspondem, respectivamente, às abreviaturas de oração subordinante e subordinada; T₀ representa o momento da enunciação.

Volitivo+estativo: {PRES, post} – PPT {FUT} – {FUT, post} / (PPT – or. ste.)

(289) O João desejará que a Maria esteja apaixonada.

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post} / (PPT – T₀)

Com predicados volitivos na oração subordinante, o PPT pode ser a oração subordinante ou o momento da enunciação. Se se considerar T₀ como fornecedor do PPT, o futuro não é temporal, mas modal.

Factivo+eventivo: {PRES, post} – PPT {FUT} – {FUT, post} / (PPT – or. ste)

(290) O João lamentará (daqui a dois dias) que a Maria abandone o barco (no dia seguinte).

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post} / (PPT – T₀)

(291) O João lamentará que a Maria abandone o barco (amanhã).

ou

{PRES, post} – PPT {FUT} – {FUT, post} / (PPT – or.sda.)

Com as combinações factivo+eventivo ou factivo+estativo, existe a possibilidade de haver três PPT a fornecer LR à eventualidade: pode ser a oração subordinante (290) e (292), o momento da enunciação (291) e (293), ou ainda ser a oração subordinada que fornece o PPT da subordinante, na medida em que a eventualidade da subordinante é posterior à eventualidade da subordinada.

Factivo+estativo: {PRES, post} – PPT {FUT} – {FUT, post} / (PPT – or. ste)

(292) O João lamentará (daqui a dois dias) que a Maria esteja descrente (no dia seguinte).

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post} / (PPT – T₀)

(293) O João lamentará que a Maria esteja descrente (amanhã).

ou

{PRES, post} – PPT {FUT} – {FUT, post} / (PPT – or.sda.)

Futuro Simples do Indicativo – Pretérito Imperfeito do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, post} – PTT {FUT} – {FUT, post} / (PPT – or. ste.)

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post} / (PPT – T₀)

(294) *O João desejará que a Maria comprasse CDs novos.

Volitivo+estativo: {PRES, post} – PTT {FUT} – {FUT, post} / (PPT – or. ste.)

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post} / (PPT – T₀)

(295) *O João desejará que a Maria estivesse apaixonada.

Factivo+eventivo ou estativo: {PRES, post} – PTT {FUT} – {FUT, post} / (PPT – or. ste.)

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, post} / (PPT – T₀)

(296) *O João lamentará que a Maria abandonasse o barco.

(297) *O João lamentará que a Maria estivesse feliz.

Todas as frases são agramaticais, seja qual for o PPT que fornece a LR à eventualidade, porque há incompatibilidade temporal.

Futuro Simples do Indicativo – Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, post} – PTT {FUT} – {FUT, ant}

(298) O João desejará que a Maria tenha comprado CDs novos.

Volitivo+estativo: {PRES, post} – PTT {FUT} – {FUT, ant}

(299) O João desejará que a Maria tenha estado apaixonada

Factivo+eventivo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(300) O João lamentará que a Maria tenha abandonado o barco.

Factivo+estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant}

(301) O João lamentará que a Maria tenha estado doente.

Nas construções com predicado factivo na oração subordinante, a eventualidade de *lamentar* é posterior à eventualidade de *abandonar* ou *estar doente*, por isso não é a oração subordinante a fornecer o PPT.

Futuro Simples do Indicativo – Pretérito-mais-que-Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo+eventivo: {PRES, post} – PTT {FUT} – {FUT, ant} / (PPT – or. ste.)

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant} / (PPT – T₀)

(302) *³¹O João desejará que a Maria tivesse comprado CDs novos.

Volitivo+estativo: {PRES, post} – PTT {FUT} – {FUT, ant} / (PPT – or. ste.)

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant} / (PPT – T₀)

(303) *O João desejará que a Maria tivesse estado apaixonada.

Factivo+eventivo ou estativo: {PRES, post} – PTT {FUT} – {FUT, ant} / (PPT – or. ste.)

ou

{PRES, sobr} – PPT {PRES} – {PRES, ant} / (PPT – T₀)

(304) *O João lamentará que a Maria tivesse abandonado o barco.

(305) *O João lamentará que a Maria tivesse estado descrente.

Tal como acontecia com as construções com o Pretérito Imperfeito do Conjuntivo na oração subordinada e o Futuro simples do Indicativo na subordinante, todas as frases são agramaticais.

³¹ Há informantes que, num contexto mais alargado, poriam um ponto de interrogação na aceitabilidade de (302), (303), (304) e (305).

Futuro do Pretérito do Indicativo – Presente do Conjuntivo

Volitivo ou factivo+eventivo ou estativo: {PASS, post} – PPT {PASS, post}

ou

{PRES, sobr}–PPT {PRES}–{PRES, post}

- (306) *A Maria desejaria que o João leia livros policiais.
(307) *O João lamentaria que caias.
(308) * A Maria desejaria que a Teresa esteja enganada.
(309) * A Luísa lamentaria que a Teresa esteja enganada.

Todas as frases são agramaticais, se forem razões temporais.

Futuro do Pretérito do Indicativo – Pretérito Imperfeito do Conjuntivo

Volitivo+eventivo ou estativo: {PASS,post}–PPT {PASS}–{PASS,post}/(PPT-or. ste.)

ou

{PRES, sobr}–PPT {PRES}–{PRES, post} / (PPT-T₀)

- (310) A Maria desejaria que o João lesse livros.
(311) A Luísa desejaria que a Teresa estivesse enganada.

Factivo+eventivo ou estativo: {PASS,post}–PPT {PASS}–{PASS, post}/(PPT-or. ste.)

ou

{PRES, sobr}–PPT {PRES}–{PRES, post} / (PPT-T₀)

ou

{PASS,post}–PPT {PASS}–{PASS,post}/(PPT-or.sda.)

- (312) O João lamentaria que caísse.
(313) A Luísa lamentaria que a Teresa estivesse enganada.

Em (312) e (313) há ainda a possibilidade de o PPT ser a oração subordinada, para além da oração subordinante ou o tempo da enunciação, tal como acontecia com a sequencialização Futuro Simples do Indicativo / Presente do Conjuntivo, na medida em que a eventualidade da subordinante é posterior à eventualidade da subordinada.

Ao considerarmos o momento da enunciação como PPT, a leitura dos predicados das orações subordinantes destas frases não nos parece ser temporal, mas

modal. Segundo esta leitura, não fará sentido chamarmos a estas formas verbais Futuro do Pretérito do Indicativo (que destaca o seu carácter temporal), pelo que, quando o PPT é T₀ preferimos a designação Condicional (que evidencia a modalidade).

Futuro do Pretérito do Indicativo – Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo ou factivo+eventivo ou estativo: {PASS, post} – PPT {PASS} - {PASS, ant}

- (314) *A Maria desejaria que o João tenha lido livros.
- (315) *A Luísa desejaria que a Teresa tenha estado enganada.
- (316) *O João lamentaria que tenhas caído.
- (317) *A Luísa lamentaria que a Teresa tenha estado enganada.

Todas as frases são agramaticais. Só seriam admissíveis se uma outra oração servisse de PPT, como por exemplo: (316)' O João lamentaria que tenhas caído antes dele chegar.

Futuro do Pretérito do Indicativo – Pretérito-mais-que-Perfeito Composto do Conjuntivo

Volitivo+eventivo ou estativo: {PASS, post} – PPT {PASS} - {PASS, ant}

- (318) A Maria desejaria que o João tivesse lido livros policiais.
- (319) A Luísa desejaria que a Teresa tivesse estado enganada.

Factivo+eventivo ou estativo: {PRES, sobr} – PPT {PRES} - {PRES, ant}

- (320) O João lamentaria que tivesses caído.
- (321) A Luísa lamentaria que a Teresa tivesse estado enganada.

Com predicados factivos na oração subordinante, a eventualidade de *cair* ou *estar enganada* é anterior a *lamentar*, por isso o PPT destas frases é o tempo da enunciação, ou outro que não o da frase subordinante. Em qualquer dos casos trata-se de frases em que há contrafactualidade.

As sequencializações com Futuro do Pretérito do Indicativo na oração subordinante funcionam como espelho em relação às frases construídas com Futuro Simples do Indicativo: os tempos do Conjuntivo presentes na subordinada que eram agramaticais numa, são gramaticais na outra e vice-versa.

Tal como acontecia com a análise que efectuámos segundo Reichenbach, também nesta análise todas as combinações de qualquer tempo do Indicativo com os tempos Futuro Imperfeito e Futuro Perfeito do Conjuntivo são agramaticais, pelo que podemos concluir que o Futuro do Conjuntivo não é seleccionado na construção de orações completivas. Assim, a noção de posterioridade é dada, sob condições diferentes, pelos seguintes tempos do Conjuntivo:

- Presente
- Pretérito Imperfeito
- Pretérito Perfeito Composto

No entanto, é de notar que a possibilidade de serem outros tempos do Conjuntivo a veicular essa noção de posterioridade não se processa de igual modo com estes três tempos. Assim,

- o Presente ocorre na maior parte dos casos veiculando a noção de posterioridade, exceptuando a combinação Presente do Indicativo+predicado factivo na oração subordinante / Presente do Conjuntivo+predicado estativo na subordinada, cuja LR é {PRES,sobr}.
- o Pretérito Imperfeito ocorre igualmente na maior parte dos casos com esse valor, com excepção das combinações: Presente do Indicativo+predicado factivo na subordinante / Pretérito Imperfeito do Conjuntivo+predicados eventivos e estativos na subordinada, cuja LR é {PRES,ant}.

- relativamente à possibilidade de o Pretérito Perfeito do Conjuntivo exprimir a noção de posterioridade, é de salientar que raramente acontece, contudo não podemos ignorar as seguintes ocorrências em que tal se verifica: com Presente e Futuro Imperfeito do Indicativo+predicados volitivos na oração subordinante / Pretérito Perfeito do Conjuntivo+predicados eventivos e estativos na subordinada, a LR da eventualidade é {FUT,ant}; com Pretérito Mais-que-Perfeito do Indicativo+predicados factivos na subordinante / Pretérito Mais-que-Perfeito do Conjuntivo+predicados eventivos e estativos na subordinada, a LR é {PRES,post}.

3.1.5. Quadro-Síntese

PREDICADOS EVENTIVOS

Tempos da subordinante: Indicativo	Tempos da subordinada Conjuntivo	Sequencialização Predicados Factivos		Sequencialização Predicados Volitivos	
Presente	Presente	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,sobr} {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post}	✓	{PRES,sobr}-PPT{PRES}{PRES,post}	✓
	P. Imperfeit.	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant}	✓		*
	P.Perfeito C.	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant}	✓	{PRES,post}-PPT{FUT}-{FUT,ant} (PPT-3ª oração)	* ?
	P.+ que P. C.	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant}	✓		*
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*
Imperfeit	Presente	{PASS,sobr}-PPT{PASS}-{PASS,post} -(PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	?	{PASS,sobr}-{PPT{PASS}{PASS,post} -(PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	? ✓
	P. Imperfeit.		✓		✓
	P.Perfeito C	{PASS,sobr}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓		*
	P.+ que P. C.	{PASS,sobr}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓	{PASS,sobr}-PPT{PASS}-{PASS,ant} (contrafactual)	✓
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*

P.Perfeit.	Presente	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	✓	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	✓
	P. Imperfeit.	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,sobr} {PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,sobr} {PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓
	P.Perfeito C.	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓
	P.+ que P. C.	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*
Pretérito Perfeito C.	Presente	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} - (PPT T ₀)	✓	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	✓
	P. Imperfeit o	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓
	P.Perfeito C	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓		*
	P.+ que P. C.	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant} (contrafactual)	✓
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*
Pretérito mais- que- Perfeito Compost.	Presente		*	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓
		{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} - (PPT T ₀)	✓		
	P. Imperfeit.	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓
	P.Perfeito C.		*		*
		{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	?		
	P.+ que P. C.	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*

Futuro Simples	Presente	{PRES,post}-PPT{FUT}-{FUT,post} - (PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀) {PRES,post}-PPT{FUT}-{FUT,post} - (PPT Oração Subordinada)	✓ ✓ ✓	{PRES,post}-PPT{FUT}-{FUT,post} -(PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	✓ ✓ ✓
	P. Imperfeit.		*		*
	P. Perfeito C.	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant} - (PPT T ₀)	✓	{PRES,post}-PPT{FUT}-{FUT,ant}	✓
	P.+ que P. C.		*		*
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*
Futuro do Pretérito	Presente		*		*
	P. Imperfeit o	{PASS,post}-PPT{PASS}-{PASS,post} - (PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀) {PASS,post}-PPT{PASS}-{PASS,post} - (PPT Oração Subordinada)-	✓ ✓ ✓	{PASS,post}-PPT{PASS}-{PASS,post} -(PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	✓ ✓ ✓
	P.Perfeito C.		*		*
	P.+ que P. C.	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant} - (PPT T ₀)	✓	{PASS,post}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*

PREDICADOS ESTATIVOS

Tempos da subordinante: Indicativo	Tempos da subordinada Conjuntivo	Sequencialização Predicados Factivos		Sequencialização Predicados Volitivos	
Presente	Presente	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,sobr}	✓	{PRES,sobr}-PPT{PRES}{PRES,sobr} {PRES,sobr}-PPT{PRES}{PRES,post}	✓
	P. Imperfeit.	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant}	✓		*
	P.Perfeito C.	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant}	✓	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant} {PRES,post}-PPT{FUT}-{FUT,ant} -(PPT 3ª oração)	✓
	P.+ que P. C.	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant}	✓		*
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*
Imperfeit	Presente	{PASS,sobr}-PPT{PASS}-{PASS,post} -(PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	? ✓	{PASS,sobr}-PPT{PASS}{PASS,post} -(PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	? ✓
	P. Imperfeit.	{PASS,sobr}-PPT{PASS}-{PASS,post} -(PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,sobr} -(PPT T ₀)	✓	{PASS,sobr}-PPT{PASS}{PASS,post} -(PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,sobr} -(PPT T ₀)	✓
	P.Perfeito C	{PASS,sobr}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓		*
	P.+ que P. C.	{PASS,sobr}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓	{PASS,sobr}-PPT{PASS}-{PASS,ant} (contrafactual)	✓
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*

P.Perfeit.	Presente	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant,post ou sobr} -(PPT T ₀)	✓	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	✓
	P. Imperfeit.	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,sobr} {PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,sobr} {PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓
	P.Perfeito C.	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓		*
	P.+ que P. C.	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*
Pretérito Perfeito C.	Presente	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant, sobr ou post} -(PPT T ₀)	✓	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	✓
	P. Imperfeit o	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant ou sobr}	✓	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓
	P.Perfeito C	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓		*
	P.+ que P. C.	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓	{PRES,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant} (contrafactual)	✓
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*
Pretérito mais- que- Perfeito Compost.	Presente	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post} - (PPT Oração Principal)	✓	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,post}	✓
	P. Imperfeit o	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant ou sobr}	✓	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,sobr ou post}	✓
	P.Perfeito C.		*		*
	P.+ que P. C.	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓	{PASS,ant}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*

Futuro Simples	Presente	{PRES,post}-PPT{FUT}-{FUT,post} - (PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀) {PRES,post}-PPT{FUT}-{FUT,post} - (PPT Oração Subordinada)	✓ ✓ ✓	{PRES,post}-PPT{FUT}-{FUT,post} -(PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	✓ ✓
	P. Imperfeit o		*		*
	P. Perfeito C.	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant} - (PPT T ₀)	✓	{PRES,post}-PPT{FUT}-{FUT,ant}	✓
	P.+ que P. C.		*		*
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*
Futuro do Pretérito	Presente		*		*
	P. Imperfeit o	{PASS,post}-PPT{PASS}-{PASS,post} - (PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀) {PASS,post}-PPT{PASS}-{PASS,post} - (PPT Oração Subordinada)-	✓ ✓ ✓	{PASS,post}-PPT{PASS}-{PASS,post} -(PPT Oração Principal) {PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,post} -(PPT T ₀)	✓ ✓
	P.Perfeito C.		*		*
	P.+ que P. C.	{PRES,sobr}-PPT{PRES}-{PRES,ant} - (PPT T ₀)	✓	{PASS,post}-PPT{PASS}-{PASS,ant}	✓
	Futuro Imp.		*		*
	Futuro Perf.		*		*

3.1.6. Conclusões

Tendo em conta a análise feita segundo a proposta de Kamp e Reyle (1993), é agora possível elaborar um quadro relativo aos tempos verbais do Conjuntivo, utilizados em orações completivas:

Nome tradicional da forma verbal do Conjuntivo	PPT	LR		
		ant	sobr	post
Presente	PRES	-	+	+
Pretérito Imperfeito	PRES/PASS	+	+	+
Pretérito Perfeito Composto	PRES/PASS	+	-	+
Pretérito-mais-que-Perfeito Composto	PRES/PASS	+	-	-

Figura 10

Não foram considerados neste quadro os tempos do Futuro do Conjuntivo, uma vez que o núcleo de análise é composto por frases completivas e, tal como pudemos constatar, estes tempos não eram seleccionados na construção deste tipo de orações.

Assim, nos tempos Presente, Pretérito Imperfeito e Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo verificamos que é possível a existência de mais do que uma LR para a eventualidade, na medida em que os tempos do Conjuntivo são relativos a um PPT que pode não ser o tempo verbal da oração subordinante. Nestas frases, o PPT pode igualmente ser fornecido pelo: a) tempo da enunciação; b) uma 3ª oração presente no enunciado ou um adverbial; c) ou ainda ser a oração subordinada a fornecer a especificação dessa localização.

Lembremos o que Kamp e Reyle (1993) disseram a propósito da possibilidade de os tempos das línguas naturais terem PPT originados diversamente :

“(F2) Tenses tend to be *indexical*: The times they refer to must often be determined in relation to the utterance time, and this is so even when they occur embedded within other tensed clauses.

(F3) The interpretation of tenses often has an *anaphoric* aspect: the next tense refers to the same time as the one preceding it, or else refers to some time in the vicinity of that time.

(F4) Tenses often determine the time of the described event or state of affairs *in cooperation with other elements* of the sentence in which are naturally and generally understood as explicitly referring to, or quantifying over times.” (Kamp e Reyle 1993:497)

Estas considerações permitem-nos integrar na teoria as observações feitas quanto aos possíveis PPT, em frases completivas com Conjuntivo, na medida em que a partir de (F2) se considera a possibilidade de o PPT ser o tempo da enunciação; a partir de (F3) se pode admitir a possibilidade de o PPT ser o tempo da forma verbal da oração principal; a partir de (F4) se pode considerar a possibilidade de o PPT estar numa 3ª oração que contém informações que particularizam e precisam o tempo do predicado da subordinada.

Tudo o que acabamos de referir vem levantar uma nova questão: terá o Conjuntivo tempo semântico?

Os gramáticos latinos, as gramáticas tradicionais, bem como a maior parte dos autores que se têm debruçado sobre esta questão, defendem que não, ou seja, consideram que os tempos do Conjuntivo são neutros, uma vez que o seu significado está dependente da concordância morfológica com o tempo verbal do predicado da oração subordinante – ideia que vem da regra latina “consecutio temporum”. Esta regra da gramática latina estipulava a existência de concordância entre os tempos da oração subordinante e os tempos da oração subordinada, o que significa que, se na oração subordinante estiver um verbo no Presente ou no Futuro, o uso do Conjuntivo Presente era obrigatório. Pelo contrário, se o verbo da subordinante estivesse no passado, a selecção de Conjuntivo passado era igualmente obrigatória. Esta regra, que já continha muitas excepções em Latim, acompanhou a evolução do Latim para as línguas românicas, e continuou a existir admitindo, contudo, maior flexibilidade. Embora as gramáticas tradicionais actuais não a mencionem, Soares Barbosa (1871:214-215) refere que a língua portuguesa herdou a regra que postula que “o tempo do primeiro verbo no indicativo é quem determina, ordinariamente, em que

tempo deve estar o segundo verbo no subjuntivo” e estabelece uma tabela de “correspondência dos tempos do indicativo e do subjuntivo”. Como não consideramos pertinente o conteúdo dessas tabelas que estabelecem a concordância temporal, quer nas gramáticas do Latim, quer em gramáticas de Português, vamos unicamente expor, em traços largos, a base das correspondências tradicionalmente consideradas na subordinação:

Presente/Fut. do Ind.	→	Presente/Pret. Perfeito/Futuro do Conjuntivo
[- Pass]		[- Pass] ou [+ Pass]
Pretérito/Fut. do Pret. do Ind.	→	Imperfeito/Pret.+que Perf.do Conjuntivo
[+ Pass]		[+ Pass]

Após a análise que efectuámos na secção anterior e que retomaremos na secção seguinte, verificamos que grande parte das construções completivas não obedecem a esta concordância. Portanto, será necessário procurar outros factores que estabeleçam as relações temporais entre duas formas verbais de uma mesma frase, que não unicamente o tempo verbal do predicado da oração principal.

Chitas (1998), após ter analisado um sub-corpus de 489.134 palavras extraído do *Corpus de Referência oral e escrita do Português Contemporâneo*, composto por contextos de subordinação em que ocorre o Conjuntivo, e após ter analisado as relações temporais estabelecidas nessas cadeias verbais com Conjuntivo, chega à conclusão que, em Português, as construções que seleccionam Conjuntivo mantêm a concordância morfológica [+ Pass] – [+ Pass] e [- Pass] – [- Pass], verificando, contudo, que as que não têm concordância morfológica não são excepção, e diz que “as relações temporais em cadeias verbais com Conjuntivo estabelecem-se, pois, de acordo com um padrão semântico definido, que é preferencialmente preenchido por sequências temporais constituídas por tempos verbais morfológicamente relacionados, mas que também pode ser concretizada por sequências temporais formadas por tempos verbais morfológicamente não relacionados, desde que esses tempos tenham capacidade de, em relação, operar as localizações temporais que esse padrão define.” (p.210).

Assim, para Chitas, as relações interfrásicas são principalmente de tipo

anafórico, ou seja, a definição da forma verbal fornecedora do PPT depende da estrutura e da semântica da frase. Deste modo, considera que, nas orações completivas, a forma verbal fornecedora do PPT se encontra na frase mais alta, e justifica esta postura dizendo que é este o sentido da relação temporal: [mais alta → mais baixa] em todas as completivas analisadas.

Como a análise por nós efectuada revelou conclusões diferentes, julgamos necessário incluir nesta descrição a proposta de Suñer e Rivera (1990), uma vez que estes autores levantaram objecções às regras de concordância tradicionais, também eles baseados na verificação da ocorrência de excepções que põem em causa a validade dessas regras no Castelhana.

Deste modo, partindo da análise das ocorrências do Conjuntivo em orações adverbiais, adjectivais e nominais no Castelhana, defendem que a concordância morfológica entre os tempos da oração subordinante e os tempos da subordinada raramente se verifica. Consideram, em contrapartida, que são as características semânticas dos predicados presentes na oração principal que obrigam a uma maior concordância, ou que permitem uma maior liberdade de ocorrência de um tempo diferente na subordinada, ou seja, “hay un continuum que va desde la libre elección del tiempo hasta una concordância temporal bastante estricta.” (Suñer e Rivera 1990:192). Segundo os autores, entre os verbos que permitem uma menor restrição estão os emotivos-factivos e entre os que impõem uma maior restrição encontram-se os volitivos.

Face à constatação da existência de contextos em que a concordância morfológica não se verifica, defendem os autores que o Conjuntivo tem um valor temporal próprio, ou seja, que o seu TEMPO não advém do tempo do predicado principal. Ao contrário do que tradicionalmente se postula, Suñer e Rivera consideram que, apesar de as formas do Conjuntivo serem capazes de mostrar, tal como as formas do Indicativo, “una relación temporal indirectamente medida por el verbo al que se subordinan” (p.193), as formas do Conjuntivo não são (tal como as do Indicativo) “formas neutralizadas sem valor temporal propio”, mas “poseen un valor temporal propio, independiente del verbo de la oración principal” (p.193). Deste modo, o Conjuntivo parece apresentar um tempo próprio como se pôde observar nos contextos [- Pass + Pass] e [+ Pass – Pass], em que o Conjuntivo terá um valor independente.

Neste sentido, advogam os referidos autores que: “las formas del subjuntivo tienen [TIEMPO] ya que poseen valor temporal propio independiente del de la oración principal. Las pruebas dadas para mostrar el “status” del TIEMPO se basan en su interacción con el momento del habla y con las expresiones adverbiales” (p.199).

No presente trabalho consideramos importantes as contribuições das propostas anteriormente expostas, na medida em que as conclusões a que chegam após a análise dos dados incorporam partes desta abordagem. Assim, após a análise que fizemos dos dados por nós seleccionados, consideramos que:

- a) numa parte considerável dos contextos em que ocorre o Conjuntivo nas orações completivas há concordância temporal. Nestas construções o Conjuntivo tem um valor relativo ao tempo do predicado mais alto, ou seja, é ele que serve de PPT à LR da eventualidade da oração subordinada;
- b) no entanto, verificámos também que nestas construções os contextos em que não há concordância temporal apresentam uma certa frequência. Deste modo, o Conjuntivo tem um valor relativo, não ao tempo do predicado da oração mais alta, mas a algo na frase que especifica essa localização, como a presença de um adverbial ou de uma oração temporal. Verificámos, ainda, que os tempos do Conjuntivo podem ter um valor temporal próprio, na medida em que o PPT da eventualidade da oração subordinada pode ser o tempo da enunciação.

Assim, os tempos Presente, Pretérito Imperfeito e Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo podem ter, nas orações completivas, um significado temporal próprio, ou seja, concordamos com os pressupostos defendidos na abordagem de Suñer e Rivera para o Castelhana, de que os tempos do Conjuntivo não são neutros, uma vez que transportam em si significado temporal. Basta observarmos os dados para verificar que muitas vezes o PPT não é fornecido pela frase mais alta, mas sim pelo tempo da enunciação, e assim sendo, a informação temporal contida nos tempos do Conjuntivo não poderá ser um simples reflexo, ou uma questão de mera concordância

temporal com o tempo do predicado da oração subordinante. Esses tempos do Conjuntivo serão, sim, muitas vezes portadores de informação temporal própria. A hipótese que colocamos agora e que desenvolveremos na secção seguinte, é a de que essa informação temporal transmitida pelo Conjuntivo é preferencialmente uma informação de tempo FUTURO.

Podemos verificar estas considerações observando o quadro-síntese, em que o Presente, o Pretérito Imperfeito e o Pretérito Perfeito do Conjuntivo podem ter uma leitura de posterioridade, quer em contextos volitivos (o que é à partida natural devido às características destes verbos, uma vez que essa leitura de posterioridade poderia advir da semântica dos verbos volitivos presentes na oração subordinada), mas também em contextos factivos. Esta possibilidade de os predicados factivos permitirem uma leitura de futuro deve-se ao facto de a factividade ser pressuposicional, ou seja, com predicados factivos não se assere a verdade da oração complemento, mas tão só se pressupõe essa verdade. Perante estas considerações é de colocar a hipótese se, de facto, o Conjuntivo não será portador de informação temporal de futuro.

Na secção seguinte vamos proceder ao desenvolvimento da ideia de que, o Presente do Conjuntivo e em alguns casos o Imperfeito e o Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo transmitem a noção de posterioridade nas orações subordinadas completivas, pelo que, o seu valor e significado nestas construções será mais temporal do que propriamente modal.

3.2. O Modo Conjuntivo e a expressão de Tempo Futuro

Temos vindo a defender ao longo deste trabalho que o Modo Conjuntivo, ao traduzir intenções, desejos e obrigações, é o modo generalizado da pressuposição e da subjectividade, uma vez que com o Conjuntivo não podemos asserir factos, mas apenas pressupor, modalizar previsões e possibilidades. Como tudo o que está para acontecer é desconhecido, incerto e portanto irreal, podemos inferir que, neste aspecto, este modo se assemelha ao Futuro, na medida em que transporta igualmente em si a noção de posterioridade.

Para Lopes (1971:222), “o futuro aparece, sobretudo em certas línguas, como redutível a uma outra variável verbal, o *modo*, pois exprime um projecto ou intenção, uma promessa uma intimação, uma estimativa de alta probabilidade, um desejo, e por isso se confunde, pelo menos em grande parte dos casos, com uma expressão de atitude por parte de quem se exprime, uma atitude de intenção, expectativa ou vontade, o que escapa à lógica bivalente, e até nem sempre se deixa tratar em termos de probabilidade ou condição”. Tal como o Conjuntivo, também o Futuro raramente é empregue em enunciados factivos, aparecendo sempre em enunciados que envolvem possibilidade, suposição, desejo, intenção, vontade e obrigação, como se pode observar nos seguintes exemplos, nos quais o Futuro pode ser substituído pelo Presente do Conjuntivo:

- (322) O João *apagará* a luz quando sair.
- (323) O João que *apague* a luz quando sair.
- (324) O Senhor *por-se-á de lado*, se faz favor.
- (325) O Senhor *ponha-se de lado*, se faz favor.
- (326) *Quererá* servir-se de mais chá?
- (327) *Sirva-se* de mais chá.
- (328) Já *serão* horas?
- (329) É possível que já *sejam* horas?

A vontade é expressa em (322) e (323) tanto pelo tempo verbal Futuro, como pelo Modo Conjuntivo, significando ambas as frases que a eventualidade terá lugar

num tempo posterior ao da enunciação. Em (324) e (325), Tempo e Modo exprimem ordem, pelo que o emprego do Imperativo seria o que ocorreria se a ordem fosse dada na 2ª pessoa, enquanto em (326) e (327) exprimem sugestão e em (328) e (329) exprimem possibilidade, sendo em todos os casos postulada igualmente a posterioridade do evento³².

Esta relação de proximidade entre o Futuro do Indicativo e o Modo Conjuntivo pode ser também encontrada, em Latim, uma vez que nesta língua a 1ª pessoa da 3ª e da 4ª conjugações do Presente do Conjuntivo e do Futuro do Indicativo têm a mesma forma (*dicam* = direi/diga; *audiam* = ouvirei/ouça) e muitas vezes é difícil, senão mesmo impossível, determinar com certeza se estamos perante Modo ou Tempo. Essa proximidade entre Tempo e Modo pode ainda ser observada no Português europeu, na medida em que o Futuro Simples do Indicativo funciona muitas vezes mais como Modo do que como Tempo (Oliveira, 1985:353-373). Vejam-se os exemplos anteriores em que o Futuro surge como substituto do Modo Imperativo com predicados volitivo ou de ordem, como (322) e (324); como um futuro de probabilidade ou suposição (328); ou ainda um futuro de cortesia, de atenuação de um pedido (326).

Parece, pois, inegável uma relação conceptual entre o Conjuntivo e o Futuro, em que o Conjuntivo, tal como o Futuro, é despoletado por construções que projectam a eventualidade na linha temporal, ficando a concretização da eventualidade dependente de circunstâncias e factores que não estão presentes no enunciado. Assim sendo, haverá sempre mais do que uma forma possível de a eventualidade se realizar, ou ainda a impossibilidade dessa realização. Deste modo, é possível considerar que quer o Tempo (Futuro), quer o Modo (Conjuntivo) apresentam a possibilidade de remeter a realização da eventualidade para um intervalo de tempo que, por estar ainda por concretizar, apresenta uma multiplicidade de hipóteses: trata-se da noção de Futuro como um tempo “ramificado” defendida por Dowty (1979), que consideramos estar igualmente presente no Modo Conjuntivo, uma vez que há várias ramificações que representam as várias hipóteses existentes, mas sabemos que só uma se realizará efectivamente.

Todas as completivas, ao serem introduzidas por verbos de atitude criam

³² Não serão levadas em linha de conta as diferenças relacionadas com as fórmulas de cortesia.

contextos intensionais, na medida em que o conteúdo da oração subordinada não se pode assumir como verdadeiro ou falso, sem ter em conta o contexto da enunciação (com excepção dos tempos perfectivos).

Nos enunciados (330) e (331), o falante pressupõe que a proposição subordinada é verdadeira, uma vez que a negação da subordinante não afecta a verdade da proposição subordinada. O falante pressupõe como verdadeiro o facto de a Maria estudar muito, e o seu propósito é dar uma opinião sobre esse assunto:

(330) É interessante que a Maria estude tanto.

(331) Lamento que a Maria estude tanto.

O facto de se pressupor que uma proposição é verdadeira não é equivalente à asserção de que é verdadeira. Pelo contrário, em (332) não se pressupõe a verdade da proposição, mas afirma-se que a Maria é estudiosa, assere-se a verdade da proposição:

(332) A Maria é muito estudiosa

Já vimos anteriormente que a Modalidade pode ser expressa de várias maneiras:

(333) Procuro um copo que *seja* de plástico.

(334) Duvido que o copo *seja* de plástico.

Em ambos os enunciados se exprime a incerteza em relação a algo, mas enquanto em (333) essa incerteza se manifesta gramaticalmente na flexão (Modo Conjuntivo), na completiva (334) está expressa lexicalmente pelo emprego do verbo *duvidar* e é depois reforçada com o emprego do Modo. Aliás, a partir do momento em que um determinado enunciado apresenta a atitude do locutor em relação ao conteúdo da proposição que enuncia, é porque contém um elemento que exprime modalidade e permite assim a criação de um contexto intensional. Os contextos intensionais são criados por verbos que denotam estados mentais ou atitudes, como *duvidar*, *pensar*, *achar*, *crer*, etc., que têm dependente deles uma proposição que complementa o seu significado. Pelo facto de terem no seu escopo uma proposição, são designados verbos de atitude proposicional, uma vez que os referentes dos SNs que estão na proposição

complemento destes verbos fazem parte do mundo de crenças da entidade expressa pelo sujeito da frase principal, não existem e não referem uma entidade fora desse mundo de crenças.

Sempre que se lida com contextos intensionais deixamos de perspectivar entidades que existem no mundo real, para passarmos a ter entidades que fazem parte das crenças do indivíduo referido pelo sujeito da frase principal. Nos exemplos (333) e (334) o sujeito da enunciação coincide com o indivíduo que exprime a atitude proposicional, o que dificulta a análise em termos de atribuição de valores de verdade. Para que tal não aconteça, é preferível a utilização de exemplos na 3ª pessoa, uma vez que deste modo é possível verificar que já não há coincidência entre o ponto de enunciação e o ponto de referência e assim já é possível inferir se o enunciado pode ser analisado em termos de verdadeiro ou falso.

Assim, quando o falante pretende comunicar a verdade da proposição, ainda que o sujeito da frase não o faça, emprega o modo Indicativo (235), uma vez que através da alternância modal é possível dissociar o compromisso sobre a verdade da proposição assumido pelo falante e o que se fixa para o sujeito da oração principal. Deste modo, a proposta de modificação do valor de verdade da proposição é atribuída ao falante e não ao sujeito da oração principal. Pelo contrário, o Conjuntivo utiliza-se quando o falante não quer assumir nenhuma responsabilidade sobre a asserção, como em (236), ou seja, o Conjuntivo está associado à não-asserção:

(335) O João procura um copo que é de plástico.

(336) O João procura um copo que *seja* de plástico.

Vejamos sumariamente algumas frases que demonstram que o Conjuntivo se associa à pressuposição. Sempre que o falante pretende emitir opiniões acerca das proposições, seja fazendo comentários subjectivos, como em (337), ou sejam juízos de valor, onde o falante expressa uma opinião que contém uma reacção à proposição, como em (338), o falante pressupõe que as proposições são verdadeiras, mas só opina acerca delas, não as afirma, daí o emprego do Conjuntivo.

(337) Alegro-me que a Maria tenha podido terminar a tese a tempo.

(338) É bom/interessante que a Maria tenha podido terminar a tese a tempo.

Nas gramáticas tradicionais estabeleceram-se classes de verbos que seleccionam Conjuntivo sem partir primeiramente de uma classificação semântica desses verbos, quando é nessa classificação semântica que residem as explicações para a selecção do modo. Bosque (1999:21,22) defende que a propriedade de seleccionar uma oração com determinado modo se determina na estrutura argumental dos predicados, em que, a cada argumento corresponde uma realização, sendo as orações de Conjuntivo uma delas. Assim, em frases como (339), o significado da subordinada é incompatível com o significado do verbo “assegurar”, logo, a agramaticalidade desta frase é explicada nos termos semânticos com que se explicam outras infracções dos princípios que regulam a correspondência entre categorias sintácticas e argumentos, ou seja, os papéis temáticos:

(339) *Maria assegura que o João esteja doente.

Um caminho para encontrar a solução para as questões de Modo é considerar que o tratamento semântico é fundamental para classificar os predicados. No entanto, embora estes critérios semânticos possibilitem identificar a selecção do Modo na subordinada, deixam em aberto outros problemas, como os casos em que os predicados, pelas suas características semânticas, permitem uma dupla selecção, como é o caso das seguintes frases:

(340) Supunhamos que *falo* de Literatura.

(341) Supunhamos que *fale* de Literatura.

Nestas duas frases não podemos asserir a verdade da proposição complemento porque o verbo da oração subordinante “supor” indica por si só incerteza, dúvida quanto à verdade do seu complemento, logo, não será unicamente a informação de modalidade a transmitida pelo emprego do Conjuntivo na oração subordinada, uma vez que ela foi instituída logo à partida pelo significado do predicado subordinante. Posto isto, e considerando que existe alguma diferença de significado entre a utilização do Indicativo e a selecção de Conjuntivo, é necessário procurar as causas que possibilitam uma diferente interpretação dos enunciados, não

apenas em factores modais, mas talvez também temporais.

Em (340), o uso de Indicativo remete para o Tempo Presente (estou a falar num momento coincidente com o momento da enunciação) ou possivelmente para um tempo Futuro, se considerarmos a existência de algo no contexto que nos permita inferir que “falo nesse momento”, ou seja, para obtermos uma leitura de futuridade seria necessária a presença de um adverbial que ancorasse o ponto de referência num momento posterior ao ponto de enunciação, como por exemplo: “na próxima reunião”, “na 2ª feira” ou ainda “amanhã”. Por outro lado, em (341), o Presente do Conjuntivo remete para um tempo Futuro (vou falar numa altura posterior ao momento de enunciação), mesmo sem a necessidade de recorrer ao uso de adverbiais para transmitir essa ideia de posterioridade. Neste sentido, a alternância entre Indicativo e Conjuntivo parece poder interpretar-se como estando próxima da neutralização do significado modal do Conjuntivo, ou seja, parece que o uso do Conjuntivo nas orações completivas se torna redundante quanto à modalidade, uma vez que a ideia de incerteza e dúvida que o enunciador pretende transmitir com estes enunciados está expressa no predicado da oração subordinante. Partindo deste pressuposto, são duas as considerações que convém reter a este propósito, a saber:

- nas orações completivas com predicados volitivos e factivos, uma parte da modalidade é já veiculada pelo significado do predicado da oração subordinante;
- a possibilidade de seleccionar Indicativo ou Conjuntivo não indica diferente modalidade (uma vez que esta já foi instituída na oração subordinante), mas diferente temporalidade, sendo que o uso do Presente do Indicativo se interpreta, na ausência de algo que forneça um novo PPT, como presente ou habitual, enquanto o Presente do Conjuntivo se interpreta como futuro.

O Conjuntivo traz consigo algo que ainda não tinha sido introduzido pelo predicado da subordinante - a noção de posterioridade - e isso é um elemento novo na construção do significado destas frases.

(342) Ele crê que ela *faça* um bom livro.

(343) Ele crê que ela *fará* um bom livro.

Como se pode constatar, nas frases (342) e (343) poder-se-ia perfeitamente substituir o Presente do Conjuntivo pelo Futuro do Indicativo, sem que se alterasse a modalidade, uma vez que ela é expressa por *crer* que transmite a incerteza do falante, posto que o enunciado continua a significar o mesmo ainda que sem o uso do Conjuntivo. Por outro lado, a ideia de posterioridade está expressa tanto em (342) como em (343), o que demonstra que, nestes enunciados, o Conjuntivo parece ser redundante quanto à expressão de modalidade, sendo o seu valor apenas **temporal**. Há ainda outros casos em que o verbo da oração principal despoleta a selecção do Conjuntivo não para exprimir modalidade, mas sim posterioridade, uma vez que, ao contrário dos exemplos anteriores, o emprego do Futuro do Indicativo produziria um resultado agramatical, como em (345), na medida em que, quando o verbo da oração principal se encontra no Presente e exprime uma modalidade volitiva, só permite a selecção, para a subordinada, de um tempo verbal que exprima um tempo presente ou futuro (embora com Pretérito Perfeito Composto fosse igualmente possível se se alterasse o PPT para o momento da enunciação), cujo ponto de enunciação seja simultâneo ao ponto de referência (S,R); ora, com o Futuro do Indicativo, o ponto de referência é sempre posterior ao ponto de enunciação (S - R):

(344) A Maria espera que *chegue* o comboio.

(345) *A Maria espera que *chegará* o comboio.

Pelo atrás exposto, parece-nos que nas subordinadas completivas a expressão de dúvida, de incerteza, e de desejo, que se atribui ao modo Conjuntivo se deve principalmente às características semânticas do predicado da oração principal, pelo que o Conjuntivo, enquanto Modo que traduz incerteza, desejo e dúvida surge apenas reforçando essas noções anteriormente introduzidas, ou seja, há uma diminuição da importância da informação modal por ele transmitida, uma vez que essa informação já foi introduzida no enunciado pelo predicado da oração subordinante.

Vejam, pois, mais alguns enunciados onde a modalidade aparece expressa na oração principal:

- (346) Ela quer que escrevas um livro. (vontade)
- (347) Ela duvida que saias com o Pedro. (possibilidade)
- (348) Ele espera que estejas de boa saúde. (intenção)

Em muitos casos o Modo Conjuntivo parece simplesmente reforçar o valor modal dos predicados da subordinante, enquanto o que aporta de novo à significação é a noção de posterioridade de um evento que se irá realizar (ou não) num tempo futuro, posterior ao da enunciação. Lyons (1977) chegou mesmo a questionar a designação de Modo Conjuntivo nestes enunciados em que o que está em causa é a relação entre o Modo e a subordinação. Assim, nas orações completivas não será unicamente o Conjuntivo a denotar a atitude do sujeito falante face ao que enuncia, mas sim as outras partes do discurso, ou seja, a modalidade seria veiculada pela oração principal e o Conjuntivo surgiria por “arrastamento” na oração subordinada, uma vez que partilha das mesmas características modais.

Vejamos ainda os seguintes exemplos:

- (349) Ela pensa que o João *lê* o livro.
- (350) Ela pensa que o João *leia* um livro.

Tanto em (349) como em (350), a modalidade é expressa pelo modal *pensar*, que transporta em si a ideia de incerteza (uma vez que é menos forte que *saber* ou até menos forte que a frase simples “o João lê o livro”), ou seja, em ambos os enunciados a interpretação “segundo o que ela pensa o João deve ler o livro” é-nos facultada pelo predicado da subordinante. A partir do momento em que a incerteza já está estabelecida, ainda antes do uso do Modo Conjuntivo, pensamos poder constatar mais uma vez que, em (349) o Modo Indicativo só veicula a noção de habitualidade, o que significa que, nestes casos, o Presente do Indicativo tem o efeito de transformar os eventos em estados, pelo que perde a leitura de presente. O mesmo se passa em relação ao enunciado (350), em que o uso do Modo Conjuntivo só traz de novo a noção de Tempo, mas neste caso de Tempo Futuro: “leia” = o João lê o livro num momento posterior ao momento de enunciação.

Resumindo, com a presença de *pensar* na oração subordinante, nem *lê* (Indicativo) traz a noção de certeza, nem *leia* (Conjuntivo) traz pela primeira vez a noção de incerteza, uma vez que essa noção foi já introduzida com clareza pelo verbo

pensar; lê e leia trazem realmente algo de novo, um significado que não foi ainda introduzido pelo modal e que é importante para a interpretação das diferentes mensagens contidas nos dois enunciados: em (349), a noção de habitualidade, e em (350), a noção de Tempo (Futuro).

Apesar de esta explicação nos parecer lógica, ela está em desacordo com a explicação que Santos (1999) apresenta para situações deste tipo. Segundo esta autora (p.82), a exemplos como (349) falta-lhes “a modalização de incerteza”, que já estará presente em (350) com a utilização do modo Conjuntivo. Ora, de acordo com aquilo que acabamos de defender, essa incerteza existe efectivamente no primeiro exemplo, pelo simples facto de o enunciado ser modalizado pelo verbo *pensar*. O que defendemos também, é que essa modalização de incerteza é reforçada no segundo exemplo, ou seja, uma vez que a modalidade já havia sido expressa, o uso do Modo Conjuntivo é redundante no que diz respeito à questão da modalidade, mas aporta um significado novo em relação à leitura temporal.

Como vimos no Capítulo 1., secção 1.2., Fukushima (1990), para o estudo da modalidade, baseia-se em Tokieda (1950) que classificou as partes de qualquer oração em dois grupos: proposição e modalidade. Para Fukushima, a proposição consiste na interrelação básica e objectiva dos elementos oracionais, enquanto a modalidade é a parte que exprime o juízo subjectivo do falante sobre o enunciado proposicional. Deste modo, a oração não é vista como uma composição de sujeito, predicado e complementos, mas como um conjunto de proposição e modalidade. A autora emprega então estas noções para analisar a língua espanhola e chega à conclusão de que as orações de Indicativo são de alto grau de modalidade, uma vez que nesses enunciados o falante deseja afirmar o conteúdo da subordinada, que é a parte que transporta a informação central da oração:

(351) Creio que a Maria vem.

Por outro lado, considera as orações de Conjuntivo como sendo de alta proposicionalidade, na medida em que a proposição que o contém é uma proposição imaginária que não corresponde à realidade, não tem modalidade própria, uma vez que a modalidade está expressa na oração principal:

(352) Desejo que a Maria venha.

A vinda da Maria não é um facto real e verdadeiro, mas um simples desejo do falante e, neste caso, a intenção do falante é manifestar o seu desejo e não informar sobre a chegada de Maria (admitindo-a ou não como um facto).

A conclusão a que chega Fukushima é deveras interessante, na medida em que oferece uma base diferente da tradicional: o carácter semântico do verbo da oração principal atribui uma alta proposicionalidade ao verbo da oração subordinada, ou seja, a eventualidade expressa pelo verbo da subordinada (seja real ou imaginada) não é o ponto central da informação que o falante deseja transmitir, mas serve meramente de matéria de fundo para outras informações³³. Assim, com Conjuntivo, o falante deseja acentuar o conteúdo da oração principal, uma vez que a proposição subordinada não é o ponto central da informação. Com verbos que seleccionam Conjuntivo os focos centrais de informação estariam nos verbos da oração principal:

(353) O João deseja que faças os T.P.C..

(354) O João lamenta que tenhas de ir embora.

Segundo Fukushima (1990), nestes enunciados o Conjuntivo é o modo da proposição, ou seja, da subordinação semântica e informativa, uma vez que a informação da modalidade se encontra na subordinante, o que faz com que o Conjuntivo exiba os seguintes traços semânticos: [+ proposicional] e [- modal].

Das ideias de Fukushima (1990) interessa-nos destacar a possibilidade de o Conjuntivo não ter só um valor modal, embora nos pareça um pouco discutível a distinção entre proposicionalidade e modalidade defendida pela autora, uma vez que existem verbos como *acreditar* e *crer*, que admitem tanto Conjuntivo como Indicativo na subordinada:

(355) O João crê/acredita que a Maria *chega* a horas.

(356) O João crê/acredita que a Maria *chegue* a horas.

³³ Embora não seja objecto de estudo deste trabalho, parece-nos tratar-se, em parte, de questões de foco informacional.

Tal como acontecia em (349) e (359), a modalidade está expressa na oração subordinante. Assim, com o Presente do Indicativo fazemos uma leitura de habitualidade, enquanto com o Presente do Conjuntivo essa leitura não é possível. Com o Presente do Conjuntivo há uma informação mais claramente temporal que permite uma leitura de posterioridade do predicado da oração subordinada e, ao mesmo tempo, parece haver uma maior dependência da frase subordinada em relação à subordinante. De facto, a existência do Conjuntivo na subordinada parece propiciar a assunção de que a informação principal é dada pelo predicado da frase subordinante, diferentemente daquilo que parece acontecer quando, com o mesmo predicado, temos Indicativo. Por isso, no caso do Indicativo a frase (357) é possível, e a frase (358), com Conjuntivo, já não é aceitável:

(357) A Maria *chega* a horas e o João acredita nisso.

(358) *A Maria *chegue* a horas e o João acredita nisso.

Na medida em que o valor modal do Conjuntivo parece, em parte, redundante nas frases completivas com Conjuntivo, em que a modalidade já está expressa no predicado da oração subordinante, pensamos que, decorrente dessa redundância, o Conjuntivo perde um pouco o seu valor modal e adquire um valor temporal, ganhando como informação nova a noção de posterioridade, contrariamente ao que se passa com o Indicativo. De facto, em (353), *desejar* exprime a intenção do falante, que neste caso está a manifestar vontade [+ modal] e *fazer*, no Presente do Conjuntivo, exprime que o acontecimento terá lugar num tempo futuro, ou seja, será fundamentalmente [+ temporal].

Parece, pois, tratar-se de um fenómeno de orientação semântica da proposição subordinada em relação à subordinante, uma vez que o significado da subordinada parece estar condicionado pelo significado do predicado de que depende, bem como o tempo da subordinada parece sofrer algumas restrições. Assim, os tempos do Conjuntivo devem ser interpretados de acordo com certos pontos de referência, que poderão estar na frase principal (o que se verifica na maior parte dos casos), no tempo da enunciação ou ainda um outro ponto de perspectiva temporal, que pode ser uma terceira oração ou um adverbial, como pudemos verificar nos exemplos que

analisámos na secção anterior.

Como as características sintácticas das orações e dos seus complementos são, regra geral, consequência directa das propriedades semânticas das mesmas, defendemos que nas orações completivas a interpretação semântica do predicado da subordinada seja preferencialmente posterior à do predicado da oração principal, mas a interpretação temporal pode não ser. A análise que efectuámos na secção anterior apresenta, pois, o Conjuntivo que ocorre nas orações completivas, como sendo: a) um Modo com um valor relativo, em relação à oração principal ou ainda a uma terceira oração, ou b) um Modo com um valor temporal próprio, se considerarmos que o PPT da eventualidade da oração subordinada pode ser o tempo da enunciação.

Em face dos enunciados anteriormente apresentados não podemos deixar de observar a estreita dependência semântica que existe entre o predicado da subordinante e o predicado da subordinada no Conjuntivo. No entanto, já não se observa a mesma dependência temporal, uma vez que, como já constatamos anteriormente, o princípio da “Consecutio Temporum” não é observado. Contudo, antes de mais é necessário precisar que a nossa interpretação de concordância temporal se afasta um pouco daquilo que os gramáticos latinos consideravam como tal, uma vez que consideramos que a concordância que existe entre uma e outra oração é, muitas vezes, uma concordância semântica lexical e não temporal³⁴.

Vejamos um resumo das principais características das frases com orações completivas que nos levam a tecer estas considerações:

1. São os verbos de desejo (predicados volitivos) que mais restringem a concordância temporal, visto que só seleccionam para predicado da oração subordinada verbos que cumpram o requisito da posterioridade. Nestes verbos o traço de posterioridade deriva do significado do verbo da oração principal e é independente dos traços temporais da subordinada.

Assim, as primeiras regras a sistematizar serão as seguintes:

³⁴ Recordem-se as frases que apresentavam predicados volitivos no Presente do Indicativo combinados com predicados eventivos no Presente do Conjuntivo, que lexicalmente são [PRES/PRES], mas temporalmente são [PRES/FUT].

- Se [V₁ [- Pass] [+ volitivo]] então [V₂ [- Pass]]³⁵

Todas as frases construídas com predicados [+ Pass] na subordinada mostraram-se agramaticais. (cf. Quadros-síntese)

- Se [V₁ [+ Pass] [+ volitivo]] então [V₂ [+ Pass]]

De acordo com o requisito da posterioridade que temos vindo a defender, todas as frases geradas segundo esta fórmula seriam agramaticais, uma vez que violam o princípio da posterioridade. No entanto, na realidade há enunciados que obedecem a estes requisitos, como podemos observar nas construções com Pretérito Mais-que-Perfeito na oração subordinante.

A resposta a este problema (que se coloca à validação da nossa proposta) parece residir na “consecutio temporum”, ou seja, na relatividade do Conjuntivo em relação aos tempos da oração subordinante.

Nestas frases o princípio da concordância morfológica é seguido, uma vez que temos [+ Pass] – [+ Pass], mas se atentarmos nos restantes enunciados do quadro, verificamos que a maior parte das frases que apresentam tempos do passado na oração subordinante (Pretérito Perfeito, Pretérito-mais-que-Perfeito) seleccionam [- Pass] na subordinada, o que significa que a concordância morfológica já não se verifica, mas que existe um outro tipo de concordância que se sobrepõe à anterior, que é a concordância temporal, que está de acordo com o princípio da posterioridade que temos vindo a defender. Assim sendo, teremos de derivar uma nova regra que dê conta destas ocorrências, a saber:

- Se [V₁ [+ Pass] [+ volitivo]] então [V₂ [- Pass]]

O facto de o verbo da oração principal estar num tempo do passado não implica que o tempo da subordinada seja igualmente passado, uma vez que o sujeito da oração principal pode ter formulado o desejo em determinado momento no passado (anterior ao momento da enunciação), mas a

³⁵ [Pass] = Passado

eventualidade pode perfeitamente só vir a realizar-se num tempo posterior ao do PPT. Esse tempo tanto pode ser o Presente e coincidir com o tempo da enunciação, como pode, inclusivamente, ser posterior ao próprio tempo da enunciação se, por exemplo, houver no enunciado uma terceira oração ou um adverbial que remeta o tempo da realização da eventualidade para o futuro. Qualquer uma das interpretações mantém o requisito da posterioridade, por isso as proposições não são agramaticais.

Daqui se pode confirmar que o traço [+ posterior] é realmente um requisito imposto à subordinada pelos verbos de ordem e desejo. Logo, podemos concluir que com este tipo de verbos as construções que impedem a existência do traço de posterioridade são necessariamente agramaticais:

- * V1 [- Pass] e V2 [+ Pass]

Embora a validade desta regra seja verificável sempre que o predicado da oração subordinante é eventivo, quando esse predicado é estativo gera-se um enunciado gramatical (com a utilização do Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo na subordinada) que a contradiz (cf. frase (184), que reescrevemos):

(359) O João quer que a Maria *tenha estado* alegre.

No entanto, pensamos que a explicação desta excepção reside mais uma vez no traço semântico [+ posterior] do predicado da oração subordinante, uma vez que quando se formula um pedido ou um desejo a sua concretização é remetida para o futuro e, como tal, não sabemos se a eventualidade da oração subordinada teve ou não lugar, ou ainda vai ter (ou não), ou seja, não podemos asserir a verdade da proposição complemento. É devido a essa impossibilidade de asserir a verdade da oração subordinada que é seleccionado o Conjuntivo.

Note-se ainda que o tempo utilizado na oração subordinada que permite que a construção seja gramatical é o Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo, o que implica que a eventualidade já tenha tido lugar, ou seja,

semanticamente expressa anterioridade em relação ao momento da enunciação. Como o seu significado é de anterioridade em relação ao momento da enunciação, podemos classifica-lo semanticamente como [+ Pass]. Estas construções só são gramaticais quando o predicado é estativo. A diferença entre a agramaticalidade das construções com predicados eventivos e a gramaticalidade das construções com predicados estativos advém, pois, das características aspectuais dos estados

Por isso, podemos dizer que os predicados volitivos instauram uma condição de concordância semântica, uma vez que, nas orações completivas, todos os verbos complemento de uma subordinante com predicado volitivo têm uma relação temporal medida, não tanto pelo tempo, mas pelo significado do verbo ao qual se subordinam. No caso dos verbos que acabamos de descrever, essa relação temporal reside na necessidade de o verbo da subordinada conter o traço [+ posterior]. Este traço [+ posterior] é dado pelo emprego do Conjuntivo na oração subordinada.

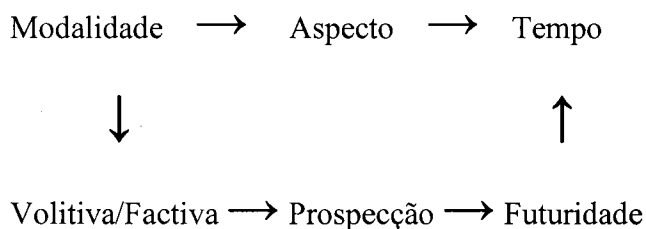
2. Com predicados factivos na oração subordinante, já não se verifica a mesma restrição à concordância temporal, visto que, ao contrário dos volitivos, não exigem para predicado da oração subordinada verbos que cumpram o requisito da posterioridade.

Assim, as regras a sistematizar serão as mesmas que foram postuladas para os volitivos, com a excepção daquela que tinha sido caracterizada como geradora de enunciados agramaticais sempre que no predicado da oração subordinante existisse a modalidade volitiva, e que com a modalidade factiva se revelam geradoras de enunciados gramaticais. É o caso de:

- Se [V₁ [- Pass] [+ factivo]] então [V₂ [+ Pass]]
- Se [V₁ [+ Pass] [+ factivo]] então [V₂ [+ Pass]]
- Se [V₁ [+ Pass] [+ factivo]] então [V₂ [- Pass]]
- Se [V₁ [- Pass] [+ factivo]] então [V₂ [- Pass]]

Assim sendo, podemos concluir que, uma vez que os tempos do Futuro do Conjuntivo não podem ser seleccionados nas construções completivas, verificamos que, fazendo variar o PPT, a noção de posterioridade da eventualidade vai ser veiculada pelos tempos Presente, Imperfeito e Pretérito Perfeito do Conjuntivo. Estas constatações levam-nos a considerar a hipótese de o Conjuntivo ter, nestas construções, um valor temporal de futuro.

Suzanne Fleischman (1982) levanta, no seu caso em relação ao estudo do Futuro, a hipótese de o valor temporal dos tempos verbais poder ser alterado com fins expressivos, ou seja, defende que pode haver uma mudança semântica e um Tempo tornar-se um Modo. Se esta ideia já era em si inovadora, e ao mesmo tempo plausível, Fleishman vai mais longe quando sugere que esse movimento semântico pode ser bidireccional, pressuposto este que enquadraria perfeitamente a hipótese levantada anteriormente, uma vez que permitiria a um Modo evoluir para uma forma temporal, como se pode observar no esquema seguinte:



É, no fundo, o que se pretende demonstrar com os enunciados anteriores e o objectivo deste trabalho. O que está em causa não é propor que o Modo Conjuntivo adveio do Tempo verbal Futuro, ou vice-versa, mas tão só que, devido à intensa relação existente entre ambos, os tempos do Modo Conjuntivo que não envolvem perfectividade podem apresentar um valor temporal Futuro, embora haja algumas distinções quando as eventualidades são eventivas ou estativas. Esta consideração vem demonstrar que a leitura temporal de futuro dos tempos do Conjuntivo que a admitem, está também dependente de questões aspectuais. Por isso, assim como é lícito concluir que devido às suas características “o futuro linguístico exprime

sempre, associadamente a um valor temporal, um valor modal de não-factualidade” (Mateus *et alii*, 1983.), parece igualmente lícito concluir que o Conjuntivo exprime sempre nestes enunciados, associadamente a um valor modal, um valor temporal de posterioridade. Haverá, pois, um movimento semântico de Modo a Tempo, na medida em que o Modo se torna redundante e em que o significado que é veiculado pelo verbo é um Tempo Futuro.

De facto, Fleischman defende esta hipótese de existir modalidade no tempo Futuro com base nestes pressupostos de não-asserção da verdade da proposição, ou seja, não há dúvida de que existe uma forte ligação conceptual entre o futuro e as modalidades não-assertivas, uma vez que aquilo que está para acontecer é desconhecido e incerto. A autora chega a classificar Tempo Futuro e Modo Conjuntivo como sendo duas categorias “mutuamente inclusivas”, e refere a existência de vários autores que alegam que o Conjuntivo evoluiu de formas do Tempo Futuro e outros que defendem que o Futuro provém do Conjuntivo.

O facto de o modo Conjuntivo ser um modo defectivo, uma vez que faz menos distinções temporais e/ou aspectuais que o Indicativo, conduz à necessidade de que formas como *saiba* sejam Presente e Futuro ao mesmo tempo, ou seja, o Presente do Conjuntivo é o tempo utilizado, mas exprime um significado de posterioridade como se de um tempo futuro se tratasse. Se é verdade que o Conjuntivo possui um tempo futuro, o Futuro do Conjuntivo, é também verdade que esse tempo não pode ser seleccionado para as orações completivas, uma vez que todos os enunciados que o continham eram agramaticais (cf. Quadros-Síntese). Pensamos que se trata de uma situação semelhante à que ocorre com o Futuro e o Presente do Indicativo, na medida em que, devido à grande carga de modalidade que o Futuro transporta, é o Presente que expressa, na maior parte da vezes, futuridade. Consideramos, pois, que a razão da agramaticalidade das completivas construídas com o Futuro do Conjuntivo na oração subordinada reside nos traços [+ modal] e [- temporal] deste tempo.

Através do esquema seguinte pretendemos resumir aquilo que consideramos essencial na nossa proposta, a saber:

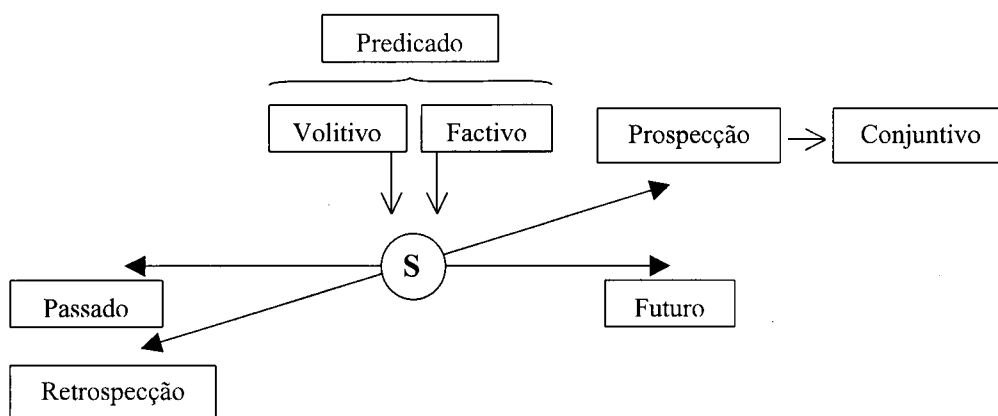


Figura 11

1. quando na oração subordinante se encontra um predicado factivo ou volitivo, o predicado da oração completiva surge no Modo Conjuntivo;
2. como a não-assertividade já está expressa na oração subordinante, através do significado dos predicados da oração subordinante, o significado modal do Conjuntivo torna-se redundante;
3. a informação nova trazida pelos tempos Presente, Imperfeito e Pretérito Perfeito do Conjuntivo consiste na ideia de posterioridade da eventualidade;

De qualquer modo, não deixa de ser interessante verificar que, nas línguas românicas, só o Português manteve o uso do Futuro do Conjuntivo, pelo que, como já não existe nas outras línguas românicas, é um tempo muito pouco estudado. Este tempo provém da fusão do Futuro do Indicativo latino com o Presente do Conjuntivo e utiliza-se principalmente em orações temporais e condicionais para sublinhar a incerteza ou a mera possibilidade de uma eventualidade. Como as orações completivas pressupõem um maior grau de factualidade, a utilização deste tempo gera enunciados agramaticais, pelo que, como já referimos anteriormente, a noção de futuridade só poderá ser expressa através da selecção de um outro tempo verbal que permita veicular a noção de posterioridade. Esse tempo é, como podemos constatar pelo quadro-síntese, preferencialmente o Presente do Conjuntivo. Contudo,

verificámos que o Imperfeito e o Pretérito Perfeito do Conjuntivo também podem transmitir essa noção, sempre que exista no enunciado um PPT que seja anterior à realização da eventualidade.

Neste momento, não podemos deixar de referir uma utilização do Conjuntivo em enunciados que parecem muito pouco ou até mesmo nada gramaticais quando nos confrontamos com eles pela primeira vez, mas que, se tivermos em consideração que anteriormente foi dito acerca da futuridade do Conjuntivo, nos vão parecendo progressivamente melhor formulados, até que os consideramos aceitáveis à luz destes pressupostos:

(360) ? **Será** que seja realmente importante o facto de ...

(361) ? **Será** que possa dizer-se que...³⁶

O uso do Futuro do Indicativo na subordinante e do Presente do Conjuntivo na subordinada é, de facto, uma combinação bastante insólita. Embora o enunciado pareça agramatical, o facto é que teoricamente reúne todas as condições para que seja perfeitamente gramatical [-Pass -Pass] e, além disso, vai ao encontro daquilo que pretendemos defender. Se partirmos do princípio de que o falante os construiu intencionalmente para demonstrar a sua falta de certeza, a sua dúvida em relação à proposição complemento, torna-se possível a sua aceitação como enunciado gramatical. E se recordarmos que através da combinação de modos e tempos um falante pode comunicar as suas crenças, e que com o uso do Conjuntivo transmite a sua falta de compromisso em relação à verdade da proposição, encontramos uma justificação para a selecção destes enunciados não-assertivos por parte do falante, em detrimento de outros mais assertivos³⁷. Nestas situações, a simples localização da subordinante no Futuro já remete para a incerteza do falante, uma vez que só podemos fazer asserções a respeito do passado ou do presente e nunca a respeito do futuro, mas ao escolher um complemento no Conjuntivo essa incerteza e a noção de posterioridade são reforçadas, reiteradas, ficando claro que aquilo que o falante está a

³⁶ Trata-se de enunciados várias vezes repetidos por uma docente na arguição de uma dissertação de Mestrado.

³⁷ Recorde-se o que foi dito na secção 3.1.1. acerca da pressuposição. Ao longo deste trabalho temos vindo a considerar que, com o Conjuntivo, ou seja, no âmbito da não-asserção, se pode estabelecer uma escala de maior ou menor “factividade”, em que as completivas com predicados factivos terão um

expor é uma mera hipótese, que ele põe em dúvida a veracidade do enunciado que está a proferir. Mais uma vez, a existir agramaticalidade, ela será por falta de concordância formal e não semântica, uma vez que o traço temporal [+ posterior] e o traço semântico [- assertivo] são partilhados pelos predicados de ambas as proposições.

3.3. Síntese

Em face dos resultados obtidos através da análise efectuada na secção 1 deste capítulo, considerámos na secção 2 as seguintes hipóteses:

- a concordância temporal dos tempos da subordinada em relação aos tempos da subordinante não se aplica em Português, uma vez que se constatou que essa concordância é, na maior parte das vezes meramente formal. A dependência que se verifica será, pois, uma dependência semântica.
- nas orações completivas, o Presente do Conjuntivo tem uma leitura de posterioridade, enquanto o Presente do Indicativo tem uma leitura de habitualidade, ou seja, o Conjuntivo tem um significado mais temporal do que modal. Fundamentámos esta hipótese a partir da constatação da agramaticalidade dos tempos do Futuro do Conjuntivo neste tipo de orações e da consequente necessidade de que a noção de posterioridade seja veiculada pelos outros tempos do Conjuntivo, com excepção do Pretérito Mais-que-Perfeito (que sempre denota anterioridade da eventualidade, seja em relação a um PPT situado na oração principal, seja a um PPT coincidente com o momento da enunciação. Cf. quadro-síntese.).
- após a consideração da temporalidade do Conjuntivo nas construções completivas, propusemos a existência de um movimento semântico de Modo a Tempo, na medida em que a leitura modal é redundante e que o significado veiculado pelo predicado é temporal e indica futuridade.

maior grau de “factividade” que as completivas com predicados volitivos.

CONCLUSÃO

As primeiras questões que se colocaram ao iniciar este trabalho foram as seguintes:

- O Modo Conjuntivo é de facto aquilo que as gramáticas tradicionais dizem sobre ele?
- Em frases completivas, aplica-se, ou não, a “consecutio temporum”?

Para tentar obter algumas respostas, procedeu-se no primeiro capítulo a uma breve descrição deste Modo, em particular em Português, estabelecendo alguns contrastes com o Latim. Este contraste revelava-se importante, na medida em que se afigurava interessante verificar se as afirmações mais comuns sobre a modalização do Modo Conjuntivo não adviriam de uma transposição directa para o Português daquilo que acontece com o Latim, sem haver uma análise mais aprofundada dos exemplos do Português contemporâneo. Nesse sentido, procedeu-se a um estudo das propostas de alguns autores sobre o valor do Conjuntivo em Português (secção 1.2.), tendo-se constatado que, de um modo geral, todos consideram o Modo Conjuntivo como indicador de não-asserção de verdade. Enumeraram-se ainda, na secção 1.3. os principais contextos de ocorrência deste Modo.

Numa segunda fase (capítulo 2), apresentaram-se alguns aspectos de natureza temporal, aspectual e pragmática, que necessariamente influem na interpretação deste Modo, uma vez que a consideração da selecção do Conjuntivo e dos seus tempos como exclusivamente dependente do significado do predicado da oração subordinante seria forçosamente lacunar. Assim, precisou-se a noção de tempo, distinguindo-se tempo linguístico de tempo verbal (secção 2.1.), e abordaram-se as perspectivas teóricas que permitem analisar as implicações aspectuais nos diferentes enunciados (secção 2.2.), pois que, para se compreender o tempo é preciso ter em conta que a diferença entre estado e evento pode alterar a perspectiva sobre a situação. Sendo igualmente verificável a importância dos adverbiais dêicticos e anafóricos para precisar a situação das eventualidades na linha temporal, foi levada

em linha de conta (de forma não muito aprofundada) a existência de restrições semânticas na combinação de adverbiais com as formas verbais, dado que, apesar de o tempo gramatical situar as eventualidades em relação ao momento da enunciação, este nem sempre determina exactamente a sua posição. (secção 2.2.2.).

Procedeu-se, então, no terceiro capítulo à análise das ocorrências do Conjuntivo em frases completivas, tendo-se limitado o objecto de estudo às combinações: predicados factivos e volitivos nos tempos do Indicativo na oração subordinante, combinados com predicados eventivos e estativos nos tempos do Conjuntivo, na subordinada. Assim, limitámos a análise aos predicados volitivos e factivos na oração subordinante, na medida em que considerámos que podemos reunir nestes dois tipos de predicados as características que permitem a oposição dos valores marcados positiva e negativamente quanto à crença na verdade da proposição complemento (numa escala de maior ou menor crença dentro da não-asserção). Quanto aos tempos do Indicativo seleccionados para observar as restrições operadas nos tempos do Conjuntivo presentes na oração subordinada, apenas não foi seleccionado o Pretérito-mais-que-Perfeito Simples, uma vez que este tempo não é utilizado na oralidade e porque as implicações temporais (passado) e aspectuais (perfectividade) são as mesmas do tempo Composto.

Dado que uma questão fundamental era constatar se se verificava em Português a manutenção da regra latina da “*consuetio temporum*”, na qual o tempo da oração subordinante determinava directamente o tempo da oração subordinada, como é defendido por alguns autores, procedeu-se a uma análise baseada na proposta de Reichenbach (1947) para o estudo do tempo, assumindo-se que o ponto de referência seria sempre a oração subordinante. No entanto, esta análise veio a revelar-se insuficiente, na medida em que se constatou que nem sempre é a oração subordinante que serve de ponto de referência à subordinada e por isso os resultados apresentados nesta tentativa de análise são parciais, conforme podemos verificar pela observação dos quadros-síntese (secções 3.1.2. e 3.1.2.1.).

Impunha-se, assim, encontrar um novo modelo que, contemplando questões de anáfora temporal, permitisse integrar pontos de perspectiva temporal distintos do estabelecido pela oração subordinante. Para isso, utilizou-se, na secção 3.1.4., o modelo de Kamp e Reyle (1993), que defendem uma concepção bidimensional das relações temporais. Foi, no entanto, preferida a terminologia proposta por Peres (1994), na medida em que este autor sugere a consideração da possibilidade de haver,

além de um PPT {PRES} e {PASS}, um PPT {FUT} e utiliza para a LR (*Tense*, em Kamp e Reyle 1993) uma terminologia que evita a confusão de conceitos: {ant, sob e post}. Dado que Kamp e Reyle (1993) propõem que só existe uma distinção entre {+PASS} e {-PASS} para o PPT e utilizam a terminologia {pass, pres e fut} para *Tense*, e a análise a que procedemos confirma, pelo menos em parte, a necessidade desse ponto de perspectiva temporal {FUT} para dar conta de algumas completivas, a hipótese de Peres parece-nos a mais apropriada.

Da análise efectuada, podemos concluir que:

- nas frases completivas, sempre que não se pode asserir, mas apenas pressupor a verdade da proposição complemento, utiliza-se o Modo Conjuntivo;
- verbos como *lamentar* seleccionam Conjuntivo em Português, na medida em que ao serem factivos não envolvem asserção, mas apenas pressuposição da verdade do complemento. Neste sentido, a pressuposição da verdade da oração complemento permite, em certos contextos, fazer uma leitura de posterioridade (excepto quando o predicado da oração subordinada se encontra num tempo do passado, em particular perfectivo);
- numa parte considerável dos contextos em que ocorre o Conjuntivo, nas orações completivas, embora formalmente pareça que há concordância temporal, isso não significa que ela seja uma concordância temporal do ponto de vista semântico. Vejam-se, por exemplo, os casos da combinação Presente do Indicativo+Presente do Conjuntivo, em que o Presente do Conjuntivo é interpretado como Futuro;
- embora na maior parte dos casos o tempo do predicado da oração subordinante seja fundamental para situar a eventualidade da oração subordinada, fornecendo-lhe um ponto de perspectiva temporal, verificamos que o PPT das

orações completivas com Conjuntivo pode não ser a oração subordinante;

- há um conjunto considerável de contextos em que o Conjuntivo tem um valor relativo não à oração principal, mas a algo na frase que especifica a localização temporal. O ponto de perspectiva temporal destas orações pode, pois, ser uma 3ª oração (temporal) ou a presença de um adverbial;
- os tempos do Conjuntivo podem ter, além de um valor relativo, um valor temporal próprio, na medida em que o PPT da eventualidade da oração subordinada pode ainda ser o tempo da enunciação;
- a utilização dos tempos do Futuro do Conjuntivo em frases completivas dá origem a frases agramaticais, pelo que ficaria vedada a possibilidade de uma leitura de futuridade das frases completivas;
- decorrente da consideração anterior, a noção de posterioridade é dada, nestas construções, pelos tempos Presente, Pretérito Imperfeito e Pretérito Perfeito do Conjuntivo.

Finalmente, baseados nos resultados desta análise e partindo do pressuposto de que o conceito de posterioridade associado ao Futuro está igualmente implicado no significado do Modo Conjuntivo, levantou-se a hipótese de existir um apagamento do significado modal do Conjuntivo, a par de uma leitura temporal do seu significado nas construções completivas com o Presente, Imperfeito e Perfeito do Conjuntivo (secção 3.2.).

Parece-nos, pois, poder concluir que, nas orações completivas, o Modo Conjuntivo, como Modo do contingente e do possível, apresenta efectivamente uma carga semântica de posterioridade, que permite identificá-lo com o tempo Futuro, o que conduz à formulação da hipótese de que possa haver um movimento semântico de Modo a Tempo nos enunciados em que a modalidade já está expressa na oração

principal pela utilização de verbos com significado não-assertivo (volitivos e factivos).

No entanto, como em qualquer trabalho deste tipo, consideramos que muito fica ainda por estudar para um completo entendimento das relações temporais, quando está envolvido o Modo Conjuntivo. Assim, entre várias outras questões, parece ser necessário fazer uma análise paralela em todos os outros contextos em que o Conjuntivo pode surgir (cf. secção 1.2.1.), de forma a verificar-se se as propostas aplicáveis às completivas se podem alargar a outros contextos.

Retomando, ainda, a ideia inicial da possível utilidade didáctica de um trabalho sobre a semântica do Modo Conjuntivo, pensamos que, uma vez que as questões temporais, modais e aspectuais que envolvem este Modo são deficientemente tratadas ao nível do ensino secundário, e uma vez que as próprias gramáticas escolares referem insuficientemente estes assuntos, seria importante que estas questões semânticas fossem abordadas e transmitidas de maneira acessível aos alunos.

Desta forma, esperamos que o presente estudo possa servir de base para posteriores trabalhos científicos e/ou didácticos sobre a semântica do Modo Conjuntivo em Português.

BIBLIOGRAFIA

- Abbott, B.** 1999, "The Formal Approach to Meaning: Formal Semantics and its Recent Developments", *Journal of Foreign Languages*, Shanghai, in <http://www.msu.edu/user/abbottb/formal.htm> 2001.
- Asher, N.**, 1987, "A Typology for Attitude Verbs and their Anaphoric Properties", in *Linguistics and Philosophy*, vol. XX, nº 2, D. Reidel Publishing Company, Boston.
- Barbosa, J. S.**, 1822, *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*, 5ª ed., Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1871.
- Bell, A.**, 1990, "El modo en español: consideration de algunas propuestas recientes", in Bosque, I. (org.), *Indicativo y Subjuntivo*, Taurus Universitária, Madrid, p.81-106.
- Bennet, M. e B. Partee**, 1978, *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*, Indiana University Club, Bloomington.
- Bosque, I.**, 1990, "Las bases gramaticales de la alternancia modal. Repaso y balance", in Bosque, I. (org.), *Indicativo y Subjuntivo*, Taurus Universitária, Madrid, p.13-65.
- Bosque, I. (org.)**, 1990, *Indicativo e Subjuntivo*, Taurus Universitária, Madrid.
- Bosque, I. e V. Demonte**, 1999, *Gramatica Descriptiva de la Lengua Española*, Fundación Ortega y Gasset, ESPASA, vol. II e III, España.
- Brito, A. M.**, 1991, *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*, INIC-CLUP, Porto
- Bybee, J. e T. Terrell**, 1990, "Análisis Semántico del Modo en Español", in Bosque, I.(org.), *Indicativo y Subjuntivo*, Taurus Universitária, Madrid, p. 145-163.
- Camara, J. M. da**, 1988, *Estrutura da Língua Portuguesa*, 18º ed., Ed. Vozes, Petrópolis.

- Campos, M. H. C.**, 1997, “Sobre a Modalidade”, in Brito, A., F. Oliveira, I. Pires de Lima e R. Martelo (orgs.), *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Campo das Letras, Porto, p. 539-545.
- Chitas, M. M. F.**, 1998, *Relações Temporais em Cadeias Verbais com Conjuntivo*, Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva, FLUL, Lisboa.
- Cunha, C. e L. Cintra**, 1984, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 3ª ed., Ed. Sá da Costa, Lisboa., 1986.
- Cunha, L. F.**, 1998, *As Construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Donhauser, K.**, 1987, “Mood and Morphology. An Alternative Approach to the Syntax and Semantics of German Moods”, in *Lingua*, vol. LXXIII, nº1 / 2, p. 53-77.
- Dowty, D.R.**, 1979, *Word Meaning and Montague Grammar*, D. Reidel Pub. Comp., Dordrecht.
- Dowty, D.R.**, 1982, “Tenses, Time Adverbs and Compositional Semantic Theory”, in *Linguistics and Philosophy*, vol.V.
- Faria, I., E. Pedro, I. Duarte e Gouveia, (orgs.)**, 1996, *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Caminho, Lisboa.
- Faria, I. H.**, 1974, “Conjuntivo e a Restrição da Frase-Mais-Alta”, in *Boletim de Filologia*, Tomo XXIII, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, p. 81-188.
- Fernandez, L. G.**, 1999, “Los Complementos Adverbiales Temporales. La Subordinación Temporal”, in I. Bosque e V. Demonte (orgs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Fundación Ortega Y Gasset, Espasa, Vol II, España, p. 3129-3207.
- Ferreira, A. B. de H.**, 1986, *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2ª edição, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

- Ferreira, I. A.**, 1996, *O Tempo nas Construções Condicionais*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Figueiredo, J. N.**, 1997, *Compêndio de Gramática Latina*, Porto Edt., Porto.
- Fleischman, S.**, 1982, *The Future in Thought and Language*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Fonseca, F. I.**, 1970, *Para o Estudo dos Valores do Conjuntivo em Português Moderno*, dissertação de Licenciatura, Coimbra.
- Fonseca, F. I.**, 1994, "Sujonctif et impératif: Une contribution à l'étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l'ORDRE, du REGRET et du REPROCHE", in F. I. Fonseca, *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, colecção Linguística, 2, Porto Editora, Porto, pp.29-36.
- Fukushima, N.**, 1990, "Sobre la Cláusula Superregente", in I. Bosque (org.), *Indicativo e Subjuntivo*, Taurus Universitária, Madrid, p. 164-179.
- Gleason, JR.**, 1955, *An Introduction to Descriptive Linguistics*.
Tradução portuguesa: J. Pinguelo, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980.
- Guentchéva, Z.**, (org.), 1996, *L'Énonciation Médiatisée*, Éditions Peeters Louvain, Paris.
- Kamp, H. e C. Rohrer**, 1983, "Tense in Texts" in Bäuerle, R., C. Schwarze e A. V. Stechow, (orgs.), *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Walter de Gruyter, Berlim, p. 250-269.
- Kamp, H. e U. Reyle**, 1993, *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht.

- Katz, E. G.**, 1995, *Stativity, Genericity and temporal Reference*, University of Rochester, Nova Iorque.
- Klein, F.**, 1990, “Restricciones pragmáticas sobre la distribución del subjuntivo en español”, in I. Bosque, *Indicativo y Subjuntivo*, Taurus Universitária, p. 303-314.
- Kiparsky, P. e C. Kiparsky**, 1970, “Fact” in Bierwisch, M. e K. E. Heidolf (orgs.), *Progress in Linguistics*, Mouton, The Hague, Paris, p. 143-173.
- Levinson, S.**, 1983, *Pragmatics*, Cambridge University Press.
- Lopes, O.**, 1971, *Gramática Simbólica do Português – um esboço.*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2ª ed., 1972.
- Lyons, J.**, 1977, *Semantics*, vol I e II, Cambridge University Press, Cambridge.
- Marques, R.**, 1995, *Sobre o valor dos Modos Conjuntivo e Indicativo em Português*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras de Lisboa.
- Marques, R.**, 1997, “Sobre a selecção de modo em orações completivas”, in *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga, p. 191-202.
- Mateus, M. H, A. M. Brito, I. Duarte e J. Faria**, 1983, *Gramática da Língua Portuguesa*, Livraria Almedina, Coimbra.
- Moens, M. e M. Steedman**, 1988, “Temporal Ontology and Temporal Reference”, in *Computational Linguistics*, vol. XIV, nº 2, p. 15-28.
- Matos, S.**, 1999, *Adverbiais de Tempo em Português Contemporâneo: Forma e Significação*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Moia, T.**, 1999, *Identifying and Computing Temporal Locating Adverbials with particular focus on Portuguese and English*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Nordahl, H.**, 1969, *Les Systèmes du Subjonctif Corrélatif*, Universitetsforlaget, Oslo.
- Oliveira, F.**, 1985, “O Futuro em Português: Alguns aspectos Temporais e/ou Modais”, in *Actas do 1º Encontro da APL*, Lisboa, p. 353-373.
- Oliveira, F.**, 1986, “Algumas considerações acerca do Pretérito Imperfeito”, in *Actas do 2º Encontro da APL*, Lisboa, p. 78-95.
- Oliveira, F.**, 1988, *Para uma semântica e pragmática de DEVER e PODER*, Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Oliveira, F.**, 1996, “Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português”, in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol. II, Ed. Colibri-APL, Lisboa, p. 151-190.
- Oliveira, F.**, 1998, “Algumas Questões Semânticas sobre Sequência de Tempos em Português”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Línguas e Literaturas*, vol. XV, p. 421-436.
- Oliveira, F., I. Ferreira, J. Barbosa, L. F. Cunha e S. Matos**, 2001, “O Lugar da Semântica nas Gramáticas Escolares: o caso do tempo e do aspecto” in F. Fonseca, I. M. Duarte, O. Figueiredo, *A Linguística na Formação do Professor de Português*, Centro de Linguística da Universidade do Porto, p. 65-82.
- Palmer, F. R.**, 1984, “Mood and Modality”, in *Linguistics*, Cambridge Textbooks, Cambridge (citado em Marques 1995).
- Peres, J. A.**, 1994, “Sobre a Semântica das Construções Perfectivas do Português”, in I. Duarte e I. Leiria (orgs.), *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol II, Lisboa.
- Portner, P.**, 1997, “The Semantics of Mood, Complementation, and Conversational Force”, in *Natural Language Semantics*, vol. V, nº 2, p. 167-212.
- Pottier, B., A. Audubert e C.T. Pais**, 1972, *Estruturas Lingüísticas do Português*, Difusão europeia do livro, São Paulo (citado em Marques 1995).

- Quine, W. V. O.**, 1961, "Reference and Modality", in *From a Logical Point of View*, Harper & Row, Nova Iorque, p. 139.157.
Reimpresso em Linsky, L., 1971, *Reference and Modality*, Oxford University Press, p. 17-34.
- Reichenbach, H.**, 1947, *Elements of Symbolic Logic*, Free Press, Londres, Collier-Macmillan.
- Ridruejo, E.**, 1999, "Modo y Modalidad. El Modo en las Subordinadas Sustantivas", in I. Bosque e V. Demonte (orgs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Fundación Ortega Y Gasset, Espasa, Vol II, España, p. 3211-3251.
- Santos, M^a J. A. V.**, 1999, *Os Usos do Conjuntivo em Língua Portuguesa (Uma proposta de Análise Sintáctica e Semântico-Pragmática)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Solano-Araya, J.**, 1982, *Modality in Spanish: An Account of Mood*, Dissertação de Doutoramento, University of Kansas (citado em Marques 1995).
- Stowell, T.**, "The Phrase Structure of Tense",
<http://www.humnet.ucla.edu/linguistics/people/stowell/PSIND.htm>, 1999.
"What is the meaning of the Present and Past Tenses?",
<http://www.humnet.ucla.edu/linguistics/people/stowell/CORTONA.htm>, 1999.
- Suñer, M. e J. P. Rivera**, 1990, "Concordância Temporal y Subjuntivo", in *Indicativo e Subjuntivo*, Taurus Universitária, p. 185-201.
- Vilela, M.**, 1995, *Gramática da Língua Portuguesa*, Almedina, Coimbra.



Rua Professor Bento de Jesus Caraça, 93
Lojas 27, 30, 36, 42, 43, 45
4200-131 Porto foto.slide@mail.telepac.pt
Serviços Gráficos Digitais: 22 507 26 05